

REVISTA CIENTÍFICA

SOPHIA

2021

v. XIII
ISSN: 2176-2511
ISSNe: 2317-3270
Dezembro
N.01



EDITORA
AVANTIS

ANO DA SUPERAÇÃO E EXCELÊNCIA.

REVISTA CIENTÍFICA

SOPHIA

Conselho Editorial



Editores Responsáveis

Dra. Patrícia Fernandes Fraga
Dr. Junior Cesar Mota

Editora Técnica

Esp. Tayane Medeiros d'Oliveira

Conselho Editorial

Dra. Patrícia Fernandes Fraga
Dra. Mônica Duarte
Dr. Junior Cesar Mota
Ma. Alessandra Monteiro Machado
Esp. Ezequiel Leopoldo da Silva

Diagramação e Projeto Gráfico

Ana Lúcia dal Pizzol.

Revisão Técnica

Esp. Tayane Medeiros d'Oliveira

Bibliotecária Assessora

Aline Medeiros d'Oliveira (CRB14-1063)

Revisão de Texto

Dr. Junior Cesar Mota Dr. Maciel Alencar
Bruxel Me. Xana Raquel Ortolan
Esp. Tayane Medeiros d'Oliveira

Comissão Científica

Dra. Raquel Elena Rinaldi Maciel (FGS-RJ)
Dra. Marcia Pereira da Silva (Doutora pela FURG-RS)
Dr. Ricardo Augusto Dias da Silva (UNAMA- AM)
Dra. Mônica Duarte (Uniavan -SC)
Dr. Ricardo André Hornburg (Uniavan -SC)
Dr. Silvio Luis Negrão (Uniavan -SC)
Dr. Miguel Gustavo Filippi (Uniavan -SC)
Dra. Fernanda Germani de Oliveira Chiaratti (Uniavan-SC)
Dr. Maciel Alencar Bruxel (Uniavan-SC)
Me. Jefferson Soares da Rosa (UFRGS-RS)
Me. Willian Daniel Pessoa (UFPel – RS)

Copyright © 2021 by Editora Faculdade Avantis.
Direitos de publicação reservados à Editora Faculdade
Avantis e ao Centro Universitário Avantis – UNIAVAN.
Av. Marginal Leste, 3600, Bloco 1.
88339-125 – Balneário Camboriú – SC.
editora@avantis.edu.br

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2010.

Nenhuma parte pode ser reproduzida, transmitida ou duplicada sem o consentimento da Editora, por escrito. O Código Penal brasileiro determina, no art. 184, “dos crimes contra a propriedade intelectual”.

Ficha catalográfica elaborada na fonte pela Biblioteca da Faculdade Avantis
Bibliotecária Aline M. d'Oliveira CRB-14 1063

Revista Científica Sophia

Sociedade Civil Avantis de Ensino e Escola de Aviação Civil Ltda. – Centro
Universitário Avantis - UNIAVAN. Balneário Camboriú, SC.: Faculdade Avantis, 2021.
v. XIII, n1, dezembro 2021.

Anual

ISSN: 2176-2511

ISSNe: 2317-3270

1. Educação ambiental. 2. Psicologia. 3. Automutilação - tatuagem. 4. Comportamento Humano. 5. Fake News – Pandemia COVID-19. 6. Direito. 7. Alimentação. 8. Administração – Consumo PET. 9. Revista Científica - Multidisciplinar. 10. Periódico.

CDD 21ª ed.
070.4

APRESENTAÇÃO

Prezados leitores.

Encerramos 2021 apresentando a vocês mais uma edição da Revista Sophia, a qual, ano a ano é aprimorada e cresce num ritmo exponencial, guardando para a nossa história institucional uma série de estudos e reflexões empíricos e científicos que contribuem para que as nossas consciências sejam iluminadas pela chama do conhecimento.

Nestes tempos em que a ciência é colocada em xeque, em que as mentiras ganham mais destaque do que a verdade, em que os educandários e seus professores são atacados por forças imbecilizantes, bem sei que apostar e investir na educação por meio da investigação não é uma tarefa fácil.

No entanto, enquanto educadores, não podemos perder as esperanças de que podemos deflagrar um novo tempo, muito mais lúcido, por meio do nosso fazer e de nossas reflexões. Logo, a publicação de mais esta edição da Revista Sophia se torna um símbolo da resistência e da persistência, demonstrando que nem tudo está perdido e, imersos neste imenso campo de batalhas, percebemos que ainda há soldados a postos para combater toda espécie de hipocrisia e ignorância por meio da pesquisa e da reflexão.

Nesta sociedade exibida, em que o aparecer vale muito mais do que o ser, em que a maioria dos cidadãos está mais preocupada em ser notada e ter seguidores virtuais, e em que os conhecimentos acumulados pela humanidade em milhares de anos são atacados por fundamentalistas de toda ordem, muito me admira ver esta nova edição da Revista Sophia foi construída contando com a participação de alguns ex-alunos do UniAvan e colegas de profissão que a mim são muito queridos. A vocês o meu muito obrigado pela confiança!

Sou esperançoso de que 2022 será diferente! Que neste novo ano possamos triunfar sobre a pandemia revertendo as consequências nefastas que ela nos causou. No campo da educação, apenas como exemplo, pesquisas recentes apontam que três em cada quatro estudantes em idade de serem al-

fabetizados não conseguem ler nove palavras em um minuto. Nove palavras em um minuto! Enquanto educador, confio que esse é o calibre do nosso colossal desafio para que possamos promover uma educação investigativa, de qualidade, verdadeiramente emancipadora, mais humana e menos desigual, de modo que possamos restabelecer a verdade e a dignidade desta gente, por meio de investigações coerentes e significativas.

Que 2022 seja um tempo de muita prosperidade e felicidade para todos os que acreditam na educação e na ciência. Meu afetuoso abraço e boa leitura!

Prof. Dr. André Gobbo

Reitor do Centro Universitário Avantis

SUMÁRIO

11

AS VIOLÊNCIAS EM MADAME BOVARY:
UM ESTUDO PSICANALÍTICO DA OBRA DE
GUSTAVE FLAUBERT

Pedro Valentim Eccher¹

Gustavo Angeli

Adriana Aparecida do Amaral³

33

A INFLUÊNCIA DA MÚSICA NO
COMPORTAMENTO HUMANO NO
SETOR DE ACADEMIAS NO LITORAL
CATARINENSE

Bárbara Helena Krieger Pisa Marhofer

Beatriz Hering Faht

57

CORPO, MARCA E AUTORIA:
CONSIDERAÇÕES PSICANALÍTICAS SOBRE
A AUTOMUTILAÇÃO E A TATUAGEM

Laura Salek

Gustavo Angeli

75

ESTUDO DA RELAÇÃO ENTRE A
ALIMENTAÇÃO INDUSTRIAL E OS
IMPACTOS AMBIENTAIS

Maria Julia Leardini

Marina de Carvalho Mendes Mafra

89

PSICANÁLISE E ARTE: A POESIA COMO
MEIO DE EXPRESSÃO DO INCONSCIENTE

Andresa Mariá da Silva

Jeisa Benevenuti

Gustavo Angeli

107

ADOÇÃO: UM OLHAR AMBIENTAL
NO PROCESSO SOCIAL

Nemar Gil Limeira Neto
Junior Cesar Mota

133

INTRODUÇÃO À TEORIA NARRATIVISTA DO
DIREITO DE JOSÉ CALVO GONZÁLEZ 134

Paulo Ferrareze Filho

153

A VAZA JATO E A LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Patrícia Fernandes Fraga
Ivana Formigheri Jacob

173

O IMPACTO DAS FAKE NEWS EM TEMPOS DE
PANDEMIA

Lavínia Klein dos Santos
André Gobbo

193

ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO, UM FILHO DE QUATRO
PATAS: A INFLUÊNCIA DAS MÍDIAS SOCIAIS NO
COMPORTAMENTO DE CONSUMO DO RAMO
PET

Daniele Cristina Theiss Poffo
Thiago dos Santos

214

APÊNDICE

219

MENSAGEM DOS EDITORES

AS VIOLÊNCIAS EM MADAME BOVARY: UM ESTUDO PSICANALÍTICO DA OBRA DE GUSTAVE FLAUBERT

Pedro Valentim Eccher¹

Gustavo Angeli²

Adriana Aparecida do Amaral³

¹ Graduação em Psicologia pelo Centro Universitário de Brusque, Brasil(2020)

² Mestrado em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá, Brasil(2016). Psicólogo.

³ Psicóloga.

RESUMO

O presente trabalho propõe escutar as reverberações das violências contra a mulher no que tange o social e o feminino na obra ‘Madame Bovary’. A estratégia de produção de conhecimento está pautada no método psicanalítico, na associação livre e atenção fluente. A partir do escopo freudiano e pós freudianos ancora-se nas teorizações em torno da violência contra mulher e nas conceitualizações do complexo de Édipo feminino para sustentar as interpretações de uma pesquisa em psicanálise extramuros. As análises foram produzidas a partir dos entrelaces das composições teóricas com as problemáticas desveladas pela obra de Gustave Flaubert. Ademais, entende-se que a escuta do inconsciente proporciona saberes que atuam na desconstrução de estigmas sociais relacionados às violências contra mulher.

Palavras-chave: Cultura. Feminino. Psicanálise. Violência.

VIOLENCES IN MADAME BOVARY: A PSYCHOANALYTIC STUDY OF GUSTAVE FLAUBERT'S WORK

ABSTRACT

The present work proposes to listen to the reverberations of

violence against women with regard to the social and the feminine in “Madame Bovary”. The knowledge production strategy is based on the psychoanalytic method, free association and floating attention. Based on the Freudian and post-Freudian scope, it is anchored in theories surrounding violence against women and in the conceptualizations of the female Oedipus complex to support the interpretations of research in extramural psychoanalysis. Analyzes were produced from the intertwining of the theoretical compositions with the problems unveiled by the production the Gustave Flaubert. Furthermore, the results show that listening to the unconscious provides knowledge that works to deconstruct social stigmas related to violence against women.

Keywords: Culture. Feminine. Psychoanalysis. Violence.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe escutar as reverberações das violências contra a mulher no que tange ao social e ao feminino, apresentadas na obra ‘Madame Bovary’. a produção literária de Gustave Flaubert e a produção cinematográfica são compreendidas como possibilidades de uma escuta psicanalítica extramuros. Neste sentido, a obra compreendida como o livro e o filme serão escutados de forma a reverberar a exposição das características psíquicas do humano na cultura. Sendo assim, as elaborações teóricas frente ‘Madame Bovary’ podem auxiliar no entendimento da violência contra a mulher, apresentada na contemporaneidade.

O filme ‘Madame Bovary’, inspirado no livro de Gustave Flaubert (1857), publicado na França, sendo um clássico da literatura oitocentista, retrata a vida de uma mulher do século XVIII, na Europa, demonstrando a falta de lugar e voz da figura feminina na sociedade moderna. A justificativa por associar este filme à pesquisa se dá pelo fato de retratar a história do sofrimento de uma mulher que tem conflitos, por conta dos costumes burgueses da sociedade europeia, que reprimem seus desejos e sua sexualidade. Logo, frente às formas de violências assistidas nessa obra, ressurgem fontes de interpretações à luz da teoria psicanalítica, considerando métodos psi-

canalíticos, como a associação livre e a escuta extramuros do inconsciente. Este artigo pretende problematizar as violências encontradas na escuta da protagonista (Emma) e produzir conhecimentos sobre os aspectos do campo inconsciente no social.

Além disso, o interesse de elaborar analogias entre ‘Madame Bovary’ e a psicanálise nasce ao entender que Flaubert (1857), em sua época, explicita, em sua obra literária, o sofrimento psíquico de uma mulher que não é compreendida frente a seus desejos, descrevendo Emma como uma mulher doente e depressiva, perante sua família, a sociedade, a religião e pela própria medicina. Assim, também a psicanálise surge, com o olhar de Freud (1893/2016), para as mulheres ditas histéricas, buscando romper com o silêncio dessas mulheres, consideradas doentes, mentirosas e, por conta disso, ignoradas em sua época, tendo em vista o sofrimento psíquico que as acometia. Desta forma, a psicanálise mantém sua atualidade, colocando em questões as adversidades, trabalhando com outros campos de conhecimento, como a cultura (PEREIRA; VIEIRA; MENEZES, 2019). Por isso, irrompe possibilidades por intermédio da psicanálise, escutar o sofrimento de Emma em sua época e construir estratégias de escuta e combate à violência contra a mulher na contemporaneidade.

Segundo Freud (1906/2015), o sofrimento psíquico provoca no sujeito consequências, como a coibição de certas recordações acometidas de afetos e desejos, que transbordam a consciência. Sendo assim, quando Freud atende as histéricas e escuta os sofrimentos, nos permite assistir, além do nascimento da teoria, o desenvolvimento do arcabouço teórico psicanalítico, a formulação de um aparelho psíquico regido não pela consciência, mas pelo inconsciente, formado por meio de uma ação psíquica, o recalçamento, mecanismo de defesa da histeria. Nesse sentido, Freud (1893/2016), no texto ‘Estudos sobre a histeria’, descreve tratar as mulheres da sua época, se distanciando da psiquiatria clássica, salientando que o sofrimento que era chamado de doença não advinha de causas orgânicas, mas como consequência de conflitos entre a sexualidade, a vida cotidiana e a moral imposta pela sociedade (FREUD, 1893/2016).

Desse modo, a elaboração deste trabalho não se destina a encontrar soluções para as questões das violências contra mulheres, mas sugere elucidar

as violências apresentadas no filme *Madame Bovary* e no livro de Flaubert, verificar se essas violências se encontram encobertas na cultura e na sociedade contemporânea.

Procurando alcançar o objetivo do artigo, de escutar as violências na obra ‘*Madame Bovary*’, serão visitadas obras freudianas e pós-freudianas, buscando conhecimento e utilizando o método de pesquisa psicanalítica extramuros. A fundamentação teórica parte dos desdobramentos da violência contra a mulher, bem como do complexo de Édipo, e de como suas dissoluções influenciam na configuração subjetiva da mulher. Ademais, as análises serão produzidas a partir dos entrelaces dessas composições teóricas com as problemáticas desveladas pelo filme.

2 O COMPLEXO DE ÉDIPO E A CONSTITUIÇÃO DA SEXUALIDADE

Freud cria um nome inspirado na mitologia grega para a estrutura central das neuroses, utilizado na linguagem psicanalítica, denominado Complexo de Édipo. Essa expressão desempenha um papel primordial na formação da estrutura psíquica do sujeito (LAPLANCHE; PONTALIS, 2004). Conforme descreve Kehl (2008), a sexualidade humana não se caracteriza pelo biológico, mas pela inserção do sujeito na cultura. Na criança pequena, a identificação com o sexo biológico se dá através do papel que ela ocupa no triângulo edípico. Existem três termos fundamentais na condição de sujeito, o falo, o desejo e a lei. Esses três termos transitam no triângulo edípico, formado pela figura do pai, mãe e criança, bem como são introduzidos entre as inscrições imaginárias, simbólicas do inconsciente.

De acordo com Freud (1931/2016), pelo fato do ato de amor da criança não ter medida, torna-se incapaz de plena satisfação e, com isso, está fadado à decepção, dando lugar a atitudes hostis: “o amor da criança é desmedido, requer exclusividade, não se satisfaz com frações” (FREUD, 1931/2016 p. 381). Nesse sentido, para dar início ao percurso percorrido pela criança no com-

plexo de Édipo, torna-se importante salientar que a criança, na sua fase edípica, apresenta desejos amorosos muitas vezes hostis, mas necessários para o desenvolvimento psicosexual da mesma (CECCARELLI, 2005). Diante disso, o complexo de Édipo é considerado um paradigma, pois “a criança deve ter imagens identificatórias e representações simbólicas do masculino e do feminino; o pai é importante para introduzir a lei, embora se saiba que é uma função, a figura do pai é sempre evocada, o que se mantém a hegemonia do patriarcado” (CECCARELLI, 2005, p. 2).

Já sobre o Édipo na menina, Molina (2011) descreve que Freud deixa claro o impasse de explicar o desenvolvimento psíquico ou a sexualidade feminina nesse complexo. Contudo, no texto ‘A dissolução do complexo de Édipo’, Freud (1923/2011) enfatiza as diferenças no desenvolvimento da sexualidade em meninos e meninas e a importância do complexo de Édipo no período sexual da primeira infância. Partindo disso, a dissolução do complexo de Édipo no menino se dá diante da ameaça de castração (FREUD, 1925/1996). Como descreve Freud (1923/2011), esse movimento não é simples e a transição do Édipo não acontece da mesma forma em todos os seres humanos.

Desse modo, a justificativa em relação ao complexo de Édipo seria elucidada por seus fins. Através do conhecimento divulgado por Freud, entende-se que o menino não teria apenas uma relação afetuosa com a mãe e uma rivalidade com o pai, mas, sim, “se comporta como uma menina e apresenta uma atitude afetuosa feminina para com o pai e um ciúme e uma hostilidade correspondentes em relação à mãe” (FREUD, 1923/1996 p.46). Dessa forma, ocorrerá uma identificação materna e paterna, em que a identificação paterna manterá a relação do objeto com a mãe e suprirá a relação de objeto com o pai, o mesmo podendo ocorrer de forma contrária (ANGELI, 2016).

Assim sendo, na situação das meninas, o complexo de Édipo tem um impasse, a mãe como objeto de amor original deve ser substituída pelo pai (ANGELI, 2016). Em seus escritos, Freud (1931/1996) explica que a menina abandona seu primeiro objeto de amor, a mãe, para amar o pai, podendo esse deslocamento não acontecer, pelo fato de uma intensa ligação com a figura materna, que não permite ser substituída ou deslocada. Isto é, “nas meninas, ao contrário dos meninos que saem do complexo de Édipo pela ameaça de castração, é justamente este complexo que permite a entrada da menina no

complexo de Édipo” (ANGELI, 2016 p. 45).

Complementando essas diferenças, para Freud (1932/1996), as primeiras fases libidinais ocorreriam da mesma forma no menino e na menina, no início do desenvolvimento. Assim, a menina pode ser considerada um “homenzinho”. Seguindo a lógica das fases libidinais, o menino descobre o prazer com o seu pênis e a menina descobre o prazer no seu clitóris. No momento em que a menina percorre os caminhos da feminilidade, o clitóris será substituído pela vagina, assim como o objeto amoroso mãe será substituído pelo pai. Freud (1925/1996) explica a confirmação das diferenças anatômicas, que teriam efeitos opostos das meninas para os meninos. Num primeiro momento, no menino, a diferença anatômica não ocasionaria interesse, mas por conta da ameaça da castração e com a recordação da imagem do órgão genital da menina, o medo aumenta, reforçando a ameaça (ANGELI, 2016).

Sobre a castração e as identificações fálicas de ambos os sexos, assim que os homens se dão conta das diferenças anatômicas, se abrem duas possibilidades: uma aversão a esse ser castrado ou um descaso triunfante por ela (FREUD, 1925/1996). No entanto, a menina percebeu que falta algo na sua anatomia e, portanto, passa a desejar o que lhe falta. “Seu reconhecimento da distinção anatômica entre os sexos força-a a afastar-se da masculinidade e da masturbação masculina, para novas linhas que conduzem ao desenvolvimento da feminilidade” (FREUD, 1925/1996, p.284).

Quando a menina descobre que o órgão genital masculino é diferente, geralmente isso acontece ao brincar com irmãos ou colegas, inicialmente ela se sente inferior, comparando o órgão do menino com seu órgão ou, até mesmo, sente inveja do pênis (ANGELI, 2016). Num primeiro momento, essa inveja do pênis leva a mulher a uma constante tentativa de ter um pênis, o que a faz se identificar com homens. Essa percepção da diferença anatômica também pode causar a sensação errônea de inferioridade da mulher em relação ao homem, “uma ferida narcísica, diante da descoberta da falta do órgão genital masculino em todas as mulheres, a mulher partilhava do desprezo de sua inferioridade com os próprios homens” (ANGELI, 2016 p. 46).

Um outro efeito da inveja do pênis, seria “um afrouxamento da relação afetiva da menina com seu objeto materno” (FREUD, 1925/1996, p. 283). A mãe, que a gerou, agora é culpabilizada por não ter lhe dado um pênis e

este acaba sendo um dos motivos do desligamento da figura materna. O que leva a menina a recusar a mãe e a buscar o pai é a perspectiva de ‘através do pai ter um pênis’. “No entanto, a situação feminina só se estabelece se o desejo do pênis for substituído pelo desejo de um bebê, isto é, se um bebê assume o lugar do pênis, consoante uma primitiva equivalência simbólica” (FREUD, 1932/1996, p.128).

Assim como a menina não é capaz de obter um pênis, para ela, o órgão simbólico considerado detentor do poder, ela desloca sua libido no desejo de ter um filho, ou seja, toma o pai como objeto amoroso. Neste momento, a mãe é colocada como rival, então, a mesma entende que a maternidade lhe proporcionará, de forma garantida, a produção de um falo (Freud, 1932/1996). Ou seja, essa busca pelo pai marca a entrada da menina no complexo de Édipo. Ela vê no pai o suposto portador do falo e esse pai, que pode lhe dar um filho, sendo simbólico e substituto fálico (COSTA; BONFIM, 2014).

Neste sentido, salienta-se que não necessariamente o desejo pelo falo acaba solucionado quando a mulher se torna mãe, ou mesmo ao escolher seu parceiro amoroso, pois o falo não se trata do órgão masculino: “estas são apenas maneiras imaginárias com objetivos inoperantes de suturar uma falta irreduzível” (COSTA; BONFIM, 2014, p.233). Freud atribui ao feminino uma parcela de narcisismo, que influencia na escolha objetual da mulher e, com isso, explica que para a mulher é mais importante sentir-se amada do que amar. Dessa forma, também se enfatiza que a falta do pênis tem como consequência a valorização da vaidade física da mulher, tentando compensar a suposta inferioridade sexual original (MOLINA, 2011).

Assim sendo, esse sujeito, que apresenta traços femininos como masculinos, a feminilidade e a masculinidade aparecem nas discussões e no campo teórico, pois “aquilo que constitui a masculinidade ou a feminilidade é uma característica desconhecida que foge do alcance da anatomia” (FREUD, 1932/1996, p.115). A masculinidade e a feminilidade são construções que se dão ao longo do desenvolvimento da sexualidade. A discussão sobre o complexo de Édipo torna-se relevante para apresentar a construção do psiquismo e da sexualidade feminina, compreendendo a dinâmica desta mulher do discurso e do desejo, elementos esses identificados na escuta do inconsciente, que promove elaborações para além das produções coletivas e patriarcais do feminino.

3 DESDOBRAMENTOS DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER A PARTIR DO OLHAR DA PSICANÁLISE

Historicamente, por conta da influência iluminista no século XVIII, surge para a mulher a responsabilidade da criação e educação dos filhos, ou seja, uma ligação entre o sexo feminino e a maternidade (NUNES, 2000). Até então, as mulheres não eram vistas como responsáveis por esta tarefa. Esse período foi marcado pela atenção aos altos índices de mortalidade infantil, mesmo nas classes mais favorecidas. Por conta disso, filósofos, médicos e moralistas iniciaram um discurso tornando necessário a organização da família nuclear e a responsabilidade do cuidado dos filhos e da família pelas mulheres (NUNES, 2000).

A mulher, considerada enigmática para a figura masculina, tem o poder e a responsabilidade de gerar um filho e se tornar mãe. Nesse sentido, com a função e responsabilidade materna, a mulher, antes considerada imperfeita e pouco evoluída, começa a se destacar. Anteriormente, o olhar da filosofia para a mulher era comumente de um ser apenas carnal, com sentimentos maldosos e portadora de um descontrole sexual.

Após ter recebido, no século XVIII, o título de guardião da infância, a imagem feminina ganha uma nova versão: de criatura diabólica passa a ser vista como um ser doce e sensato, de Eva para Maria, assim, uma metamorfose que transformou a mulher perante os olhos da sociedade, em um ser modesto e responsável pelo cuidado do lar. Por conta deste papel de mãe, a mulher começou a ser vista como mártir, sacrificada, sofredora. “Elas deveriam sacrificar seus anseios, seus projetos, sua capacidade de pensar, seus direitos pessoais e civis, em nome dos filhos e do marido” (NUNES, 2000, p.49).

Exemplificando os dilemas de submissão da época, vale ainda ressaltar que, na cidade de Viena, onde Freud residiu algum tempo, a imagem da mulher era duvidosa perante a sociedade. No livro 'O que Freud dizia sobre as mulheres', Molina (2011) escreve que, na Viena do século XIX, em um período de transição de valores e hábitos, vive-se alegre uma vida inesperada. Nesse contexto social vienense, a arte teatral apresenta, em suas peças, temas preconceituosos referentes às mulheres: elas são passivas, frívolas e ingênuas, a ponto de se apaixonarem pelo primeiro que lhe der um elogio. A

plateia de homens e mulheres riam dessas asneiras. Falavam das mulheres nas peças teatrais, mas não dos homens. Nesse período da história, o teatro era um grande palco, ícone da cidade, da sociedade e de importante força simbólica de opressão do feminino.

A psicanálise surgiu com as histéricas, quando uma das mulheres atendidas por Freud pediu a ele que se calasse e que a ouvisse, uma conduta além do seu tempo. Essa mulher, que não encontrava outro lugar onde alguém a escutasse, não conseguiu ser compreendida e se expressar. Referente à sexualidade feminina, a teoria freudiana provocou transformações consideráveis sobre as concepções psiquiátricas, colocando no centro da controversa da sexualidade a questão do prazer. Desse modo, deslocou a sexualidade do âmbito da biologia para a esfera das representações psíquicas, assim deslocando do instinto para a fantasia (NUNES, 2000).

Conforme descreve Kehl (2008), a sexualidade humana não se caracteriza pelo biológico, mas pela inserção do sujeito na cultura. Na criança pequena, a identificação com o sexo biológico se dá através do papel que ela ocupa no triângulo edípico. Existem três termos fundamentais na condição de sujeito, o falo, o desejo e a lei. Esses três termos transitam no triângulo edípico, formado pela figura do pai, mãe e criança, bem como são introduzidos entre as inscrições imaginárias, simbólicas do inconsciente.

Por isso, segundo Kehl (2008, p. 272), “outras mulheres, que a Psicanálise hoje talvez não esteja conseguindo ouvir, podem estar demandando outras escutas que lhes possibilitem se constituir não como as histéricas, mas como sujeito de um discurso próprio”. Essa mulher, que está em busca de um destino diferente do que o imposto pela sociedade do seu tempo, é o que encontraremos nas análises relacionadas a ‘Emma Bovary’, que, em sua angústia, buscou no suicídio uma ruptura que criasse um significativo para marcar sua existência no mundo (KEHL, 2008).

O filme ‘Madame Bovary’, inspirado no livro de Gustave Flaubert (1857), expressa a situação da figura da mulher, quando ela começa a desejar um lugar na sociedade, além do papel de esposa e mãe (NUNES, 2000). Ademais, partindo das referências teóricas adotadas, é possível constatar como o social produz subjetividade e formata a figura mulher através das tradições sociais voltadas para a figura masculina como detentora do poder. Esse movimento

representa a produção da figura da mulher na modernidade, conduzida pelo patriarcado e pode ser atrelado com as análises a serem construídas sobre o filme.

4 ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

O presente artigo busca compreender as formas de violência através da escuta da obra 'Madame Bovary', mediante proposta de pesquisa pautada na teoria psicanalítica e da escuta do sofrimento humano. Para Nobre (2010), a psicanálise pode ser transportada às manifestações artísticas como um saber que se associa à literatura. Sendo assim, esta pesquisa se sustenta na ousadia de Freud em expandir a psicanálise além da clínica, isto é, os métodos psicanalíticos elaborados por Freud possibilitam a construção de novos saberes sobre o sujeito, aplicados na cultura, literatura, mitologia e assim por diante, tentando entender e descrever o psiquismo humano. A psicanálise nasceu, justamente, com o propósito de não engessar o sujeito e, por isso, é um saber a se construir, ou seja, é inacabado (NOBRE, 2010).

Portanto, buscando produzir conhecimento através da arte e, assim, discorrer sobre a obra 'Madame Bovary', este artigo se sustentará no método da Psicanálise Extramuros. Logo, "a psicanálise extramuros diz respeito a uma abordagem de problemáticas que envolvem uma prática psicanalítica, que aborda o sujeito enredado nos fenômenos sociais e políticos, e não estritamente ligado à situação do tratamento psicanalítico" (ROSA, 2004, p. 331). Nesse sentido, por meio deste método, torna-se possível analisar o sujeito na obra cinematográfica e literária, mesmo não estando em atendimento clínico. Independentemente da nomenclatura utilizada por Freud, ou pelos autores pós-freudianos, para método de pesquisa, a psicanálise extramuros é uma abordagem baseada na ética, interpellando problemáticas psicanalíticas, abordando um sujeito inserido na cultura, que não envolve apenas o tratamento psicanalítico (ROSA, 2004).

Seguindo essa lógica de produção do conhecimento, a escuta da personagem Emma no filme e livro, na pesquisa, será sustentada com os pilares metodológicos psicanalíticos transportados para a arte, como a associação

livre, a atenção flutuante e a transferência (MENEZES; SANTOS, 2012).

Esta pesquisa em psicanálise é pautada pela inserção do desejo do pesquisador pela formação do enigma que sua inquietação busca desvelar (POLI, 2005). Vale ressaltar que o pesquisador tem como base o mundo vivido que é discursivo produzindo realidade psíquica ou fantasia. Com isso, o método psicanalítico elabora uma metapsicologia produto da escuta analítica, que não destaca a interpretação, ou a teoria, mas incorpora teoria, prática e pesquisa (ROSA, 2004).

O filme desta análise retrata a trajetória de vida de uma mulher oitocentista, sendo inspirado no livro 'Madame Bovary', publicado em outubro de 1857, na França, por Gustave Flaubert. A publicação do livro causou descontentamento, porque alguns leitores alegavam que seus escritos eram uma afronta à religião, à moral, aos bons costumes e às normas sociais da época. Então, diante deste fato, o autor foi processado judicialmente por seus escritos, impedindo sua publicação naquele momento. Entretanto, Flaubert e os editores do livro conseguiram vencer a acusação judicial e, no ano seguinte, o livro retornou a público.

Toda essa discussão em torno do livro despertou o interesse das pessoas, que queriam descobrir o que tinha de tão imoral nos escritos e, assim, a retomada da publicação do livro tornou-se uma atração naquela época. A polêmica moralista diante do livro de Flaubert se associa à polêmica causada na sociedade com os primeiros escritos freudianos que foram censurados e acusados de imoralidade e perversão. Flaubert e Freud são censurados por apontar e desvelar o que se encontra sob o véu do recalque, o proibido desejo e a diversidade da vida psíquica.

5 REVERBERAÇÕES DA VIOLÊNCIA EM MADAME BOVARY

Emma era uma jovem nascida no campo, que, aos 13 anos, foi enviada para um convento de freiras para dar continuidade à sua educação, preparando-a para casar e ser uma boa esposa. Mas Emma, mesmo inserida nesse contexto religioso e moralista de freiras, não seguia as regras. Apesar de proibido, ela gostava de ler romances, folhetos e almejava uma vida semelhante à

das mulheres dos romances. Emma, desde muito cedo foi educada conforme as regras da sociedade e da cultura para ser uma mulher exemplar, ou seja, submissa, obediente, encarcerada no lar com os afazeres domésticos. No período moderno oitocentista, as mulheres não tinham escolha, a maioria delas não conseguia estudar, ler, ter uma profissão. Emma, nesse sentido, foi privilegiada, conseguiu aprender a ler e usava a leitura com refúgio para uma situação aparentemente sem solução.

Assim Flaubert descreve Emma como uma mulher que irrompe com as normas da sociedade onde a mulher tem o papel apenas de mãe e de esposa. No qual ser casada e ter o sobrenome do marido é de suma importância. Não é o primeiro nome da protagonista que é enfatizado no filme, mas as pessoas se dirigiam a ela como 'Madame Bovary' e não como Emma. Isso faz pensar numa violência social. Então, quem é Emma? Quem é a mulher além da esposa do médico? Nesse sentido, como viveria uma mulher oitocentista que não casou?

Freud e Flaubert se encontram na escuta de uma mulher e seus desejos. A violência de uma sociedade, diante de apenas um destino de vida traçado para a mulher, o casamento. O homem, seu sobrenome, permitia o surgimento de uma mulher. A violência se encontra na impossibilidade de se reconhecer ou nomear, há que se contar com a sorte de um casamento para encontrar um lugar no mundo.

A configuração e as dinâmicas em torno das funções e das obrigações dessa mulher podem apontar para as marcas da violência de uma época, violência que se atravessa no corpo e psiquismo, violência que naturaliza, que cristaliza papéis e funções sociais. Segundo Kehl (2008), Freud descreve em seus estudos que o sujeito não nasce homem ou mulher, feminino ou masculino, que é no processo de subjetivação a partir do Complexo de Édipo que se pode pensar na constituição de um psiquismo. Qual o lugar da mulher além de mãe, esposa e uma ótima dona de casa? O que pode uma mulher? Se o processo de constituição aponta para uma relação e desnaturalização do humano, como podemos permanecer fixados na anatomia para definir os destinos de uma mulher ou de um homem?

Emma é uma mulher que não costuma repensar sobre as situações que acontecem em sua vida. Vive em busca de algo que remeta à felicidade e à

plenitude, buscando algo que nem ela sabe o que é. Emma vai em busca de seus sonhos, independentemente das violências de uma sociedade opressora para a figura feminina. Emma não por ter nascido mulher está pautado na violência que ela sofre. Ela é uma mulher que faz resistência e ruptura dos costumes do seu tempo, inspirando novas mulheres a fazerem o mesmo.

6 CASAMENTO, MULHER E DESEJO

O marido de Emma, Charles, era um médico provinciano, que foi chamado a um vilarejo próximo de onde mora para atender um fazendeiro que tinha quebrado a perna. Nesse momento, o jovem médico conhece Emma, filha do fazendeiro, e se encanta por ela. Ao ficar viúvo, Charles volta a visitar Emma e a pede em casamento. O pedido de casamento de Charles é recebido com alegria por Emma. Nas suas fantasias em torno do casamento, Emma idealiza uma chance de livrar-se da vida pacata que leva na fazenda do pai e acredita viver uma vida mais emocionante casada com Charles. Percebe-se, então, o destino de uma mulher atrelada ao casamento e ao marido. Mudar de vida significa casar-se.

Emma se destacava, era inteligente, audaciosa e curiosa sobre o mundo. Tudo queria aprender e tudo aprendia. No filme, a personagem demonstrava desejo de buscar saberes novos, procurando suprir uma falta que não conseguia preencher. Ao contrário de Charles Bovary, filho de um médico que, ainda jovem, estudou medicina e não foi considerado um bom aluno. Charles se contentava com a vida medíocre que tinha, não buscava por novos saberes, não se interessava por nada, apenas sobrevivia. O próprio Flaubert (1957) descreve Charles como um sujeito medíocre, sem assunto e sem grandes interesses e ambições. Mesmo Charles sendo um homem insignificante, na obra 'Madame Bovary' é apresentado a história de seu marido. Diante de tal fato, é demonstrada a violência social da época, identificando um aspecto da violência de gênero, o homem, mesmo insignificante e medíocre, é parte importante na história de uma mulher.

Segundo Kehl (2008), a modernidade aponta ao surgimento da família nuclear, que demarca uma separação entre o espaço público e privado. Esse

fato modificou a sociedade europeia, surgindo um sujeito com dispositivos de controle, ou seja, jurídico-institucionais. A família nuclear é considerada um lugar de intimidade, privacidade e relaxamento. O papel da esposa, considerada mulher do lar, é de manter esse espaço como sagrado. Quando o marido volta do trabalho, essa mulher deve lhe proporcionar um ambiente tranquilo e harmonioso. O casamento trazia para a mulher oitocentista a responsabilidade de fazer o outro se sentir bem (KEHL, 2008). Dessa forma, se configura uma violência contra a mulher que, além dos afazeres da casa e do cuidado com os filhos, fica a cargo dela fazer o marido se sentir bem e feliz dentro do lar. Emma, no seu repertório de fantasias romanescas, esperava que o casamento a afastasse da vida pacata, porém isso não aconteceu, ao contrário, lhe trouxe mais monotonia. Uma mulher provinciana não tinha onde se divertir ou ter prazer fora do lar, sendo o casamento e os filhos seu único destino. Servir os filhos e ao marido: o que mais uma mulher poderia desejar?

Uma leitora assídua, Emma trazia em suas fantasias femininas a perspectiva de ‘amor’ e de casamento baseada nos romances que lia. Almejava viver o estilo de vida das personagens literárias, que, na época, era contraditório a vida dos moradores do interior da França, onde vivia com o marido. Passados alguns meses, o que ela sonhava encontrar no casamento não se concretizou. Ao contrário, o dia a dia com Charles se mostrava tedioso e frustrante. O entusiasmo do início do casamento deu lugar ao profundo sentimento de tristeza, logo, Emma não encontrava nada que a motivasse.

Emma se mostra uma mulher que não encontra satisfação com casamento e, portanto, sonha em encontrar a felicidade na maternidade. Quando engravidou esperava ter um menino e sentir as alegrias da maternidade, alegria esta que também lia nos romances. Ao dar à luz e ser informada de que a criança era uma menina, Emma desmaia. Ao acordar, foi tomada pela decepção de ter gerado uma menina. Ela não se sente realizada após se tornar mãe e acaba rejeitando a filha. Sua filha, Bertha, foi levada para morar com uma ama de leite, a qual Emma visitava esporadicamente. Com um ano de idade, Bertha volta a morar com os pais. Certo dia, ao ver Emma voltando para casa de um passeio, a menina corre ao seu encontro para abraçá-la. Emma, muito irritada, tenta afastar Bertha, que cai no chão e se machuca, sendo Charles,

o médico da casa, quem cuida dos machucados da filha. Nesse momento de sua vida, Emma não está satisfeita com o casamento, nem com Charles e nem com a maternidade e ainda achava sua filha uma criança feia.

Historicamente, os estudos sobre a mulher e o feminino apontam à naturalização e à associação entre mulher e maternidade. Na família da época que viveu Emma, o ser feminino e a maternidade eram considerados intrínsecos. A partir da teoria psicanalítica, é possível questionar a cristalização do lugar da mulher e da maternidade.

A maternidade é entendida como uma armadilha social para a mulher, forma de controle de costumes tradicionais que a fomentam. O papel social da maternidade é interpretado como a consolidação da submissão da mulher em torno do homem nas sociedades patriarcais (BRASIL; COSTA, 2018). Segundo os autores, o papel da maternidade torna-se um aprisionamento da mulher dentro do lar, ocupando-se constantemente com o cuidado e zelo da família e, em muitos casos, esta função não é compartilhada com o homem, mas a serviço dele.

Mais uma violência contra a mulher é escutada a partir do filme: percepção da mulher com a responsabilidade de ser uma mãe zelosa, altruísta, desprendida de si e das suas vontades, pelos filhos e pela família. Emma, frustrada em não ter um filho homem e em constante sofrimento psíquico, perante a sociedade não se tornou uma boa mãe. ‘Madame Bovary’ é original e rompe com o discurso de uma época ao revelar uma mulher de prazeres que não se associam à maternidade ou ao casamento.

Desta forma, “[...] a maternidade assumiria uma imagem de experiência fundamental e, quando negada, pode influenciar no próprio entendimento do ser mulher” (BRASIL, COSTA, 2018, p. 429). Assim, a maternidade seria um movimento de suposta completude da mulher, fazendo analogia ao sentido fálico, ou seja, total, completa, onipotente (FREUD, 1905/2006). Emma se revela uma mulher insatisfeita, incapaz de encontrar na maternidade satisfação ou gozo. Entretanto, o lugar social possível para a mulher, ao menos neste tempo, é a maternidade. A mulher que, por ventura, não se tornar mãe, é considerada incompleta. Para os autores, a mulher é atrelada a uma reivindicação fálica jamais satisfeita.

A cultura não passa de um epifenômeno. Aos seus olhos, a maternidade e o amor que a acompanha estariam inscritos desde toda a eternidade na natureza feminina. Desse ponto de vista, uma mulher é feita para ser mãe, e mais, uma boa mãe. Toda exceção à norma será necessariamente analisada em termos de exceções patológicas. A mãe indiferente é um desafio lançado à natureza, a anormal por excelência (BADINTER, 1985, p. 15).

Ficando cada dia mais descontente com o casamento e com Charles, Emma tentou buscar prazer e emoção no adultério. Tendo como repertório fantasioso de homem e marido o dos romances que lia, Emma buscava nos amantes encontrar o homem tão sonhado, inteligente, atraente, viril. Mas Emma não encontrava nos amantes o que buscava: ser feliz, completa, satisfeita. Essa situação a deixava irritada. Incompreendida, exigia constantes demonstração de amor dos amantes. Flaubert, assim como a teoria psicanalítica, revela uma mulher de desejos, que acabam recalcados e reprimidos pela sociedade.

Não satisfeita com a vida de casada com Charles, nem com os amantes, nem com a maternidade, 'Madame Bovary' busca satisfação nos produtos do Sr. L'Heureux, um vendedor que lhe oferece tudo o que ela precisava para transitar e sentir-se como as mulheres burguesas, aquelas descritas nas suas leituras romanescas. 'Madame Bovary' encontra nas compras exageradas a satisfação momentânea, tentando suprir o que não consegue sentir na sua vida amorosa. Diante dessa compulsão pelas compras, Emma gasta todo o dinheiro e patrimônio de Charles, deixando a família Bovary destruída financeiramente.

Segundo Ceccarelli e Andrade (2018), a maneira como o sujeito lida com as manifestações da sexualidade está vinculada a dois movimentos psíquicos, que afetam regiões psíquicas distintas: o recalque sexual e a repressão da sexualidade.

Neste sentido, o recalque se refere à barreira do incesto, que impõe ao sujeito o afastamento do primeiro objeto sexual, tratando-se de uma exigência cultural e social. Em outras palavras, "presente em toda cultura, o recalque é condição inegociável para que ela exista; é o movimento que diferencia

e organiza o humano” (CECCARELLI; ANDRADE, 2018, p. 233).

O segundo movimento psíquico, denominado repressão da sexualidade, sustenta relações com a moral sexual e com valores sociais em que está embasada a moral vigente, ou seja, a civilização sobre interferências prejudiciais, gerando repressão nociva na vida sexual do sujeito, imposta pela moral sexual. Nessa vertente, o sexual é uma incógnita para o sujeito. Mesmo assim, o sexual resiste às normas ou ao controle e a sexualidade comunica sobre o caminho do sexual. “Entretanto, sendo o imaginário uma construção sustentada pelos mitos de origem da cultura em questão, ele muda segundo a cultura, a época e os costumes: ele é sócio-histórico, logo político” (CECCARELLI, ANDRADE, 2018 p. 233).

Emma, através de sua vida de casada, retrata a repressão da sexualidade de uma época. Segundo Kehl (2008), a doçura da mulher e submissão ao homem têm um efeito cultural de sustentar a posição do macho na hierarquia familiar. Dessa maneira, as mulheres são educadas para serem recatadas e resistentes ao sexo, situação que reforça a virilidade masculina.

As questões de Emma, sua insatisfação, mesmo que ninguém a compreendesse, eram de outra natureza. Ela não conseguia preencher seu vazio intelectual, cultural e sexual, principalmente em se tratando da época oitocentista. A personagem apresenta uma nova possibilidade de existência da mulher no laço social: uma mulher insatisfeita com a submissão ao lugar de mãe. Emma rompe com o silêncio dos desejos de uma mulher, transborda as censuras e a moral vigente, porém, não encontra acolhimento em outras mulheres ou na cultura. Não há lugar para ‘Madame Bovary’. Era ainda impossível conceber uma mulher com vontades para além do lar e do marido.

Desesperada com a situação financeira em que colocou a família e a ela mesma, busca solução para seu sofrimento ingerindo arsênico, que a levou à morte. Charles tentou salvar sua ‘mulherzinha’, como ele costumava se referir à esposa, mas sem sucesso. Emma, em sua trajetória de vida, buscou viver intensamente, procurava algo que preenchesse seu vazio existencial e realizasse suas fantasias romanescas. Assim, mesmo no momento de sofrimento, não encontra um lugar de fala, findando sua vida, imitando as heroínas dos romances que lia, o que indica que nem no momento de sua maior miséria humana, deixou de ser intensa.

Emma conseguiu alguma maestria sobre seu destino. Somente ao decidir sobre sua própria morte, Emma escapou à posição de objeto dos homens em geral. Seu suicídio transgrediu as ordens de Homais, as leis da igreja, o desejo de Charles, as decisões de Lheureux e do agiota (KEHL, 2008, p. 177).

Culturalmente, na época de Emma, a mulher estava sujeita às vontades e à disponibilidade do seu marido, tarefa que Emma teimava em renegar. Contudo, Emma paga o preço de receber olhares de julgamento na rua por parte de outras mulheres que a denominam adúltera, violência sustentada pela própria cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho foi escutar as violências contra a mulher na obra ‘Madame Bovary’, tendo como sustentação teórica a psicanálise. Para tanto, além da escuta do filme, o livro ‘Madame Bovary’, lançado por Flaubert em (1857), também foi lido. Na época, a obra causou inquietação na sociedade burguesa, que se sentiu afrontada com a história de Emma, uma mulher insatisfeita, fantasiosa, adúltera, que se mostrava descontente com o papel da mulher, esposa e mãe, papéis da figura feminina de suma importância pela sociedade.

O primeiro tópico de análise gira em torno da violência contra a mulher em ‘Madame Bovary’, se referindo aos costumes e à moral burguesa da época. O filme permitiu contribuir para a escuta da violência contra a mulher, considerando a classe social burguesa como promotora de seu papel passivo e submisso. Pensando na contemporaneidade, segundo Badinter (2011), os caminhos conduzem a debates de um novo destino do feminino, desmistificando modelos culturais e sociais rígidos do século passado. Diferentemente do destino de Emma no filme, na contemporaneidade o percurso de cada

mulher não representa mais apenas a maternidade e o casamento, possibilitando o surgimento de outras vias cabíveis e desejáveis.

O segundo tópico de análise ressalta as discussões sobre o estereótipo de mãe que Emma não foi. Pelo contrário, a personagem optou por trilhar um percurso com amantes, em que o sexo não servia somente para reprodução. Nem Eva nem Maria, nem pecadora nem santa, apenas uma mulher de desejos. Aprendendo com Emma, hoje, a mulher encontra ressonância no corpo social que permite viver seu desejo (NUNES, 2011).

Assim como Freud ao se calar diante das questões e enigmas de uma mulher, fazendo surgir a teoria psicanalítica, Flaubert permite silenciar a voz de um homem e faz surgir a voz de uma mulher de desejo em sua obra, ao apresentar uma personagem que não se adequa à sociedade e às suas normas.

Desta forma, enquanto psicanalistas, nos cabe a escuta, a criação de espaços em que a mulher aparece com seus desejos e sua voz. Portanto, cabe, também, pensarmos em estratégias e intervenções que permitam às mulheres escreverem sobre si mesmas, sobre seus anseios e sofrimentos. Percebe-se a urgência na implicação de uma psicanálise capaz de diminuir o sofrimento causado pela violência contra mulher. Então na contemporaneidade a pergunta freudiana “o que querem as mulheres”? As mulheres, nos transmite Emma, desejam ser escutadas.

REFERÊNCIAS

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 268 p.

BADINTER, Elisabeth. **O conflito: a mulher e a mãe**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BRASIL, Marina; COSTA, Angelo Brandelli. Psicanálise, feminismo e os caminhos para a maternidade: diálogos possíveis? **Psicologia Clínica**, v. 30, n. 3, p. 427-446, 2018.

CECCARELLI, Paulo Roberto; ANDRADE, Eduardo Lucas. O sexual, a sexu-

alidade e suas apresentações na atualidade. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 21, n. 2, p. 229-250, 2018.

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. (1905). *In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

FREUD, Sigmund. **O ego e o id**. (1923). *In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. **A dissolução do complexo de Édipo**. (1923). *In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREUD, Sigmund. Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. (1925). *In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. A instrução judicial e a psicanálise. (1906)¹. *In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FREUD, Sigmund. Estudos sobre a histeria. (1893). *In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FREUD, Sigmund. Sobre a Sexualidade Feminina. (1931). *In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

Freud, Sigmund. A sexualidade feminina. (1931). *In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. Feminilidade. (1932). *In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do feminino**: a mulher freudiana na passagem para a modernidade. 2. ed., Rio de Janeiro: Imago, 2008.

MENEZES, Daniel Coelho; SANTOS, Marcus Vinicius Oliveira. Apontamentos sobre o método na pesquisa psicanalítica. **Analytica: Revista de Psicanálise**, v. 1, n. 1, p. 90-105, 2012.

MOLINA, José Artur. O que Freud dizia sobre as mulheres. 2.ed. São Paulo:

Cultura Acadêmica, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/109164>. Acesso em: 10 out. 2020.

NOBRE, Thalita Lacerda. Considerações sobre Psicanálise e literatura: uma leitura de Madame Bovary. **Psicologia Revista**, v. 19, n. 2, p. 207-224, 2010.

NUNES, Silvia Alexim. Afinal, o que querem as mulheres? Maternidade e mal-estar.

Psicologia Clínica, v. 23, n. 2, p. 101-115, 2011.

NUNES, Silvia Alexim. **O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha**: Um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, 260 p.

PEREIRA, Cassiana Linhares.; VIEIRA, Heric Carvalho; MENEZES, Thiago Pedro. O véu que tece o desejo: aproximações entre cinema e psicanálise. **Extensão em Ação**, Fortaleza, v.1, n.17, p. 18-27, jan./jul. 2019

POLI, Maria Cristina. Pesquisa em Psicanálise. **Revista da Associação psicanalítica de Porto Alegre – APPOA**. n. 29, p. 42-47, 2005.

ROSA, Miriam Debieux; A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, v. 4, n. 2, p. 329-348, 2004.

A INFLUÊNCIA DA MÚSICA NO COMPORTAMENTO HUMANO NO SETOR DE ACADEMIAS NO LITORAL CATARINENSE

Bárbara Helena Krieger Pisa Marhofer¹

Beatriz Hering Faht²

¹ Aluna do curso
de Psicologia do
Centro Universitário
Avantis - UNIAVAN

² Mestre em Educação
pela Universidade
do Vale do Itajaí,
Brasil(2011).
Professora do
Centro Universitário
Avantis, Brasil

RESUMO

A música exerce influência em diversos campos na área terapêutica através da Musicoterapia, assim como através da Psicologia da música. O objetivo geral deste trabalho é analisar as influências que a música exerce no comportamento humano no contexto do trabalho na visão de trabalhadores do setor de academias no Litoral Catarinense. Os específicos são: conhecer a visão de trabalhadores do ramo de academias quanto a influência da música no contexto do trabalho; e confrontar a visão dos estudiosos na temática com o posicionamento dos trabalhadores no respectivo ramo. O caminho metodológico classifica-se com abordagem mista, objetivos exploratórios e procedimento técnico de estudo de campo, por meio da aplicação de um instrumento online composto por questões abertas e fechadas. O campo da pesquisa se deu em três instituições de uma cidade litorânea de Santa Catarina. Os resultados estão relacionados à forma em que a música influencia no comportamento humano no contexto do trabalho, com vistas ao ramo de academias, atendendo o sujeito de forma singular e biopsicossocial. A presente pesquisa possibilita um melhor entendimento acerca da temática, bem como suscita a reflexão para novas formas de relacionar a música nos diferentes contextos de trabalho. **Palavras-chave:** Música. Comportamento Humano. Trabalho.

THE INFLUENCE OF MUSIC ON HUMAN BEHAVIOR IN THE ACADEMY SECTOR IN THE COAST OF VALE DO ITAJAÍ

ABSTRACT

Music has an influence in several fields, such as therapeutic influence through Music Therapy, as well as through the Psychology of Music. The general objective of this work is to analyze the influences that music has on human behavior in the context of work in the view of workers in the gym sector on the coast of Vale do Itajaí / SC. The specifics are: to know the view of workers in the gym industry regarding the influence of music in the context of work; and confront the view of scholars on the subject with the positioning of workers in the respective field. The methodological path was classified as a mixed approach, with exploratory objectives and technical procedure, field study. The data will be collected through an online questionnaire composed of open and closed questions, and the analysis will be descriptive. The research field will take place in three institutions in a coastal city of Santa Catarina. The results are related to the way in which music influences human behavior in the context of work, with a view to the branch of gyms, attending the subject in a unique and biopsychosocial way. Finally, the present research enables a better understanding of the theme, as well as provoking reflection on new ways of relating music in different work contexts.

Keywords: Music. Human Behavior. Work.

1 INTRODUÇÃO

A música sempre existiu no universo, antes mesmo do surgimento do homem. Os sons encontrados na natureza representam a origem e construção da música na sociedade contemporânea. Presente em praticamente todas as culturas, a música exerce uma influência comportamental e emocional no indivíduo, marca momentos, torna presente lembranças do passado. Esses

fatores permitem uma reflexão sobre o potencial da música e a maneira com que ela age e influencia a vida e o ambiente do ser humano. “A música é a arte de manifestar os diversos afetos da nossa alma mediante o som” (BONA, 2002, p. 2).

Na antiguidade, a música era utilizada de modo terapêutico, na busca da origem e cura de enfermidades. Acreditava-se que a música era capaz de expulsar o espírito ruim que era causador de doenças. “Aristóteles descrevia seus benéficos efeitos nas emoções incontroláveis e para provocar a catarse das emoções” (LEINIG, 1977, p. 15).

Ainda hoje a música exerce influência em diversos campos, como a influência terapêutica através da Musicoterapia, assim como através da Psicologia da música, que estuda a relação com a emoção e linguagem, e também através da Neurociência que investiga o efeito da melodia, harmonia e ritmo no cérebro humano. Portanto, a música está presente em muitos lugares e momentos.

O ambiente de trabalho e o desenvolvimento das atividades podem ser influenciados pela música, que conforme estudos, eleva o estado de espírito e motivacional. “Enquanto outros estímulos despertam a conduta negativa ou positiva no homem, a música (quando escolhida adequadamente) consegue levá-lo a um estado de ânimo positivo” (LEINIG, 2008, p.251).

Diante do exposto, o estudo pretende responder a seguinte questão problema: de que forma a música influencia no comportamento humano de trabalhadores do setor de academias no Litoral Catarinense?

Visando responder a questão, foram elaborados os seguintes objetivos específicos: conhecer a visão de trabalhadores do ramo de academias quanto a influência da música no contexto do trabalho; e confrontar a visão dos estudiosos na temática com o posicionamento dos trabalhadores no respectivo ramo.

Com o intuito de dar conta dos objetivos propostos, essa pesquisa tem como hipótese a ideia de que a música influencia positivamente o comportamento humano. No contexto do trabalho não é diferente. Ao ser utilizada de forma consciente e adequada, a música pode vir a melhorar o desempenho das atividades desenvolvidas, melhorar relações interpessoais, bem como aumentar a criatividade e produtividade.

Isso posto, espera-se contribuir com instituições, que através de investimentos, possam compreender a influência que a música exerce no comportamento humano no contexto do trabalho para promover adequações para melhorias para a produtividade do colaborador, não somente parte da instituição, mas também como indivíduo, uma vez que a música exerce importante papel no desenvolvimento humano, assim como para a instituição que poderá ter melhores resultados.

Ao observar os avanços tecnológicos e o ritmo acelerado da sociedade pós-moderna, nota-se um grande aumento nos níveis de ansiedade, depressão e relações sociais cada vez mais distantes. Esta pesquisa emerge a oportunidade de demonstrar os efeitos da música e como ela é capaz de auxiliar nas emoções e melhorar a afetividade das relações modernas pessoais e profissionais.

A música é um importante instrumento de memorização, concentração, aumento da capacidade cognitiva e de transformação pessoal. Neste contexto, pode-se refletir sobre a capacidade que a música exerce sob um indivíduo e ampliar esta capacidade para uma influência coletiva.

Ainda hoje, as influências da música no comportamento humano no contexto do trabalho não são muito discutidas e, portanto, acabam não tendo uma definição sobre qual a real influência que ela exerce, se a música auxilia o desempenho ou atrapalha na produtividade.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo tem por base uma natureza básica, que segundo Prodanov e Freitas (2013), visa elaborar novas discussões e conhecimentos buscando crescimentos e evoluções dentro do assunto da pesquisa. Partindo de uma abordagem mista e pesquisa exploratória, Creswell e Clark (2011) consideram a pesquisa mista um método de coleta e estudo em que se combinam as técnicas qualitativas e quantitativas, possibilitando melhores possibilidades de análises.

A pesquisa constitui-se de um procedimento bibliográfico, com consultas a publicações de periódicos, artigos científicos e livros. De acordo com Gil (2010), a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador uma maior amplitude sobre o tema de pesquisa, levando em conta base e dados históricos.

Quanto ao procedimento técnico, classifica-se como pesquisa de campo, visto que de acordo com Prodanov e Freitas (2013), tem como finalidade obter maiores informações e/ou evidências acerca de um determinado assunto para o qual procura-se respostas e explicações mais aprofundadas.

Assim, a coleta de dados aconteceu com onze (11) colaboradores de academias do Litoral Catarinense, com faixa etária superior a dezoito (18) anos. Cabe destacar que este estudo foi apreciado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da referida instituição de ensino, que emitiu o parecer consubstanciado de aprovação CAAE 37323220.0.0000.5592. O anonimato dos participantes de pesquisa foi resguardado a partir do posicionamento ético do pesquisador, a fim de garantir a manutenção dos cuidados éticos da pesquisa.

Devido ao período de distanciamento social em virtude da pandemia de COVID-19, a aplicação do questionário se realizou de forma online, utilizando-se a ferramenta do Google Forms®. O questionário foi disponibilizado através de um link de acesso, e somente foi liberado depois de o participante realizar a leitura do TCLE e clicar em “li e concordo”, composto por questões abertas e fechadas de múltipla escolha seguindo uma ordem previamente elaborada pela pesquisadora.

Posteriormente, na análise dos dados, as informações foram organizadas e agrupadas em categorias para um melhor entendimento. Prodanov e Freitas (2013, p.112) afirmam que a análise dos dados tem como finalidade “[...] atender aos objetivos da pesquisa e para comparar e confrontar dados e provas com o objetivo de confirmar ou rejeitar a(s) hipótese(s) ou os pressupostos da pesquisa”.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Apresenta-se neste estudo a busca pela relação que a música exerce no comportamento humano, desde a sua origem e como a música é objeto de estudo em áreas tais como a Psicologia da Música, a Neurociência, a Musicoterapia, bem como a sua influência no contexto do trabalho.

3.1 A ORIGEM DA MÚSICA E A INFLUÊNCIA NO COMPORTAMENTO HUMANO

A música sempre esteve presente no universo mesmo antes da chegada do homem. Os sons da natureza, como os cantos dos pássaros e o barulho da cachoeira contribuíram para a construção da música contemporânea. Quando o homem identifica a maneira com que a música atua na vida do ser humano, começa a arquitetar formas para fazer o uso desta (VARGAS, 2012). Desde os primórdios a música foi utilizada como uma forma de encontrar a cura de enfermidades do corpo e da alma, de acordo com as crenças de seus tempos, que de forma medicinal, buscava a origem das doenças através de compreensões mágicas, metafísicas e naturalistas. Nesse sentido, a compreensão mágica busca explicar as enfermidades que atingem o homem através de poderes superiores; a compreensão metafísica procura entender a essência da doença por explicações de forças que transcendem a força física; e a compreensão naturalista através de eventos naturais. Para o homem primitivo, o corpo do doente era apenas um instrumento para a ação do espírito, e apesar de a música e a dança estarem voltadas apenas para atingir esse espírito, acabavam sim atingindo o enfermo, e este por fim entrava em estado de catarse (COSTA, 1989).

Na Grécia antiga as doenças tinham um lado mais racional, existia algo além do plano espiritual que deveria explicar a essência da enfermidade. Para os primeiros filósofos, as doenças eram desenvolvidas devido ao dese-

quilíbrio dos elementos naturais e humanos, como o frio, calor e umidade, e estes deveriam voltar ao seu estado de equilíbrio para obter a melhora do indivíduo (COSTA, 1989).

Hipócrates, importante filósofo e médico grego da época, considerado por muitos de seus sucessores o Pai da Medicina, defendia a tese de que a medicina era distinta da filosofia e religião, e que só poderia ser comprovada pelo método experimental e não supersticioso (BEZERRA; VIANA; BACELAR, 2012). Segundo os mesmos autores, Hipócrates afirmava que a medicina deveria ter o foco no paciente e não na enfermidade, esta por sua vez se dava pelo desequilíbrio dos humores corporais, a bílis preta e amarela, o sangue e a fleuma.

Além de promover a catarse, os gregos viam a música como um novo possível método para formação do caráter. Para os povos gregos, as combinações de melodia e ritmo eram fundamentais para gerar novas expressões (VARGAS, 2012). Estes estudos foram realizados pela doutrina grega de *Ethos*, relacionada à formulação do comportamento humano.

Partindo deste contexto, pontos de vista de dois grandes filósofos são considerados quando se trata dos estudos e resultados de *Ethos* no indivíduo, sendo eles Sócrates e Pitágoras. Para Sócrates os modos, musicais - ritmo e melodia - eram capazes de agir sob o indivíduo de forma a despertar um tipo de comportamento, *Ethos*. Este por sua vez, depende de como faz o indivíduo se sentir, podendo ser ignorado ou despertado com maior frequência (ZAMPRONHA, 1997).

Também é importante destacar Platão, que segundo Vargas (2012), além de reconhecer a música como mais preponderante do que as leis gregas, considerava que a música tida como “boa” despertava virtudes boas, e músicas ditas “ruins” despertavam virtudes ruins. Seguindo o raciocínio de Platão, Aristóteles afirma que a música representa as paixões da alma, podendo despertar sentimentos como o amor, a raiva, a tristeza entre tantos outros (GROUT; PALISCA, 2005).

Com o passar dos tempos, o homem e a música se aproximaram cada vez mais, até que na Idade média, com a ascendência do cristianismo, a música passa a ter conotação mais religiosa, e a igreja passa a controlar a forma de se fazer música, já que via a influência que esta desempenhava sob o com-

portamento humano (VARGAS, 2012).

Do século XIII ao século XIX as doenças mentais se desenvolveram nos povos, e a música e a dança continuaram seu papel eficaz na busca da cura dos enfermos, exercendo de modo terapêutico a catarse esperada (VARGAS, 2012). O autor segue com a história da música no comportamento humano, quando cita mais um importante passo conquistado ainda no século XIX, mas que tomou força no século XX. Com a chegada do desenvolvimento científico e tecnológico, a música foi introduzida em hospitais de países como Estados Unidos e Argentina, agindo de modo terapêutico com o tratamento de neuróticos e pacientes com poliomielite.

Atualmente, grupos indígenas que possuem maior contato com a sociedade urbana acreditam que a cura física é responsabilidade dos médicos, enquanto a cura espiritual fica por conta do curandeiro indígena, que busca os métodos terapêuticos dos antepassados (MOTA, 2003). A música também pode ser entendida como um possível recurso em alguns casos nos campos da Psicologia e Neurociência.

3.2 PSICOLOGIA DA MÚSICA E A NEUROCIÊNCIA

O ser humano é munido de muitas potencialidades e particularidades, sendo considerado complexo e distinto, que se diferencia por sua subjetividade e ao mesmo tempo se aproxima dos que à ele se assemelham (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA 2001). O homem encontra-se em constante procura pelas respostas das situações que ocorrem ao seu redor e, na perspectiva de Avila (2009), a música proporciona ao ser humano a viabilidade de mostrar-se como realmente é, compreender o outro e a si mesmo e recordar momentos já vividos.

Brécia (2009) afirma que a música além de atuar como uma excelente forma de alívio de estresse emocional, aparece de forma eficaz no tratamento de dificuldades com a fala, linguagem, coordenação motora e paralisia cerebral. Com o intuito de realizar maiores estudos sobre o efeito da música no

ser humano, iniciam os trabalhos da Psicologia da Música.

A busca pelo entendimento da relação do homem com o mundo e dele com seus semelhantes pode ser explicada pela música, já que esta tem um grande potencial para desmistificar seu interior (SÁ; MENDES, 2017). Fato esse que se comprova por meio de uma disciplina de especializações, pós-graduações e mestrados, intitulada como Psicologia da Música, que tem seu enfoque em estudos da relação da música em processos de desenvolvimento, como a percepção, emoção, cognição, e processos psicossociais (SANTOS, 2012).

Procurar entender os sentimentos vivenciados pelo homem é uma missão para aqueles que possuem afinidade com este campo de pesquisa (SÁ; MENDES, 2017). Os referidos autores enfatizam também que, dentro da perspectiva psicológica, a música está ligada com o desenvolvimento humano no que diz respeito à aprendizagem. Consideram ainda que a inteligência musical desenvolvida desde a infância formam e guardam sentimentos, afetos e percepções, e estes quando instigados são expressos pelo corpo.

A Psicologia da Música vem atuando eficazmente em diversas vertentes da vida humana. Novos profissionais embasados nos estudos que já existem se capacitam neste ramo de estudo, buscando cada vez mais respostas para esta relação tão subjetiva, da música e do homem. Segundo Sá e Teixeira (2005), na área acadêmica, a música é estudada nos campos de abordagens da Psicologia de forma que não exista uma verdade total, despertando uma visão reflexiva e crítica frente a tamanhas subjetividades.

O elo criado pela música e o homem pode muitas vezes ser interpretado como algo inexplicável, já que perpassa a razão e envolve o sentimento. O estudo da música no campo da Psicologia não é uma simples perspectiva do desenvolvimento humano, é uma construção cognitiva e cultural que resulta em sentimentos e comportamentos.

Com base na história da música, a influência no comportamento humano e o estudo da Psicologia da Música, percebe-se a importância e influência que ela exerce sobre o ser humano e, portanto, é estudada pela Neurociência.

Antes mesmo do nascimento, a primeira vivência de um bebê é a pulsação, que a partir deste momento insere o indivíduo em um ambiente composto pela música (VARGAS, 2008). A autora ainda afirma que a música auxiliará

no desenvolvimento do indivíduo, resgatando memórias e influenciando no seu comportamento.

Com os avanços da neurociência tornou-se possível verificar as reações do sistema nervoso ao ouvir determinada música (SANTOS; PARRA, 2015). Ainda no século XIX, pesquisas de neurologistas da época mostravam a influência da música no humor do indivíduo e a capacidade que o estímulo de ouvi-la tem de levar o sujeito a um estado de ânimo positivo (LEINIG, 2008).

Segundo o neurologista Mauro Muszkat (2012), o desenvolvimento compartilhado entre a arte e a ciência permite que o indivíduo possa conhecer, conviver e conquistar empatia perante as diversas ramificações da vida. Pondera o mesmo autor, que a exposição de crianças a ambientes com maiores estímulos musicais, além de aflorar talentos, desenvolve maior atividade em áreas do cérebro como o hipocampo, associado à memória.

A música presente no dia a dia tem muito mais relação com o cérebro do que se possa imaginar, visto que além dele ser afetado por ela, esta também é afetada por ele. Isto pode ser explicado pelas composições e expressões musicais, por exemplo, que são fruto de criatividade, planejamento e sentimento, executados pelo cérebro (SANTOS; PARRA, 2015).

Muszkat (2012) acredita que além de ser responsável pelo lado emocional da música, o hemisfério direito diferencia as melodias e os timbres musicais. Já o hemisfério esquerdo, lado que possui ligação com a linguagem, seria responsável também pela compreensão dos ritmos, métricas e tonalidades. Segundo o referido autor, os dois hemisférios se comunicam, de modo que a música afeta não apenas o cérebro, mas também as alterações como o ritmo cardíaco e respiratório.

Assim como a Psicologia, a Neurociência realiza estudos na área da educação, buscando formas de justificar como a música auxilia no campo da aprendizagem. Ilari (2003) traz alguns pontos da atuação da música no universo escolar, quando afirma que a inserção de uma educação musical influencia o campo social e criativo da criança, assim como jogos musicais fortalecem através de formas lúdicas o desenvolvimento de áreas da memória e atenção. Este desenvolvimento se dá com maior facilidade na infância, pois nesta fase o desenvolvimento neurológico está mais propício para recebimento de novas informações e mais apto a ampliar a capacidade cerebral

(WEIGSDING; BARBOSA; 2014).

A música desperta a emoção de modo singular em cada indivíduo, e nesse contexto a Musicoterapia, que será explorada no item seguinte, caminha em consonância com a Neurociência, visto que áreas do cérebro ligadas ao afeto são acionadas e podem influenciar também em mudanças comportamentais (VARGAS, 2008).

3.3 MUSICOTERAPIA

Independente do estilo musical, é raro encontrar alguém que não goste de música, haja vista que tem a capacidade de unir pessoas, diminuir a tristeza, auxiliar na expressão de sentimentos. Nesta concepção, a Musicoterapia atua no campo terapêutico, fazendo uso de elementos musicais (CASTRO; VALENTIN; SÁ, 2015).

Na década de 40 a música como terapia obteve grandes resultados durante a Segunda Guerra Mundial, na qual soldados eram tratados com a música para o alívio da dor e sofrimento (GONÇALEZ; NOGUEIRA; PUGGINA, 2008). A busca pelo controle da dor nesta época teve grande contribuição para uma maior visibilidade da música como forma terapêutica (BRÉSCIA, 2009).

O profissional da Musicoterapia procura formas de atingir o paciente através de atividades musicais como a dança, improvisação, canto e até mesmo tocar um instrumento e compor uma música (WEIGSDING; BARBOSA, 2014). Os mesmos autores pontuam que estas formas despertam a interação do paciente auxiliando na memória, em habilidades motoras e no campo emocional, podendo ser utilizada tanto em indivíduos portadores de danos cerebrais e necessidades especiais quanto em crianças, adolescentes, adultos e idosos.

É possível observar através destes estudos o quanto o reconhecimento da música como terapia se faz importante, visto que é repleto de benefícios. A Musicoterapia atua como meio de intervenção para promoção de saúde, de

modo não invasivo, entendida como uma terapia que transmite bem-estar (GUIMARÃES; KUROBA, 2013).

Diante desta realidade, a música vem sendo direcionada como um dos métodos mais eficazes na promoção de equilíbrio emocional e físico, já que estabelece uma harmonia entre estes (WEIGSDING; BARBOSA; 2014).

Os autores Guimarães e Kuroba (2013) pontuam que a Musicoterapia atua não somente no campo clínico, mas também é atuante no campo organizacional. Entre esses dois campos existem objetivos que se assemelham e se diferenciam entre si: na clínica o foco principal é o indivíduo; no campo organizacional englobam funcionários e empresa como um todo.

Outrossim cabe considerar neste contexto que a Musicoterapia atua em cada indivíduo de forma que permita obter respostas de acordo com a sua capacidade que, diante de resultados positivos, é capaz de promover o aumento da autoestima que influenciará em outras áreas da vida, bem como auxiliará em comportamentos mais adequados (VARGAS, 2008).

3.4 A INFLUÊNCIA DA MÚSICA NO CONTEXTO DO TRABALHO

Através do estudo de diversos autores dos campos da Psicologia, Neurociência e Musicoterapia, é notório que a música age no desenvolvimento do indivíduo de diferentes modos, promovendo a cura, a calma, o fortalecimento e a sensação de tranquilidade (BRÉSCIA, 2009).

O músico terapeuta Claus Bang destaca que a música é um dos métodos mais eficazes quando o assunto é a atenção, visto que é uma constante forma de obter novos estímulos e resgatar aquelas que já existiam (BANG; 1991).

Frente a estas afirmações, a música pode ser bem explorada no contexto do trabalho, formando um vínculo de credibilidade entre colaboradores e empresa, resultando assim em retornos positivos para a organização como um todo (STEINBERG, 2006).

No campo organizacional a Musicoterapia atua no auxílio para a apro-

ximação e o estímulo de relações interpessoais, em busca também de promover uma melhor qualidade de vida (BRUSCIA, 2000).

As análises são realizadas frente a situações que possam ocorrer com a equipe, assim como o desenvolvimento que o indivíduo adquire neste contexto, gerando uma melhor adaptação no ambiente de trabalho e consequentemente um melhor desempenho do colaborador e da empresa (CUNHA; OLIVEIRA, 2014).

Analisando o quesito da produtividade, a pesquisa *The effect of music listening on work performance*, realizada pela professora e pesquisadora do Programa de Musicoterapia da Universidade de Miami, Teresa Lesiuk, mostrou que ouvir música no horário de trabalho aumenta a capacidade de produção, visto que a melodia influencia o humor (O GLOBO, 2012). Os resultados ainda apontam que uma decisão errada pode ser tomada enquanto o indivíduo estiver estressado, ao contrário do que ocorre se este encontrar-se em um estado mais tranquilo.

Além de auxiliar no desempenho individual e coletivo da organização, a música no ambiente de trabalho tem um potencial papel no auxílio do foco das tarefas desenvolvidas, e pode ser utilizada como método para redução do estresse. Através dela, será trabalhado juntamente com as habilidades do indivíduo, encontrando o equilíbrio entre as competências e a motivação no trabalho (GUIMARÃES; KUROBA, 2013).

Sendo assim, a inserção da música no contexto do trabalho, apesar de ser nova e de buscar inovar as técnicas de comportamento, é uma prática que pode somatizar no que diz respeito a produtividade, comunicação e a frequência do trabalhador no ambiente de trabalho (OLIVEIRA, 2008).

Visto que a música promove melhora na qualidade de vida, Dolan (2006) sugere que a organização assuma um papel de possibilitar essa qualidade, investindo em promoção de saúde no local de trabalho para que haja uma prevenção de comportamentos com efeitos negativos, como o estresse e o cansaço. Colocando em prática medidas que promovam melhor qualidade de vida, como a Musicoterapia, aumenta a possibilidade de desenvolver uma equipe com indivíduos que contemplem mais valores pessoais, profissionais, éticos, humanistas, empreendedores, visto que medidas musicoterapêuticas são baseadas em ações que buscam transformação (CASTRO; VALENTIN; SÁ, 2015).

No âmbito organizacional, a música favorece a atenção, a produtividade e a melhora no humor. A utilização da música em grupo beneficia a empatia, a comunicação, a interação e desperta a criatividade e espontaneidade (CASTRO; VALENTIN; SÁ, 2015). Mediante as comprovações apresentadas, são notórios os benefícios provocados pela música. Partindo deste pressuposto, por que não explorar mais o campo da música no contexto do trabalho?

A organização como um todo é beneficiada, e encontram recursos na música que elevam a motivação, autoestima e prazer. Afinal, a música proporciona o equilíbrio físico e mental, desenvolve a memória, a criatividade, concentração, sociabilidade, reduz a ansiedade, e é capaz de promover uma limpeza mental (BARRETO; SILVA, 2004).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta pesquisa, onze (11) colaboradores de academias do Litoral Catarinenses responderam a um questionário online, que continha inicialmente a caracterização quanto ao gênero, idade, escolaridade e tempo de trabalho na empresa. Para preservar a identidade dos participantes do questionário, optou-se por utilizar estilos musicais para identificação dos sujeitos, conforme ilustrado no Quadro 1 a seguir.

Colaborador	Gênero	Faixa etária	Escolaridade	Tempo de Empresa
Bossa Nova	Masculino	36 a 45	Ensino superior completo	acima de 2 anos
Clássico	Feminino	36 a 45	Ensino superior completo	acima de 2 anos
Dance	Feminino	26 a 35	Ensino superior completo	acima de 2 anos
Eletrônico	Masculino	26 a 35	Pós-graduação	acima de 2 anos
Instrumental	Feminino	18 a 25	Pós-graduação	acima de 2 anos
MPB	Masculino	18 a 25	Ensino superior completo	acima de 2 anos
Pop	Feminino	36 a 45	Ensino superior completo	acima de 2 anos
Reggae	Feminino	26 a 35	Pós-graduação	acima de 2 anos
Rock	Masculino	26 a 35	Ensino superior completo	acima de 2 anos
Samba	Feminino	26 a 35	Ensino superior completo	acima de 2 anos
Sertanejo	Feminino	36 a 45	Ensino superior incompleto	acima de 2 anos

Quadro 1: Perfil dos participantes do questionário. Fonte: a pesquisa, 2020.

No Quadro 1, percebe-se que sete (7) participantes são do gênero feminino e quatro (4) participantes são do gênero masculino, com a faixa etária entre 18 anos a 45 anos, com nível de escolaridade diversificado e que todos se encontram com tempo de trabalho na empresa acima de dois (2) anos. A seguir, apresentam-se os resultados obtidos no questionário com os participantes, seguidas das discussões teóricas dos estudiosos clássicos e contemporâneos que abordam a temática da música.

Com o intuito de compreender a visão dos trabalhadores do ramo de academias acerca da influência da música no contexto de trabalho, foram realizadas cinco (5) perguntas, as quais serão apresentadas a seguir. Inicialmente, os sujeitos do questionário responderam a seguinte pergunta: **Com que frequência você ouviu música?** Como opções de respostas foram apresentadas as seguintes: todos os dias, três (3) vezes na semana e uma (1) vez na semana. Dos onze (11) participantes, dez

(10) responderam que ouvem música todos os dias e um (1) participante respondeu que ouviu música uma (1) vez na semana. Este resultado vem de encontro com Antunha (2010), ao relatar que a música está presente no dia a dia dos seres humanos, bem como associada a diversos momentos da vida do indivíduo.

Outra pergunta realizada foi: **Qual a sua percepção sobre a relação da música no comportamento humano de forma geral, durante o dia a dia?** As opções de respostas foram as seguintes: não influencia, pouco influencia, influencia razoavelmente, influencia muito e influencia totalmente. Dos onze (11) participantes, seis (6) responderam que influencia muito, três (3) responderam que influencia totalmente e, dois (2) participantes responderam que influencia razoavelmente.

Solicitou-se a justificativa acerca da resposta da referida questão, e a seguir apresentam-se alguns registros: *“Nas aulas de ginástica, as músicas são o principal motivador”*; *“Te dá ânimo para fazer as coisas”*; *“Sempre coloco músicas calmas para trabalhar mais concentrada ou música agitada para outras atividades”*; *“A música muda meu estado de humor”*; *“A música pode impactar a nós de forma boa ou incômoda, isso depende muito do momento, do gênero e outros fatores”*; *“Não sou muito de ouvir músicas, não gosto muito, mas quando estou triste gosto de ligar as músicas do Pe Marcelo. Me*

tranquiliza muito, e me esqueço das tristezas, sempre funciona para mim!”.

A partir dos dados, nota-se que existe uma linha de pensamento coesa, no que diz respeito à música e a sua influência no comportamento humano. Conforme assegura Zampronha (1997), antigamente, Sócrates acreditava que os modos musicais, ritmo e melodia, despertavam tipos de comportamento no indivíduo. Ainda hoje pesquisas são realizadas e sustentam tal relação, pois comprovam que a música exerce influência nos impulsos e emoções, memória e afetividade (MUNIZ, 2018).

Assim como Sócrates, Platão acreditava que a música tinha um papel na construção do caráter, visto que a mesma poderia despertar virtudes “boas” e/ou virtudes “ruins” (VARGAS, 2012). Nos dias atuais, após pesquisas de estudiosos da área, é possível determinar emoções desencadeadas pela associação com a música, sendo elas: alegria, serenidade, raiva ou medo e tristeza (RAMOS; BUENO, 2012).

Para três (3) participantes, a música influencia totalmente. Estes justificam que: *“A música adequada estimula o foco e até mesmo a velocidade de raciocínio, além de neutralizar distrações do ambiente de trabalho”; “Melhora o humor. Treino mais animada e diminui a percepção de esforço, noto melhora da performance”; “Pra treinar, pra animar, pra nos equilibrar, tudo que envolve emoção pode envolver música!”.* Segundo Muniz (2018), um dos meios mais eficientes na promoção do bem-estar e equilíbrio físico, emocional e psíquico, é a música. Por se tratar de ordem harmônica dos sons, poderia trazer o equilíbrio e controle das emoções por parte do sujeito (COSTA, 1989).

Considerando que a música aproxima os indivíduos, a interação social em ambientes compartilhados tende a tornar-se mais espontânea e significativa, sem que o sujeito perca sua identidade (BESTETTI, 2014). Recursos musicais no contexto do trabalho, influenciam positivamente na autoestima, na motivação e no prazer do sujeito. Reduz a ansiedade, desenvolve a memória, promove a limpeza mental, e por consequência favorece a toda a instituição (BARRETO; SILVA, 2004).

Os participantes que afirmaram que a música influencia razoavelmente no comportamento humano, 18,2% correspondente a dois (2) colaboradores justificaram sua resposta conforme apresenta-se a seguir: *“A música pode influenciar nas sensações durante o dia. Seja para te deixar mais alegre,*

agitado, calmo, concentrado...”; “Influencia o humor (músicas mais alegres podem melhorar meu dia), influenciam no foco durante o trabalho, e para mim, influencia até mesmo na velocidade com que faço algumas tarefas (se a música for mais agitada ou com batida rápida)”.

Mediante tais colocações, cabe salientar ainda que a Musicoterapia no contexto organizacional tem como foco a estimulação de relações interpessoais, buscando melhor qualidade de vida (BRUSCIA, 2000). Sob esta perspectiva, Dolan (2006) sugere que as organizações assumam o investimento na promoção de saúde, visando a prevenção de estresse e o cansaço de seus colaboradores.

Nesta mesma óptica, colocar em prática a Musicoterapia no contexto do trabalho, visto que a mesma é baseada em ações que visam transformação, possibilita aumentar a probabilidade do desenvolvimento de uma equipe mais profissional, ética e humana (CASTRO; VALENTIN; SÁ, 2015).

Na sequência, os participantes responderam a seguinte questão: **Qual a sua opinião sobre a inserção da música no ambiente de trabalho?** As opções de respostas foram: não interfere na vida profissional, pouco interfere na vida profissional, interfere razoavelmente na vida profissional, interfere muito na vida profissional e interfere totalmente na vida profissional. Cinco (5) participantes responderam que interfere muito na vida profissional, quatro (4) responderam que interfere razoavelmente na vida profissional e dois (2) participantes responderam que interfere totalmente na vida profissional.

Frente às respostas apresentadas, cabe considerar que a implantação da música no contexto do trabalho pode ter influência positiva visto que, conforme afirma Bestetti (2014), compreender a influência que esta exerce nas relações sociais, possibilita a ação de novos elementos que venham a contribuir com o bem-estar dos sujeitos, presentes tanto em espaços públicos como privados.

Dentre tantas abordagens para se trabalhar com a música como agente motivador do sujeito no contexto organizacional, a Musicoterapia intervém promovendo saúde de modo não invasivo e transmitindo bem-estar à toda organização (GUIMARÃES; KUROBA, 2013). Neste enfoque, Muniz (2018) afirma que a música desenvolve potenciais e recupera funções.

Por último, os participantes foram questionados: **Com relação a inter-**

ferência da música na vida profissional, explique se essa interferência é positiva ou negativa? As respostas seguem no Quadro 2.

Colaborador	Resposta
Bossa Nova	Dependendo da profissão as músicas ajudam, não prejudicando o rendimento de cada um é uma interferência positiva.
Clássico	Positiva. É animador quando escutamos músicas que gostamos
Dance	Positiva, me ajuda a trabalhar melhor
Eletrônico	Interfere positivamente, deixando o dia a dia mais leve, focado e criativo.
Instrumental	De forma positiva
MPB	A música influencia totalmente no meu trabalho de personal trainer, ela é quem motiva, anima e agita ainda mais o meu aluno para realizar os exercícios de maneira mais eficiente.
Pop	Depende do tipo de trabalho, mas acho que sim, interfere!
Reggae	É positiva, visto que eu fico mais feliz escutando música.
Rock	Isso depende do setor que você trabalha e de quanto atenção você necessita, isso é muito pessoal, mas eu por exemplo gosto mais de silêncio quando lido com trabalhos que tenho que pensar muito.
Samba	Pode ser tanto positiva quanto negativa. Positiva se estiver alinhada ao meu gosto pessoal, se a batida for em um ritmo que me dê mais ânimo para trabalhar. E pode ser negativa se for uma música muito lenta (acredito que possa diminuir meu rendimento).
Sertanejo	Fico muito irritada dependendo da música, não consigo me concentrar no trabalho, porém me tranquilizo caso a música seja do meu agrado.

Quadro 2: Com relação a interferência da música na vida profissional, é positiva ou negativa? Fonte: a pesquisa, 2020.

A partir das respostas apresentadas no Quadro 2, nota-se que para os participantes *Clássico, Dance, Eletrônico, Instrumental, MPB e Reggae*, a música interfere de forma positiva. Nesta perspectiva, partindo da visão que os comportamentos estão ligados à motivação e tal está relacionada a busca pelo prazer (AZEVEDO; RIBEIRO, 2017), a experiência da música no contexto do trabalho gera comportamentos e favorece, segundo Petraglia (2015), a elaboração conjunta de ações e ideias, destacando habilidades, tais como liderança, criatividade, comunicação e trabalho em equipe.

Os participantes *Bossa Nova, Pop, Rock, Samba e Sertanejo* acreditam que a música no contexto do trabalho exerce uma influência positiva, contudo, dependerá do trabalho que o indivíduo exerce e também de seu gosto musical. Conforme apontado pelo participante *Rock*, esta questão é muito pessoal.

Partindo do contexto do desenvolvimento de memória, motivação e concentração, cabe retomar a afirmação de Vargas (2008), que a música desperta de forma singular as emoções no indivíduo, visto que áreas do cérebro referente ao afeto podem influenciar mudanças comportamentais. Neste sentido, quando no ambiente de trabalho, o sujeito utiliza fone de ouvido, este desvincula-se do contexto em que está inserido e cria seu próprio ambiente (PETRAGLIA, 2015). Todavia, cabe ao sujeito e à empresa averiguar se a função exercida pelo colaborador permite que o uso de fone de ouvido, ou se a música ambiente, por exemplo, seja mais adequada.

A música é responsável por muitos aspectos positivos, como no desempenho da memória, na redução da ansiedade, e tem a capacidade de aproximar indivíduos. Dispondo a música de benefícios que atingem todos os envolvidos, pode-se desta forma beneficiar também o mundo corporativo.

Um relacionamento saudável entre colaboradores favorece e torna-se fundamental para o bom desempenho da instituição. Neste aspecto, adotar medidas de bem-estar visando o crescimento das empresas, tais como a inserção da música no ambiente de trabalho, pode ser uma excelente alternativa. A instituição cresce como um todo, o colaborador passa a ser melhor assistido, diminuindo possibilidades de desentendimentos entre os pares, bem como diminui o desenvolvimento de doenças, como por exemplo a Síndrome de *Burnout*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao resgatar os aspectos históricos da música, percebe-se que no quesito desenvolvimento humano, esta desempenha um papel fundamental. Em tempos mais remotos, o emprego da música com intuito de eliminar enfermidades, caracteriza a influência e potencialidade que a música possuía e possui até os dias atuais, frente a área da saúde. Mesmo antes do nascimento, o indivíduo já é estimulado pela pulsação. E conforme este sujeito evolui, a música continua permeando e auxiliando no desenvolvimento de habilidades mentais e corporais.

A presente pesquisa atingiu o objetivo de analisar as influências que a música exerce no comportamento humano no contexto do trabalho na visão de trabalhadores do setor de academias no Litoral Catarinense. Mesmo existindo poucas pesquisas relacionadas à temática da influência da música no contexto do trabalho, tão pouco no ramo de academias, observou-se que a relação da música com o ser humano é evidente, bem como a influência que exerce sob as emoções e comportamentos.

Frente aos aspectos apresentados é notável que a música exerce influência no comportamento humano no âmbito pessoal e social, desta forma podendo influenciar ainda na qualidade de vida do sujeito biopsicossocial. Neste intento, cabe considerar também a importante relação entre a Psicologia e a música, levando em consideração a utilização da música no contexto da atuação do psicólogo.

Assim, sugere-se a importância de pesquisas futuras a respeito dos reflexos da música no comportamento humano no contexto do trabalho em diferentes ramos de atuação, no sentido de que os resultados alcançados possam melhor entender e direcionar a temática no campo organizacional.

REFERÊNCIAS

- ANTUNHA, E. L. G. **Música e mente**. Bol. - Acad. Paul. Psicol. São Paulo, v.30, n.1, p.237-240, jun. 2010.
- AVILA, D. C. **Das (Im)Possibilidades de uma Psicologia Musical**. Revista TransFormações em Psicologia, Vol. 2, N° 2, 81-89, 2009.
- AZEVEDO, M. S.; RIBEIRO, E. S. **O Comportamento Humano a partir do pensamento Psicológico**. Revista Gestão Universitária, 2017.
- BANG, C. **Um Mundo de som e música: musicoterapia e fonoaudiologia musical com crianças portadoras de deficiência auditiva e deficiência múltipla**. In: RUUD, E. Música e Saúde. São Paulo: Summus, 1991. Cap. 3, p.31.
- BARRETO, S. de J.; SILVA, C. A. da. **Contato: Sentir os sentidos e a alma: saúde e lazer para o dia-a dia**. Blumenau: Acadêmica, 2004.
- BESTETTI, L. M. T. **Ambiência: espaço físico e comportamento**. Rev. Bras. Geriatr. Gerontol., Rio de Janeiro, 2014; 17(3):601-610.
- BEZERRA, A. J. C.; VIANNA, L. G.; BACELAR, S. S. **O Pai da Medicina**. Revista Medicina e Saúde de Brasília. Vol 1, n. 2, p. 113-118, 2012.
- BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo das psicologias**. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- BONA, P. I. **Método Musical**. São Paulo: Augusto, 2002.
- BRÉSCIA, V. P. **A música como recurso terapêutico**. In: Encontro paranaense congresso brasileiro de psicoterapias corporais, XIV, IX. Anais. Curitiba, 2009.
- BRITTO, A. G. S.; ELIAS, P. V. O. **Análise comportamental das emoções**. Psicol. Am. Lat., México, n. 16, jun. 2009.
- BRUSCIA, K. **Definindo musicoterapia**. Rio de Janeiro: Enelivros, 2000.
- CASTRO, A. A. G.; VALENTIN, F.; SÁ, L. C. **Atuação e Perfil do Musicoterapeuta Organizacional**. Revista Brasileira de Musicoterapia, ano XVII n.19, p.34-51, 2015.
- COSTA, C. M. **O Despertar para o Outro**. São Paulo: Summus, 1989.

CRESWELL, J. W.; PLANO CLARK, V. L. **Designing and conducting mixed methods research**. 2nd. Los Angeles: SAGE Publications, 2011.

CUNHA, L. V. M.; OLIVEIRA, A. M. B. **Musicoterapia organizacional: a música como instrumento de diminuição do stress no trabalho**. Caderno Profissional de Administração UNIMEP, Vol.4, n.2; 2014.

DOLAN, S. L. **Estresse, auto-estima, saúde e trabalho**. Rio de Janeiro: Qualitymark, p. 285, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. GONÇALEZ, D. F. C.; NOGUEIRA, A. T. O.; PUGGINA, A. C. G. **O uso da música na assistência de enfermagem no Brasil: uma revisão bibliográfica**. Revista Cogitare Enfermagem, Vol. 13, n.4, p. 591-596, 2008.

GROUT, D.; PALISCA, C. V. **História da Música Ocidental**. Lisboa: Gradiva, 2005.

GUIMARÃES, D. D.; KUROBA, D. S. **Musicoterapia no contexto organizacional**. 2013. Disponível em: b <https://www.researchgate.net/publication/315549066_MUSICOTERAPIA_NO_CONTEXTO_ORGANIZACIONAL>. Acesso em: 06 dez. 2018.

ILARI, B. **A música e o cérebro: algumas implicações do neurodesenvolvimento para a educação musical**. Revista da ABEM, Porto Alegre, n. 9, p. 7-16, 2003.

LEINIG, C. E. **Tratado de Musicoterapia**. São Paulo: Sobral, 1977.

_____. **A Música e a Ciência se encontram: um estudo integrado entre a Música, a Ciência e a Musicoterapia**. Curitiba: Juruá, 2008.

MOTA, C. N. **Saúde e povos indígenas: tradição e mudança**. In: FERREIRA, M.

B. R. et al. **Cultura corporal indígena**. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2003.

MUNIZ, S. **A influência da música no comportamento humano**. 2018. Disponível em: <<https://emsinapse.wordpress.com/2018/02/18/a-influencia-da-musica-no-comportamento-humano/>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

MUSZKAT, M. **Música, Neurociência e Desenvolvimento humano**. In: JORDÃO, G.; ALLUCI, R.; MOLINA, S.; TERAHATA, A. M. Ministério da cultura e vale: **A música na Escola**. São Paulo, 2012.

OLIVEIRA, C. **Musicoterapia: uma nova proposta para as organizações**. Anais/ IX Encontro de Musicoterapia da Faculdade de Artes do Paraná, 15 a 20 set. 2008, Curitiba, Paraná.

PETRAGLIA, M. S. **O fazer musical como caminho de conhecimento de si e conhecimento do outro no contexto empresarial**. 2015. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/T.47.2015.tde-03062015-114525.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmica. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, D.; BUENO, J. L. O. **Emoções de uma escuta musical afetam a percepção subjetiva de tempo**. *Psicol. Reflex. Crit.*[online]. 2012, vol.25, n.2, pp.286-292.

SÁ, G. L.; MENDES, L. A. C. G. **Psicologia e música: uma análise bibliográfica da produção acadêmica brasileira**. *Revista Manguio Acadêmico*, Vol. 2, n.1, p. 98- 113, 2017.

SÁ, L. C.; TEIXEIRA, C. M. F. S. **De Sons e Sentidos: a Psicologia da Música sob o Olhar da Complexidade**. *Anais do II Congresso Mundial de Transdisciplinaridade*. Vila Velha-Vitória: CIRET-CETRANS-UFES-UNESCO, 2005.

SANTOS, L. S; PARRA, C. R. **Músicas e Neurociências Inter-Relação entre Música, Emoção, Cognição e Aprendizagem**. 2015. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0853.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2018.

SANTOS, R. A. T. **Psicologia da Música: aportes teóricos e metodológicos por mais de um século**. *Música em Perspectiva*, Vol. 5, p. 65-90, 2012.

STEINBERG, M. **Musicoterapia organizacional**. In: *Simpósio Brasileiro de Musicoterapia*, 12, 2006, Goiânia. *Anais*. Goiânia: Mesa Redonda 08: Musicoterapia em diferentes settings, s.n.

VARGAS, M. E. R. *Congresso Internacional da Faculdades, São Leopoldo. Anais do Congresso Internacional da Faculdades EST. São Leopoldo: Est*, Vol. 1, p. 945-956, 2012. Disponível em: <<http://anais.est.edu.br/index.php/congresso/article/view/141/66>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

_____. **A Neurociência e Explicações da Ação e Efeito da Musicoterapia no Comportamento Humano**. 2008. P.1-12. Disponível em: <http://ead2.est.edu.br/via_musicoterapia/?q=node/68>. Acesso em: 03 dez. 2018.

WEIGSDING, J. A.; BARBOSA, C. P. **A influência da música no comportamento humano**. *Arquivos do MUDI*, Vol. 18, n. 2, p.47-62, 2014.

ZAMPRONHA, E. S. **Ethos e a teoria musical grega**. *Hypnos*, a. 2, n. 3, p. 67-73, 1997.

CORPO, MARCA E AUTORIA: CONSIDERAÇÕES PSICANALÍTICAS SOBRE A AUTOMUTILAÇÃO E A TATUAGEM

Laura Salek¹

Gustavo Angeli²

¹ Graduada em
Psicologia pelo
Centro Universitário
Avantis

² Doutorando em
Psicologia pela
Universidade
Federal de Santa
Catarina na área
Psicologia Social e
Cultura.

RESUMO

Observa-se na atualidade, aumento nos relatos de práticas autolesivas realizadas por jovens, sendo outro fenômeno presente o surgimento de diversos estúdios de tatuagem e novas técnicas de marcação corporal. O corpo se apresenta como possibilidade de marca, registro, autoria. Tendo o corpo como possibilidade de inscrição, pretende-se neste trabalho entrelaçar estes dois tipos de escarificação: automutilação e a tatuagem, relacionando-as à leitura do masoquismo e das teorias das pulsões desenvolvidas por Sigmund Freud, ao mesmo tempo promover a escuta dos recortes e das marcas contemporâneas no corpo. Através de pesquisa bibliográfica com ênfase na psicanálise, serão analisados relatos de automutilação e tatuagem que constam em grupos específicos nas mídias sociais, levantando os significados subjetivos emitidos pelos sujeitos a fim de entender de que forma encontram caminhos para dor e para o prazer no corpo.

Palavras-chave: automutilação; masoquismo; psicanálise; pulsão; tatuagem.

**BODY, BRAND AND AUTHORSHIP: PSYCHOANALYTIC
CONSIDERATIONS ON SELF-HARM AND TATTOOING**

ABSTRACT

Nowadays, there is an increase in reports of self-harm practices carried out by young people, another phenomenon being the appearance of several tattoo studios and new techniques of skin marking. The body presents itself as a possibility of trademark, registration, authorship. Having the body as a possibility of inscription, this work intends to intertwine these two types of scarification: self-harm and tattooing, relating them to the reading of masochism and the theories of drives developed by Sigmund Freud, at the same time promoting listening to clippings and contemporary marks on the body. Through bibliographic research with an emphasis on psychoanalysis, reports of self-harm and tattooing that appear in specific groups on social media will be analyzed, raising the subjective meanings issued by the subjects in order to understand how they find paths to pain and pleasure in the body.

Keyword: *self-harm; masochism; psychoanalysis; drive; tattoo.*

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho procura observar duas formas de marcação corporal que têm se apresentado mais presentes nos relatos de jovens: a automutilação e a tatuagem. Neste sentido, apresentamos como pressuposto as marcações corporais como sintoma e como forma de tornar este corpo singular, uma apropriação de si.

Não é simples relacionar as múltiplas funções das tatuagens e resumí-las nos dias atuais. O hábito de tatuar-se já estava presente, historicamente, na humanidade desde a pré-história e, segundo Day (2019) não se trata sobre perguntar quando as tatuagens passaram a constituir hábito comum, mas sim, a partir de quando deixaram de ser, visto que ao longo do tempo apresentaram funções de proteção, misticismo, identificação, estética e restauração, sendo usadas como forma de expressão e elaboração de experiências, angústias e afetos.

Segundo Day (2016) há algumas décadas as tatuagens voltaram a fazer parte dos grupos sociais de forma generalizada, principalmente a partir da dé-

cada de sessenta com o movimento hippie que permitiu maior visualização dos corpos e setenta com o movimento punk e rock n'roll, mas é com o advento da internet que as tatuagens passam a ter um novo lugar de divulgação deixando de se tornar movimento à margem, ganhando visibilidade.

Andrioli (2014) relata que a realização de marcas corporais na pele, tais como tatuagens, piercings ou cortes são práticas comuns, principalmente entre adolescentes, e que há uma compreensão de que essas práticas realizam um endereçamento a alguém e o desejo de ter o olhar do outro sobre si. Em contrapartida, nos últimos anos, observa-se o crescimento dos relatos clínicos que relacionam os casos de automutilação como sintoma encontrado em certos transtornos mentais ou como o próprio transtorno e si, porém, para Araújo et al. (2016), através da leitura psicanalítica pode-se pensar nas questões que envolvem as marcas corporais em sua relação com as pulsões e o masoquismo. Levando-se em conta o caráter similar de tornar o próprio corpo como objeto, a pele em particular, por meio da obtenção de prazer através da dor nas formas ativa e passiva dos atos.

Nesse sentido, a presente pesquisa perpassa um acurado estudo bibliográfico sobre as teorias das pulsões nas obras de Sigmund Freud, em especial em “O problema econômico do masoquismo” (Freud, 1924/2011), além de outros contextos na psicanálise para a compreensão e observação sobre as possíveis correlações entre as práticas dos atos autolesivos e a tatuagem.

A pesquisa realizada nos bancos de dados Scielo e Google Acadêmico sobre uma possível relação entre autolesão, tatuagem e psicanálise permitiu o encontro de reduzidos trabalhos em torno das marcas corporais, sendo possível a pesquisa apenas quando realizada a partir de palavras-chaves separadamente em relação aos assuntos abordados sendo: automutilação e psicanálise, tatuagem e psicanálise e automutilação, masoquismo e psicanálise. Estudos que abordam ambas as formas de marcação corporal, levando em conta as pulsões e o masoquismo sob a ótica da psicanálise, não foram encontrados, sendo necessário revisitar a literatura psicanalítica para realizar a correlação entre as duas formas de marcação corporal, o masoquismo e as teorias das pulsões apresentadas por Freud, além da investigação da dinâmica psíquica no ato de inscrição no corpo.

Neste trabalho, pretende-se observar também o aspecto abordado por

Costa (2002), que ressalta as tatuagens não apenas como pintura, mas também uma forma de escarificação da pele que pretende deixar sua marca permanente dando significado novo a esse corpo que dela se utiliza, trazendo a função de coletivizar e singularizar, em que o sujeito possibilita a sua inserção em grupos com os quais se identifica e marca este corpo como forma de simbolizar-lo.

Num primeiro momento, através das teorias das pulsões e do masoquismo, apostamos no entendimento sobre o corpo que encontra prazer em atos que machucam a pele e causam dor. Assim como, ao longo do artigo, apresentamos recortes de relatos de sujeitos que se utilizam destas práticas e que encontram meios possíveis para destinar suas angústias e algumas vezes, uma possibilidade de ressignificar suas experiências.

2 AS PULSÕES E SUAS VICISSITUDES: MARCA, LESÃO E AUTORIA

Tendo-se em vista que as práticas da automutilação e da tatuagem fazem escritas se utilizando da pele do próprio corpo para uma autoria de si, buscamos no contexto da psicanálise e das teorias das pulsões realizar um percurso que possibilite a leitura dessas inscrições como marcas únicas de cada sujeito.

Nas obras de Freud, podemos encontrar os termos pulsão e instinto de acordo com a tradução e, segundo Gomes (2001), ao longo de tais obras podem-se verificar duas teorias sobre as pulsões, sendo na primeira as pulsões fundamentais, pulsões sexuais e de auto-preservação e, na segunda teoria, as pulsões de vida e de morte. A segunda teoria não substitui totalmente a primeira, mas a absorve e acrescenta modificações.

Informa Gomes (2001) que o termo mais comumente utilizado por Freud em diversas de suas obras foi *trieb*, que na língua alemã pode ter como sinônimos *instinkt*, também utilizado em alguns textos, mas em geral em referência ao inato ou hereditário. A palavra *trieb* foi inicialmente traduzida para a língua portuguesa como impulso, devido ao seu uso corrente mas, quando transformada em adjetivo – impulsivo – perdia o sentido proposto pela psicanálise. O

termo pulsão foi adotado na língua portuguesa a partir do termo em francês *pulsion*. As obras de Freud utilizadas neste artigo são da editora Companhia da Letras, cuja tradução traz *trieb* como “instinto”, mas que serão apresentadas ao longo deste trabalho como “pulsão”.

Segundo Gomes (2001), a primeira das teorias das pulsões na obra freudiana traz quatro definições que auxiliam a conceituar a pulsão, que são a fonte, o alvo, o objeto e a pressão. A fonte da pulsão e o que a origina é o processo somático. O alvo, também traduzido como meta, seria a suspensão da estimulação na fonte ou ainda as etapas intermediárias que possam levar ao mesmo fim, em que através de uma satisfação mesmo que parcial da pulsão, suspenderia o estado de estimulação na fonte somática.

O objeto é aquilo através do qual a pulsão se utiliza para atingir seu alvo, sendo variável de acordo com a possibilidade que dá de tornar possível a satisfação, sendo que o objeto pode se apresentar como algo externo ou ainda, uma parte do próprio corpo, ou como esclarece Gomes (2001, p. 251): “Uma representação psíquica desse objeto externo ou dessa parte do corpo”.

Nesse contexto, pode-se pensar o corpo como fonte de prazer em torno da temática apresentada e que encontra nas práticas autolesivas, e na tatuagem possibilidade de transbordamento da pulsão no próprio corpo como modo de satisfação. Tanto o alvo quanto o objeto são extremamente importantes para diferenciar-se a concepção freudiana de pulsão de outras concepções. Por fim, a pressão é a quantidade de força ou de trabalho necessário ao aparelho psíquico para encontrar os meios de obter sua satisfação.

Gomes (2001) distingue a separação das pulsões em dois grupos, sendo as pulsões sexuais mais numerosas, têm fontes orgânicas e alvo na obtenção de prazer no órgão. As pulsões de autoconservação ou pulsões do eu as que se referem, mais propriamente a conservação da vida ou sobrevivência, sendo que, posteriormente, ao formular a segunda teoria das pulsões, ambas passam a figurar como pulsões de vida. Gomes (2001) exemplifica os conceitos através do ato de se alimentar, onde a pulsão de autoconservação teria como meta a ingestão do alimento e a pulsão sexual, tendo como alvo o prazer da zona erógena oral. Roudinesco e Plon (1998) informam que Freud elabora em 1911 as pulsões sexuais que se encontram sob o domínio do princípio do prazer, que objetiva obter prazer e evitar o desprazer, e as pulsões de autoconservação a

serviço do princípio de realidade que impõem restrições ao primeiro, adaptando-se à realidade externa.

Ao analisar as pulsões e sua relação com objeto, Freud (1905/2016, p. 38) conclui: “Assim, somos levados a afrouxar a ligação entre pulsão e objeto que há em nossos pensamentos. É provável que a pulsão sexual seja, de início, independente de seu objeto”. Por meta sexual, entende Freud em sua primeira teoria das pulsões, como a união sexual, copulação, que leva ao alívio, tensão sexual e diminuição temporária da pulsão sexual. Já em “Introdução ao narcisismo”. Freud (1914/2010) entende que a meta é sempre a satisfação, por meio do qual diversos caminhos podem conduzir já que uma pulsão pode ter várias metas próximas ou intermediárias. Quando os atos de tocar e olhar tem como finalidade a obtenção da meta sexual, são consideradas como relações intermediárias com o objeto.

Freud (1905/2016) explica que uma parte da pele ou mucosa podem trazer sensações de prazer, servindo de zona erógena, sendo a produção de prazer muito mais relacionada à qualidade do estímulo do que à parte do corpo em si, onde a escolha deste ponto e a sua repetição relacionada ao hábito, sendo antes precedido por uma sensação de tensão com características de desprazer com consequente necessidade de substituição desta sensação por outra que gere prazer e satisfação.

Para Freud, (1905/2016) através do olhar a excitação é despertada com mais frequência rumo à meta sexual, porém, o prazer de olhar se torna perversão quando, entre outros, em vez de preparar, reprime a meta sexual normal, onde o sujeito se empenha em olhar e ser olhado, a meta sexual apresenta configuração dupla, em forma ativa e passiva.

Na maioria dos casos, o caráter patológico da perversão não se acha no conteúdo da nova meta sexual, mas em sua relação com o normal (meta sexual e objeto), quando circunstâncias favoráveis a promovem e desfavoráveis impedem o normal; se em vez disso ela reprime e toma o lugar do normal em todas as circunstâncias – ou seja, havendo exclusividade e fixação por parte da perversão -, consideramos legítimo vê-la como um sintoma patológico. (FREUD, 1905/2016, p.57)

Freud (1905/2016) delinea que o entendimento das pulsões poderia passar por novas reformulações, e que a clínica dirigiria suas atenções às fusões que não aparecem claramente no comportamento uniforme normal e que nas neuroses, diante da pressão das pulsões e da rejeição da sexualidade, aparece o conflito que na tentativa de escape transforma as pulsões libidinais em sintomas. Ganham destaque as pulsões sexuais parciais, tais como o prazer de olhar e da exibição, sadismo e masoquismo, sendo este último importante para a compreensão da natureza de sofrimento dos sintomas. No prazer em olhar e no exibicionismo, o olho surge como zona erógena e no masoquismo e sadismo a pele assume esse papel. Neste contexto, abre-se campo à leitura das marcações corporais auto infligidas como forma do sujeito encontrar caminho para o prazer em sua própria pele.

Em “Introdução ao narcisismo”, Freud (1914/2010) faz a diferenciação entre estímulo fisiológico e pulsão, afirmando que a pulsão não provém do mundo exterior, mas do próprio organismo atuando de forma constante sobre a psique e exigindo ações para ser eliminada, através da satisfação. A fuga ou a extinção de uma fonte externa não representa uma saída possível visto que não extingue a pulsão.

Freud (1914/2010) nos apresenta, entre as possibilidades para o destino das pulsões, o ato de voltar-se contra si próprio, acrescentando que o masoquismo é também um sadismo que se utiliza da fúria contra a sua pessoa, que há a mudança do objeto sem que sua meta seja alterada (lembrando que o objeto da pulsão é aquele com o qual ou pelo qual pode-se alcançar a meta, podendo se dar através de uma parte do próprio corpo). Freud (1914/2010) conclui assim que a vida psíquica é dominada por três polaridades, sendo as relações do sujeito com objeto, de prazer e desprazer, de ativo e passivo.

A partir de “Além do princípio do prazer”, Freud (1920/2010) considera que existem tensões que são prazerosas e relaxamentos desprazerosos, ou seja, que prazer e desprazer não podem ser relacionados apenas ao fator quantitativo, mas pelo qualitativo. Alguns dos relatos sobre automutilação nos fazem perceber a qualidade de alívio após o ato autolesivo, como observado por Andrioli (2014) junto a uma de suas pacientes sobre sentir enorme angústia diante de um medo, perigo ou nervosismo ou ante à uma frustração, sendo a única reação possível encontrada a de cortar o próprio corpo, rela-

tando que isto a acalmava, não percebendo dor alguma no corte realizado.

Em “O problema econômico do masoquismo”, Freud (1924/2011) correlaciona as pulsões de vida e de morte ao masoquismo e suas três formas apresentadas, sendo um masoquismo erógeno, um feminino e outro moral. Araújo et al (2016) explica que no masoquismo erógeno ou primário, a parte da libido que não é utilizada a serviço da função sexual, não é transposta para fora, mas permanece dentro do organismo, ficando libidinalmente presa, tendo seu próprio ser como objeto e nisso identifica-se o masoquismo primário, donde se derivam os outros dois tipos de masoquismo.

Não ficaremos surpresos ao ouvir que, em determinadas circunstâncias, o sadismo ou pulsão de destruição voltado para fora, projetado, pode ser novamente introjetado, voltado para dentro, desse modo regredindo à sua situação anterior. Então dele resulta no masoquismo secundário, que se junta àquele original. (FREUD, 1924/2011, p. 193)

No que se refere à automutilação, pode-se inferir o observado acima, onde a pulsão de destruição encontra no próprio corpo a possibilidade do ato realizado pelo próprio sujeito. Em contrapartida, Freud (1924/2011) explana que o masoquismo feminino é mais acessível à observação, sendo encontrado em atos, como por exemplo: ser amordaçado, amarrado, golpeado, obrigado à obediência, humilhado, sendo possível ver mais raramente a mutilação. Completa informando ser comum perceber que por trás dessas manifestações a atitude passiva de desejo por ser tratado como uma criança pequena, desamparada, dependente e mal comportada, em que um sentimento de culpa pode se manifestar, exigindo expiação por meio de procedimentos penosos. Uma articulação possível com o tema talvez seja observada na atividade da tatuagem, em que o desejo vai se construindo desde a busca pelo tatuador, pela imagem que trará caminho à fala, na escolha da marca que será realizada na pele, porém esta busca se delinea por meio de escarificações lentas e dolorosas.

A partir do fator da culpa presente no masoquismo, Freud (1924/2011) passa à terceira forma, o masoquismo moral. Explica que nas demais, os sofrimentos masoquistas devem partir da pessoa amada e por isso tolerados,

aceitos. No masoquismo moral o que importa é o sofrimento, não fazendo diferença se partem de outra pessoa ou surgem através de circunstâncias que o levem a sofrer. Conclui informando que os pacientes não aceitam a hipótese de que abrigam sentimentos de culpa inconsciente, pois comparam com ideias que trazem conscientemente do que seja culpa. Atribui que a expressão mais adequada seja a de necessidade de punição, e que os sentimentos conscientes podem aparecer através de angústia a percepção de que não está à altura das exigências colocadas pelo seu ideal.

Quando observados alguns relatos de sujeitos que praticam autolesão, pode-se observar características comuns que precedem o ato, tais como: recordação de situações traumáticas, excitação diante de uma lembrança ou situação, angústia, frustração, necessidade de punição e compulsão. Para Araújo et al. (2016), parte da incompreensão sobre a motivação por trás da automutilação está relacionada à ideia de obtenção de prazer e evitação da dor que aparece no senso comum, pois é inconcebível a busca de obter o alívio por meio de atos autolesivos. Para os autores, daí surge a grande dificuldade de discussão encontrada pelos sujeitos com pais, familiares, educadores e amigos.

Araújo et al. (2016) define automutilação como a prática de machucar o próprio corpo através de cortes, queimaduras, furos, autoespancamento, mordidas, arranhões, entre outros, sem que haja intenção de suicídio. Os autores informam que na literatura médica, os atos autolesivos aparecem relacionados de diversas formas, como um sintoma de um transtorno mental ou como o transtorno mental em si e, por isso uma das dificuldades encontradas na clínica é o diagnóstico e as terminologias possíveis, encontrando-se como automutilação, auto lesão, autoflagelação, escarificação, escoriação, marcas corporais, cortes auto infligidos, entre outros.

Segundo Jatobá (2010), escarificar significa fazer uma incisão superficial na pele, através de um corte que deixa cicatriz sem que se tenha a intenção de criar uma imagem. sendo na automutilação, o sujeito ativo nesta prática em seu corpo, diferentemente da tatuagem que para ser feita é necessária a entrega deste corpo ao outro.

Jatobá (2010) distancia a ideia do sintoma como patológico, já que na psicanálise, este é entendido como manifestação subjetiva, formação do inconsciente que se relaciona com a história do sujeito, de forma que este ao

mesmo tempo em que sofre tem satisfação pulsional. Entretanto, ressalta que até meados da década de oitenta, a automutilação era prática marginalizada e geralmente associada a tentativas de suicídio. Com o desenvolvimento dos sistemas classificatórios, os profissionais da saúde passaram a observar que a automutilação envolvia outros comportamentos que precisavam ser pesquisados, ainda que se torne visível após momentos de crise. A autora acrescenta que tais cortes por vezes levam o paciente a hospitalizações ou mesmo à morte, porém o sentimento presente nem sempre é o mesmo das tentativas de suicídio, mas sim o de alívio psíquico, visto não ter intenção de aniquilar a vida, mas de aliviar uma dor emocional diante de frustração ou sentimento para além do suportável.

Jatobá (2010) afirma ainda que os atos autolesivos são formas de ajustamento a uma situação pessoal dolorosa, realizados com a finalidade de evitar sofrimento ainda mais intenso ou ainda como pedido de ajuda e nos parece que é neste momento que o corpo aparece como suporte a estes significados. Podemos observar no relato em Vita Alere (2016, p.4):

Um dia, na época que eu tinha pensamentos suicidas – setembro de 2015 – sentei na minha varanda e fiquei me queimando com um cigarro... assim que as cicatrizes curaram e eu fiquei bem, decidi fazer uma rosa para cobrir as queimaduras. Eu ainda tenho que retocar algumas partes onde as cicatrizes estão visíveis. Pode não ser a tatuagem mais bonita, mas ela representa crescimento. Eu amo a minha tatuagem. Ela é linda para mim, e é a única tatuagem que minha mãe aprova, por causa do seu significado.

Há ainda relatos como o de Silva e Aguiar (2020) em que pacientes encontram alívio de uma angústia e prazer no ferimento ou mesmo diante do sangue a que fazem correr de si. Diante da dor psíquica que não sabem como controlar, passam a agir no próprio corpo através de uma dor física, acreditando ser esta categoria de dor passível de ser dominada.

Silva e Aguiar (2020) informam que os relatos de automutilação apresentam maior ocorrência entre os adolescentes e no início da fase adulta, mas que podem ter início na infância, visto que de acordo com a idade torna-se difícil a

possibilidade de verbalização já que muitas crianças não demonstram ou falam sobre a prática de tais atos.

Pode-se observar em Fanta (2020, p.3), o relato da adolescente de 16 anos que iniciou a prática dos atos autolesivos a partir dos 12 anos:

Eu tenho algumas cicatrizes, sabe, são visíveis, mas não tão profundas. Ainda tenho essa vontade de me cortar (...) A [minha] mãe está me ajudando aos poucos, ela finalmente está entendendo. Eu não consigo falar sobre isso com todos da minha família porque uns acham que é falta de Deus e outros acham que sou louca, que eu criei isso.

Diante do que se apresenta, Jatobá (2010) recomenda o cuidado do diagnóstico em psicanálise quando realizado na adolescência visto que as estruturas clínicas podem ainda não estar constituídas na infância, sendo assim, algumas atitudes realizadas pelos adolescentes devem ter um olhar amplo sob as formas de passagem nesta etapa do desenvolvimento.

Corso e Corso (2018) lembram que na contemporaneidade diversos rituais de passagem antes estabelecidos deixaram de ser praticados e diante da falta destas cerimônias coletivas que regravam novo status etário, cada sujeito se vê diante do desafio de inventar sua forma particular de marcar esta passagem. Para estes autores, essa passagem pode ser lenta e oscilar no modo de assimilação das novas fases de vida.

Para efeito de estudo, foram levantados relatos através de busca disponível em mídias sociais, onde os sujeitos que fizeram uso da prática da automutilação expõem suas vivências e subjetividades. Serão feitos recortes dentre diversos relatos, entretanto chama-nos a atenção a repetição de falas que apresentam relatos de distúrbios alimentares relacionados aos atos autolesivos, enquanto poucos aparecem externando a intenção de suicídio o que nos leva a pensar ainda mais nas pulsões que fazem o sujeito desejar o toque do alimento na boca, a significação deste toque na pele e minimizar o efeito do alimento como nutrição. Andrioli (2014, p.12) nota semelhante situação relatada por suas pacientes e cita "A partir de minha escuta clínica pude observar em meus pacientes adolescentes, o quanto a questão da alimentação estava presente em

seus discursos observando as falas sobre perda de apetite, mãos trêmulas e boca formigando na hora da refeição, o abandono da alimentação para isolar-se e produzir os cortes no corpo.”

No que diz respeito entre as práticas autolesivas e sua relação como o olhar, Corso e Corso (2018) revelam que os ferimentos costumam se constituir como um grande segredo visível, visto que este corpo está acessível ao olhar dos pais ou cuidadores, porém, os lugares escolhidos para realizar as marcas, são cantos não tão acessíveis. Ao mesmo tempo, Corso e Corso (2018) informam que estas marcas são mostradas em momentos especiais e a pessoas consideradas com o mesmo valor, sendo os arranhões produzidos uma forma de demarcação autoral e territorial, onde o corpo é território e precisa ser demarcado pelo toque e pelo olhar. Sobre as tatuagens, os autores as entendem como atitude paradoxal, pois através delas os sujeitos expõem e ocultam ao mesmo tempo. Na contemporaneidade, observam que diante da elaboração feita para a realização da arte escolhida, a tendência é que se perca o sentimento de privacidade, diante do resultado, grande é a vontade de dar a ver expondo suas imagens nas mídias sociais ou usá-las expostas ao público, na busca do olhar e reconhecimento do outro.

Não é simples relacionar as múltiplas funções da tatuagem e resumi-las nos dias atuais. O hábito de tatuar-se está presente, historicamente, na humanidade desde a pré-história. Segundo Day (2019) não se trata sobre perguntar quando as tatuagens passaram a constituir hábito comum, mas sim, a partir de quando deixaram de ser. Últimos registros datam seis mil anos ao corpo mumificado de uma mulher com diversas tatuagens, além do homem Otzi, encontrado congelado, com mais de sessenta tatuagens intactas e realizadas há mais de cinco mil anos e nas diversas culturas do mundo antigo as tatuagens eram utilizadas como marcas de rituais de passagem, oferta de alívio da dor e do sofrimento, identificação de grupos familiares ou proteção contra o mal.

Segundo Costa (2002) as religiões monoteístas proibiram a prática da tatuagem, pois esta era utilizada em rituais pagãos, devendo por isso ser banida. Mas também por estar relacionado com o culto ao corpo, exibição deste e sua erotização, sendo por isso recalcado.

Segundo Day (2016), a partir da década de sessenta passa a ser difundida em meios de comunicação visual como televisão e revistas, tornando-se pouco

a pouco objeto de desejo e de identificação com um determinado grupo social. Surgem novas técnicas de pintura e estilos, cresce o número de fabricantes de máquinas e tintas específicas além do rigor com a qualidade e a saúde. As mídias sociais divulgam em larga escala os trabalhos, artistas e informações que contribuem para desmistificar a tatuagem tirando-a do lugar de exclusão.

Neste trabalho, observa-se também o caráter enunciado por Costa (2002) de que a tatuagem não é somente uma pintura, mas também uma forma de escarificação da pele que pretende deixar sua marca com função eminentemente de dar suporte à circulação social, buscando o endereço à uma leitura, um lugar no amor do outro ou a decifração deste lugar. Para a autora, essa escarificação, surge como borda corporal, através da necessidade do sujeito de reconstituição, ao longo da história, quando o sujeito perde de alguma forma os referentes que amparam seu corpo e necessita de suportes corporais que podem surgir, entre elas, através da apropriação de marcas corporais. Para Costa (2002) esse transcurso se faz através da sustentação em relação a um olhar, oferecendo-o a uma determinada representação. Procura-se contribuir com o relato em Vita Alere (2016, p. 2):

Fiz essa tatuagem para encobrir anos de cicatrizes de automutilação. O símbolo no meio é o logotipo da Associação Nacional de Distúrbios Alimentares dos EUA (NEDA), que faz um trabalho de conscientização sobre transtornos alimentares. (...) Fiz essa tatuagem não só para cobrir minhas cicatrizes, mas também para ajudar a aumentar a conscientização. A maioria das pessoas vê a tatuagem e pergunta o que ela é e o que significa. Isso geralmente dá início a um diálogo. Muitas pessoas pensam que esse tema é tabu, mas é isso que faz com que a anorexia seja uma doença tão mortal. Todo mundo conhece alguém que tem ou teve um distúrbio alimentar.

Podem-se observar no recorte acima, os aspectos de substituição de uma marca corporal – automutilação – por outra, a tatuagem, sendo esta última endereçada ao outro, que abre espaço para fala, a possibilidade de trazer o que faz parte do seu mundo íntimo ao público e talvez a oportunidade de ressignificação.

Costa (2004) diz que além da função de suporte para a circulação social

do corpo, as tatuagens constituem um circuito da pulsão, de forma que este corpo seja libidinizado e representado em qualquer fase da vida do sujeito pela erotização, como produção de prazer através da oferta ao olhar. Nesse contexto, ressalta que pode trazer um elemento de insuficiência, gerando a necessidade constante de se reescrever, tornando-se compulsão por serem refeitos a marca, o recorte, a borda.

Costa (2002) contribui com outro aspecto no que diz respeito a erotização através da dor que o sujeito busca ativamente uma posição passiva, condição própria do circuito da pulsão. Lembra-se que no Brasil costuma-se dizer “eu me tatuei”, apesar de haver entrega do corpo ao tatuador, no suporte deste, “o sujeito se ausenta de seu corpo e pode gozar como terceiro no acontecimento. Essa é a condição descoberta por Freud, do erotismo da posição que acontece no masoquismo primário.” (COSTA, 2002, p. 62).

Osório (2006) efetuou pesquisas na área da Antropologia em estúdios de tatuagem no Rio de Janeiro e, entre outros aspectos, mostram que as mulheres utilizam esta marcação na pele como forma de afirmação da sua propriedade sobre ele, e que entre este público nota-se o aspecto de coletivização presente no ato da realização da tatuagem onde mulheres acompanhadas, algumas vezes por suas mães ou irmãs fazem uma espécie de ritual através da fala durante o processo. Osório (2006) observou que este comportamento é pouco recorrente entre os homens, que raramente realizam o procedimento acompanhados e onde os diálogos ocorrem em geral, apenas com o tatuador. Interessante observar que diante da realização de uma inscrição como marca singular que afirme a propriedade sob seu corpo, o sujeito faça-se acompanhar pela mãe, talvez como a solicitar sua permissão para o ato como no caso abaixo:

Não me machuco desde o ano passado. Perdi minha avó há quase um ano. Quando eu tinha quatorze anos, perguntei à minha mãe se poderia fazer uma tatuagem se eu conseguisse não me machucar por um ano. Eu não tinha planejado fazer essa tatuagem com a letra da minha avó, a tatuagem me mantém com os pés no chão e trás uma pequena parte dela ao lado de cicatrizes de uma época que foi muito difícil de superar. Não tinha planejado isso, mas depois de perder minha avó, sabia que era o que eu precisava. (VITA ALERE, 2016, p. 4)

Costa (2002) afirma que estamos organizados através de uma sociedade baseada no consumo onde a tatuagem, assim como outras expressões, pode apresentar-se regida através da moda, sendo interessante diferenciar-se essa experiência como uma das formas atuais de coletivização. Bauman e Leoncini (2018) nesse particular, ressaltam que o corpo aparece como lugar cada vez mais predileto a solucionar a conjugação de pertencimento, autoafirmação, permanência e manipulação da identidade. Disseram que há diversas formas identitárias utilizadas atualmente, mas que as tatuagens implicam a um compromisso mais sério e duradouro, numa intenção de estabilidade tanto de compromisso e de liberdade, quanto à autodefinição e seu exercício. Bauman e Leoncini (2018) falam-nos que a sociedade do consumo transforma a possibilidade em obrigação, sendo a moda uma forma coercitiva de transformar o aspecto exterior ao corpo como necessidade, ou seja, consumo. Costa (2002) nos lembra que, se um sujeito consegue através da tatuagem incluir-se em algum tipo de circulação social, para outro, pode não se dar o mesmo.

Os desejos em realizar procedimentos de escarificação da pele podem ocorrer algumas vezes ao longo da vida do sujeito, podendo apresentar-se em momentos mais intensos, pedindo urgência ao ato, ou de forma compulsiva. Algumas pessoas encontram na tatuagem um meio de diminuir os anseios pela autolesão ou uma forma de evitá-la. Tamarkin (2016, p.3) apresenta relatos de ressignificação por meio da tatuagem:

Eu lutei contra a automutilação por 11 anos. No ano passado, eu passei um ano inteiro sem me cortar pela primeira vez desde que eu tinha 10 anos de idade. Eu fiz essa fênix para cobrir as cicatrizes no meu braço esquerdo. Ressurgindo das cinzas, estou viva novamente. Agora, um ano depois dessa tatuagem, estou casada e grávida do meu primeiro filho. Sempre que as coisas parecem sombrias, eu me lembro do quão longe cheguei com essa tatuagem. (TAMARKIN, 2016, p.3)

Araújo et al. (2016) lembra que a psicanálise, através da formulação em torno dos destinos pulsionais e do masoquismo, possibilita que seja afastada a ideia patologizante de que aqueles que praticam atos autolesivos precisam

de uma “cura” ou tratamento específico, sendo o trabalho de escuta, através do tempo e da elaboração permitida pelo desejo de cada sujeito, para que se identifique o que significam os atos e seus representantes pulsionais.

Corso e Corso (2018) enfatizam a necessidade de compreensão da complexidade do comportamento humano e reflete que o que é considerável agradável, desagradável, bom ou ruim assume diferentes peculiaridades. Algumas pessoas, diante de um sofrimento de extrema angústia, podem apresentar ataques de pânico, outras podem encontrar na pele um alívio ao sentir-se desaparecer ou incapaz de ocupar um lugar no mundo ou na vida de alguém.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após retornar ao referencial teórico sobre as teorias das pulsões de Freud e sobre o masoquismo procurou-se observar nas práticas de atos autolesivos e na tatuagem formas possíveis de atividade pulsional que encontra o próprio corpo como lugar de prazer. Por meio da utilização de relatos disponíveis nas mídias sociais e de domínio público, buscou-se realizar um olhar ampliado sobre as práticas autolesivas e sobre a tatuagem para além do conteúdo patologizante em voga atualmente.

Embora à primeira vista tatuagens possam estar relacionadas ao embelezamento ou decoração do corpo e atos autolesivos à busca de um mecanismo de enfrentamento para angústias emocionais, tivemos oportunidade de observar que ambas encontram no corpo e através da dor, uma possibilidade de escrita na própria pele, logo subjetivação de si mesmas.

Foram observados nos relatos tanto dos sujeitos envolvidos na prática da automutilação como de tatuagens a intenção de trazer à luz sentimentos, emoções, vivências privadas. O momento e a forma que serão trazidas à público são escolhidos por cada um de acordo com as possibilidades de elaboração. Pôde-se concluir que uma das formas que os sujeitos encontram para elaborar questões que pedem urgência psíquica, seja pelo desconforto que encontram

ou pela necessidade de sentirem prazer é a do toque na pele.

É através da escuta que o analista toca o corpo e a história de seu paciente, permitindo recordar e elaborar as marcas indizíveis do sujeito. Ao invés de repetir a marca no corpo, o convite de uma análise permite, através da palavra, falar sobre a dor e as angústias daquilo que ainda não tem nome ou forma. A palavra pode produzir sentido para a dor que não encontra outro caminho que as marcas corporais e possibilidade de produzir uma autoria e um corpo.

Diversos foram os modos encontrados para que o toque seja realizado na pele. Sejam através de arranhões, cortes, queimaduras, furos, essas escarificações representam algo a estes sujeitos e estas marcas que permanecem para sempre neste corpo correspondem a uma assinatura de si mesmos.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLI, Patrícia. **O corpo na adolescência**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Departamento de Humanidades e Educação, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Santa Rosa, 2014. 39 p.

ARAUJO, Juliana; CHATELARD, Daniela; CARVALHO, Isalena; VIANA, Terezinha. **O corpo na dor: automutilação, masoquismo e pulsão**. *Estilos Clínicos*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 497-515, maio 2016. Trimestral.

BAUMAN, Zygmunt; LEONCINI, Thomas. **Nascidos em Tempos Líquidos: transformações no terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. 95 p.

CORSO, Diana; CORSO, Mário. **Adolescência em Cartaz: filmes e psicanálise para entendê-la**. Porto Alegre: Artmed, 2018. 336p.

COSTA, Ana. **“Se fazer” tatuar: traço e escrita das bordas corporais**. *Estilos da Clínica*, Porto Alegre, v. 8, n. 12, p. 56-63, maio 2002.

COSTA, Ana. A transicionalidade na adolescência. In: COSTA, Ana et al (org.) **Adolescência e Experiências de Borda**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Cap. 12. P. 165- 193.

DAY, Holly. **Tattoo FAQ: All that’s left to know about skin art**. Maryland, USA: Backbeat Books, 2019. 346 p.

FAITA, Suzane. **Jovens contam os dramas da automutilação**. 2020. Disponível em: <https://clmais.com.br/jovens-contam-os-dramas-da-automutilacao/>. Acesso em: 02 set. 2020.

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade **Obras completas**. São Paulo: Companhia das Letras. Original publicado em 1905/2016. (Vol. 6). 407 p.

FREUD, Sigmund. Os instintos e seus destinos. **Obras completas**. São Paulo: Companhia das Letras, Original publicado em 1915/2010. (Vol. 12). 312 p.

FREUD, Sigmund. **Obras completas**. Além do princípio do prazer. São Paulo: Companhia das Letras. Original publicado em 1920/2010. (Vol. 14). 432 p.

FREUD, Sigmund. **Obras completas**. O problema econômico do masoquismo. São Paulo: Companhia das Letras. Original publicado em 1924/2011. (Vol. 16). 374 p.

GOMES, Gil. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Os Dois Conceitos Freudianos de Trieb. Rio de Janeiro, v. 17, n.3, p. 249-255, setembro, 2001.

JATOBÁ, Maria. **O ato de escarificar o corpo na adolescência: uma abordagem psicanalítica**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010. 93 p.

OSÓRIO, Andréa. **O gênero da tatuagem: continuidades e novos usos relativos à prática na cidade do Rio de Janeiro**. 2006. 164f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. 874 p.

SILVA, G.F. **Um Estudo sobre as Funções da Tatuagem e da Identificação à luz da Psicanálise Freudiana**. 2012. 142 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, USP, São Paulo, 2012.

TAMARKIN, Sally. **34 tatuagens criadas para cobrir cicatrizes de automutilação: de pequenas e minimalistas a grandes e coloridas**. De pequenas e minimalistas a grandes e coloridas. 2016. Disponível em: <https://www.buzzfeed.com/br/sallytamarkin/34-tatuagens-criadas-para-cobrir-cicatrizes-de-aut>. Acesso em: 2 ago. 2020.

VITA ALERE (São Paulo). Instituto Vita Alere. **34 tatuagens criadas para cobrir cicatrizes de automutilação**. 2016. Disponível em: <https://vitaalere.com.br/34-tatuagens-criadas-para-cobrir-cicatrizes-de-automutilacao/>. Acesso em: 29 jul. 2020.

ESTUDO DA RELAÇÃO ENTRE A ALIMENTAÇÃO INDUSTRIAL E OS IMPACTOS AMBIENTAIS

Maria Julia Leardini¹

Marina de Carvalho Mendes Mafra²

¹ Aluna do curso de Gastronomia do Centro Universitário Avantis - UNIAVAN

² Mestre em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí, Brasil(2012). Professora e tutora do Centro Universitário Avantis , Brasil

RESUMO

Os impactos ambientais causados pela alimentação industrializada são o objeto de estudo do presente artigo, que visa relacionar o papel do homem, o peso de suas escolhas alimentares e a participação direta da indústria alimentícia, como agentes causadores da atual degradação no mundo em que vivemos. Neste contexto, o estudo abrange uma coleta de dados bibliográficos pertinentes que enfatizam os danos causados ao meio externo pela indústria alimentícia, e da análise dos dados encontrados, para sustentar o objetivo central da pesquisa. O presente artigo possui caráter bibliográfico com abordagem qualitativa, com natureza básica de caráter descritivo. Através da pesquisa bibliográfica foi possível analisar o papel da industrialização dos alimentos diante dos impactos gerados ao meio ambiente, além dos impactos sociais, na medida em que a industrialização transformou drasticamente o ato de comer e conhecer o alimento.

Palavras-chave: Alimentação. Ambiental. Industrialização.

STUDY OF THE RELATIONSHIP BETWEEN INDUSTRIAL FOOD AND ENVIRONMENTAL IMPACTS

ABSTRACT

The environmental impacts caused by industrialized food are the object of study in this article, which aims to relate the role of man,

the weight of his food choices and the direct participation of the food industry, as agents that cause the current degradation in the world in which we live. In this context, the study covers a collection of pertinent bibliographic data that emphasize the damage caused to the external environment by the food industry and the analysis of the data found, to support the central objective of the research. This article has a bibliographic character with a qualitative approach, with a basic nature of a descriptive character. Through bibliographic research, it was possible to analyze the role of food industrialization in view of the impacts generated on the environment, in addition to social impacts, the extent to which industrialization has drastically transformed the act of eating and knowing the food.

Keywords: *Environmental. Food. Industrialization.*

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, a vida globalizada associada à falta de tempo, induzem a população a optar por uma alimentação mais rápida. Porém, a substituição de alimentos naturais por opções industrializadas, afetam diretamente na qualidade dos alimentos consumidos. Buscando adequar o ato de comer à rotina corrida do dia-a-dia, os hábitos e escolhas de consumo começaram a direcionar o consumo de alimentos mais condizentes com este estilo de vida atual, gerando hábitos alimentares rápidos e práticos. Estes, na maioria das vezes, são pouco satisfatórios ao paladar - no sentido de não utilizarem ingredientes naturais e frescos, e ainda possuem menos nutrientes do que no padrão anterior, quando ainda se prezava por hábitos naturais e saudáveis de alimentação (FLANDRIN; MONTANARIO, 2015).

Mediante o exposto, o objetivo central deste artigo consiste em buscar evidências da ligação da indústria alimentícia com a degradação ambiental, através de coleta de dados bibliográficos pertinentes que confirmem os danos causados ao meio externo pela alimentação industrializada, ainda questionando o motivo pelo qual o ser humano deixou de conhecer a procedência do seu alimento.

O conceito de alimentação industrial é marcado por um alimento ultra-processado e por sua mudança sensorial e, eventualmente, esse processamento é notório por não evidenciar qual a matéria prima utilizada para o seu preparo.

Estes alimentos tendem a ser definidos com algo “sem alma”, ou seja, como um alimento que não remete à percepção de sabor e nutrição, já que não se parecem mais com alimentos, além de serem desvinculados com alguma cultura, de acordo com Hernández (2005).

Já o alimento adequado ou saudável, de acordo com as Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição (BRASIL, 2013), entende-se pela prática alimentar que se aproprie aos aspectos socioculturais, físico e biológicos do indivíduo, além de aliar-se ao uso sustentável do meio ambiente. Contudo, o alimento deve atender tanto às necessidades básicas do ser humano em cada fase do seu desenvolvimento – harmônica em quantidade e qualidade – quanto ao cuidado e zelo com o ambiente em que ele está inserido.

Neste sentido, a relação entre o alimento e os impactos diretamente gerados na saúde física e ambiental são fatos que necessitam de maior atenção no âmbito da responsabilidade de escolha.

Chegamos a um ponto na História em que devemos moldar nossas ações em todo o mundo, com maior atenção para as consequências ambientais. Através da ignorância ou da indiferença podemos causar danos maciços e irreversíveis ao meio ambiente, do qual nossa vida e bem-estar dependem. [...] (ONU, 1972).

Embora não seja um fato amplamente conhecido, a alimentação tem um impacto direto no meio ambiente, neste aspecto, o que o ser humano escolhe comer e como ele decide comer, comprar, consumir e descartar, afetam de forma negativa ou positiva ao ambiente em que ele vive.

Tendo em vista que, de acordo com a ONU (1972), o movimento ambiental surgiu em resposta à industrialização, defender e melhorar o meio ambiente para as atuais e futuras gerações se tornou uma meta fundamental para a humanidade. E apesar da responsabilidade social, moral e ética do homem e sua relação com o meio ambiente ser evidenciada no movimento ambiental, ainda hoje, este é um assunto que deixa brechas de descaso na história do mundo.

2 METODOLOGIA DE PESQUISA

A metodologia empregada neste artigo possui caráter bibliográfico – baseado em artigos, livros e entrevistas – e sua abordagem é qualitativa. Após a coleta de dados bibliográficos, os materiais foram analisados e apenas as partes relevantes que se encaixam no tema do artigo foram selecionadas.

Analisando o contexto trabalhado neste projeto, notou-se que há uma quantidade considerável de materiais que abordam a industrialização no meio alimentício mas, de qualquer forma, este artigo poderá ser utilizado em futuras pesquisas que abordem o tema delimitado.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na perspectiva de Henrique Carneiro (2003), genericamente, a indústria e as novas tecnologias focadas em alimentação vieram como um processo histórico de racionalização e funcionalização dos alimentos mas, por outro lado, começou-se a notar as consequências negativas da industrialização, como por exemplo: contaminação ambiental com embalagens e garrafas plásticas, uso de aditivos químicos para prolongar o tempo de “vida” dos alimentos industriais e padronização dos sabores.

Em que é a partir de quando o homem se distingue do animal em sua alimentação? Pelos tipos de alimentos que consome ou por sua variedade? Pelo modo como as prepara antes de comê-las? Pelo cerimonial que envolve seu consumo, a comensalidade e a junção social que caracterizam as refeições? (FLANDRIN; MONTANARIO, 2015, p. 26).

Para o homem, comer sempre envolveu algo além de uma simples necessidade biológica. Como apresenta Henrique Carneiro (2003), a história da

alimentação tem como objeto quase toda a natureza viva no âmbito geral, independente da época, povos ou culturas.

Parafrazeando Hernández (2005), atualmente, a alimentação artificial tem gerado problemas para o consumidor, além de romper a tradição alimentar quanto a oportunidade de evolução do indivíduo, como um ser conhecedor de sua ancestralidade, autônomo, responsável pela formação do conhecimento característico dos alimentos e agente de sua própria riqueza alimentar.

A economia e a agronomia estudaram a alimentação a partir da história da agricultura e do comércio, enfocando, juntamente com a geografia, o relacionamento da humanidade com seu meio físico e social na produção dos alimentos. (CARNEIRO, 2003, p.15).

Buscar entender o real impacto ambiental causado na natureza pelas indústrias alimentícias é necessário para compreender a definição de degradação, seja ela no âmbito geral ou de um sistema em específico. De acordo com Sánchez (2013, p. 27) “A degradação de um objeto ou de um sistema é muitas vezes associada à ideia de perda de qualidade. Degradação ambiental seria, assim, uma perda ou deterioração da qualidade ambiental.”

Analisando a fala de Sanchez (2013), a degradação ambiental está relacionada a perda de qualidade do ambiente, ou seja, visualmente o ecossistema disponível no ambiente pode parecer intacto, mas no quesito de qualidade, e até mesmo de desenvolvimento, tudo que a natureza oferece estará afetado negativamente. O que abrange diretamente a sociedade, já que de acordo com a ONU em 1972, a vida e o bem-estar do ser humano é dependente do meio ambiente.

3.1 RELAÇÃO DA PECUÁRIA COM A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

Em uma entrevista para o Instituto *Humanitas* Unisinos, – IHU em

2009 – o pesquisador Luiz Antônio Martinelli afirmou que é muito mais importante discutir a poluição que a criação de gado de modo intensivo – ou industrial – causa no meio ambiente do que o aumento do efeito estufa, devido às suas proporções. Segundo Martinelli (2009), vários outros pesquisadores nacionais já haviam alertado que a Amazônia tem sido destruída para fins de pecuária. Neste sentido, obrigatoriamente ocorrem perdas – em vários sentidos – quando uma floresta é substituída por um campo de pastagem, e a principal perda é retirar a variedade de espécies de árvores presentes nas florestas, reduzindo-as a um número considerável. Com isso, o ecossistema sofre alterações que modificam negativamente seu funcionamento.

Além da pecuária, a agropecuária – na escala de produção atual – é um grande fator decisivo na degradação ambiental, e é necessário levar em conta a queda de qualidade dos alimentos produzidos pela agropecuária. De acordo com Hernández (2005), depois de vinte anos, os legumes e frutas se tornaram insípidos e sem interesse gustativo, pois a seleção destes alimentos foi efetuada com base nos critérios favoráveis somente ao produtor e analisando apenas o elemento visual.

Parafraseando Abramovay (2010), a agropecuária mundial é sim capaz de suprir as necessidades alimentícias do ser humano mas, para que tal objetivo seja cumprido, – analisando o fato de que até 2050 mais de duas bilhões de pessoas deverão povoar o planeta – é indispensável analisar e reestruturar o sistema alimentar, direcionando-o para novos caminhos, principalmente a maneira como se enfrenta o problema duplo da biodiversidade e aquecimento global, em que a agropecuária tem importância decisiva.

Analisando esses fatos, criar um hábito alimentar em função da facilidade e rapidez, onde quem está em foco são sempre as grandes indústrias, acaba omitindo a quantidade de benefícios que a natureza – em sua forma original – pode oferecer à sociedade. Levando isso em consideração, a alimentação industrial beneficia muito mais quem está no controle de tudo isso do que quem consome tais produtos, e desta forma se torna mais complexo – mas não impossível - mudar o ciclo que foi criado pelo homem, que se baseia em consumir tudo que o meio ambiente pode oferecer sem pensar que os recursos oferecidos são finitos. Como dito por Martinelli (2019), os estudos têm mostrado que a Amazônia pode oferecer ao ser humano, benefícios muito

maiores do que se for transformada em pastagem para a pecuária e, com isto, fica nítido que este processo precisa ser revertido. Mas, como dito pelo autor, existem forças políticas e econômicas que caminham contra esta direção.

Tendo em vista que grande parte – se não a maioria – dos terrenos degradados pela indústria são pela criação de gado de corte, sejam eles bovinos, ovinos, caprinos ou suínos, tem-se uma base de que o ser humano parou de consumir carne e derivados por necessidade, e começou a se alimentar por luxo. O autor Henrique Carneiro (2003) diz em seu livro “Comida e Sociedade: uma história da alimentação”, que a história das civilizações e a utilização dos recursos vegetais se confundem, e ainda pode-se incluir o consumo de carne e derivados, mas ambos têm menos importância para a formação das primeiras civilizações. Além de que a agricultura produz de 10 a 20 vezes mais alimentos do que a criação de gado em uma superfície do mesmo tamanho. Como aponta Martinelli (2019), a sociedade trocou um sistema rico, capaz de oferecer variados serviços ambientais, por outro extremamente pobre – em termos ecológicos -, onde o produto final é marcado pela carne.

Ou seja, deteriorar a natureza – analisando que a mesma está perdendo sua qualidade – gera malefícios para o cotidiano da sociedade, já que o indivíduo é totalmente dependente do ambiente em que está inserido. Tendo isso como base, é importante colocar em evidência meios alternativos de evitar a degradação ambiental em larga escala para que o ser humano possa continuar se desenvolvendo e evoluindo harmonicamente com a natureza e o meio ambiente.

3.2 EVOLUÇÃO DA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL

De acordo com Bertolino (2012), no passado, a preocupação com assuntos ambientais era tratada como questão ideológica, manifestada por grupos ecologistas que não aceitavam a sociedade de consumo moderna. Essa forma de pensar pode ser explicada pelo fato de que, quando a questão ambiental é tratada sob o ponto de vista econômico ortodoxo, a visão se resume à ecologia versus economia.

O efeito da produção é avaliado desde a seleção da matéria-prima até o descarte dos resíduos pelo consumidor, passando pelo melhor aproveitamento dos insumos e resíduos lançados no ambiente. Esse tipo de perspectiva na produção, mais do que trazer resultados em termos ambientais, é uma gestão que reduz desperdícios de recursos e, em geral, diminui custos, desmistificando a existência de um conflito inevitável entre economia e ecologia, ou seja, o mito de que uma gestão ambientalmente responsável pode aumentar custos, reduzir a competitividade das empresas, atrasar ou encarecer projetos públicos (NASCIMENTO, 2012, p. 23).

Mesmo diante da degradação ambiental, a consciência ambiental tem evoluído constantemente, principalmente por conta de normas e leis denominadas pelo governo, como por exemplo a Lei nº 6839, que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 1981) seus fins e mecanismos de formulação e aplicação constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e institui o Cadastro de Defesa Ambiental, que tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

[...] I - Ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo; II - Racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar; III - Planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais; IV - Proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas; V - Controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras; VI - Incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais; VII - Acompanhamento do estado da qualidade ambiental; VIII - Recuperação de áreas

degradadas; IX- Proteção de áreas ameaçadas de degradação; X - Educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente. (BRASIL, 1981)

Estes princípios generalizam a questão ambiental, que de acordo com Bertolino (2012), têm crescentemente sido incorporada aos mercados e às estruturas sociais que regulamentam a economia, e passou a ser um elemento considerado nas estratégias de crescimento das empresas, seja por gerar ameaças ou por criar oportunidades empresariais.

Sob a perspectiva da teoria econômica tradicional, a preservação e o uso racional dos recursos naturais contrapõem-se ao desenvolvimento econômico e à lucratividade da empresa. No entanto, os embates empresariais não ocorrem no cenário mundial atual, descritos pela teoria econômica tradicional, o que levou a uma reavaliação desse ponto de vista sob outra ótica: antes, as questões políticas e econômicas estruturavam a estratégia empresarial; entretanto, além destas, agora a questão ambiental tem impulsionado as empresas em direção ao planejamento ambiental. (BERTOLINO, 2012, p. 14).

Neste contexto, nota-se que a indústria segue brevemente o conceito de gestão ambiental, e parte disso se deve às legislações criadas com este enfoque, mas é necessário levar em consideração que a sustentabilidade dentro das indústrias de grande porte tornou-se uma ferramenta de marketing para atrair uma quantidade maior de consumidores, ainda mais ou que prezam pela ecologia.

3.3 MEIOS DE EVITAR A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

Levando em consideração os dados apresentados, existem alternativas simples que demonstram resultados rapidamente. Um exemplo é optar por uma alimentação *slow food* – que valoriza todo o processo do alimento - desde a colheita até que este produto chegue à mesa do consumidor final, evitando assim desperdícios e estabelecendo uma conexão direta com o alimento e o meio ambiente.

O slow food não é uma sociedade de comidas e vinhos gourmet, embora suas reuniões enfatizem a redescoberta dos sabores e sabores da culinária regional. [...] O slow food evoluiu rapidamente para uma equipe de defesa da diversidade vegetal, animal e cultural, assumindo a posição de bem-estar animal e humano em seu periódico [...]. (PETRINI; WATERS, 2001, p. 07).

O vegetarianismo – e inclui-se juntamente o veganismo – também se encaixa em modos de otimizar a alimentação olhando através das embalagens e incentivando o indivíduo a conhecer realmente de onde vem o seu alimento, além de favorecer a saúde pública, já que visa alimentos livres de agrotóxicos, antibióticos e conservantes utilizados na produção de alimentos em massa.

O vegetarianismo, praticado por um número crescente de pessoas, reflete preocupações éticas com relação aos animais e com as vicissitudes de uma sociedade industrial ecologicamente destruidora, onde destinam dois terços da produção de grãos da agricultura mais produtiva do planeta para a alimentação do gado, que por sua vez tornou-se vetor de transmissão de novas doenças [...] causadas pelo uso de métodos de criação intensivos de animais em confinamento e de dietas com hormônios e antibióticos [...]. (CARNEIRO, 2003, p. 142).

Ainda assim, é importante que a regeneração do meio ambiente seja discutida, mensurando o tamanho do estrago que a ignorância do ser humano pode ainda continuar causando. O ambiente que sofreu através da ação humana de certa forma pode ser recuperado, porém, mediante à ações cujo foco seja voltado para essa finalidade apenas. A reabilitação de locais ou ecossistemas degradados envolve medidas de melhoria no âmbito físico. (SÁNCHEZ, 2013).

Levando em consideração que o desperdício alimentar está ligado à cultura brasileira contribuindo para a diminuição dos recursos nutricionais ofertados à parte das famílias (MARCHETTO et al, 2008), é necessário analisar meios de transformar essa cultura presente na sociedade, viabilizando projetos que foquem no reaproveitamento dos alimentos.

Um trabalho realizado pelo CONSEA – MT mostrou que o desperdício alimentar está relacionado com vários fatores, desde a colheita até sua preparação, como a manipulação inadequada dos alimentos, armazenamento e transportes inadequados, hábitos culturais, forma inadequada de preparo dos alimentos e até mesma estrutura diferenciada de cada alimento. Do total de desperdício no país, 10% ocorrem durante a colheita; 50% no manuseio e transporte dos alimentos; 30% nas centrais de abastecimento, e os últimos 10% ficam diluídos entre supermercados e consumidores. (MARCHETTO et al, 2008, p. 02).

Pensando nesta proporção de alimentos desperdiçados, foi criada a lei nº 14.016 de 23 de junho de 2020 (BRASIL, 2020), que dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e a doação de excedentes de alimentos para o consumo humano.

De acordo com o art. 1º, os estabelecimentos dedicados à produção e ao fornecimento de alimentos, incluídos alimentos in natura, produtos industrializados e refeições prontas para o consumo, ficam autorizados a doar os excedentes não comercializados e ainda próprios para o consumo humano que atendam aos

seguintes critérios: I - Estejam dentro do prazo de validade e nas condições de conservação especificadas pelo fabricante, quando aplicáveis; II - Não tenham comprometidas sua integridade e a segurança sanitária, mesmo que haja danos à sua embalagem; III - Tenham mantidas suas propriedades nutricionais e a segurança sanitária, ainda que tenham sofrido dano parcial ou apresentem aspecto comercialmente indesejável. (BRASIL, 2020)

Baseado nisso, percebe-se que muitos meios de reaproveitamento integral dos alimentos já têm sido discutidos atualmente.

Percebe-se que existe uma preocupação e incentivo aos meios de reaproveitamento integral dos alimentos, porém, para que a degradação ambiental seja evitada, – mesmo que não de maneira plena – o assunto precisa estar cada vez mais em evidência, contribuindo para uma nova cultura alimentar onde, além da nutrição do ser humano, a sustentabilidade seja o foco capaz de conduzir e direcionar na conscientização do impacto de nossas escolhas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A indústria alimentícia aliada a produção em larga escala de alimentos industrializados gera impactos significativos no âmbito social, nutricional e histórico da sociedade em que vivemos. A degradação do meio ambiente, dos ecossistemas e ainda, do hábito de alimentar-se em prol da nutrição, são exemplos claros das consequências e impactos ocasionados pela simples escolha por alimentos industrializados.

Além disso, a alimentação industrial fere os rituais da alimentação humana, que vão além de simplesmente ingerir qualquer alimento. Para combater isso, novos movimentos sustentáveis surgiram em resposta à degradação, como por exemplo o vegetarianismo, – inclui-se o veganismo – e o movimento *slow food*, que visam colocar em evidência alimentos frescos, locais que respeitem o processo produtivo do meio ambiente, e que repudiam o desperdício. Além disto, é importante também optar por pequenos produtores e

agricultores familiares locais, que produzem o alimento que nutre, mas que também respeita a natureza e sua sazonalidade.

A preservação do ambiente é inerente ao ser humano e das escolhas que a sociedade fará ao decorrer do tempo, pois fica evidente que o meio ambiente precisa ser preservado, levando em consideração que a vida humana é totalmente dependente da natureza que a cerca.

Tão relevante quanto os estudos que apontam a relação entre os impactos da alimentação industrializada no meio ambiente, são os resultados que destacam o protagonismo do homem neste cenário. A responsabilidade individual de cada ser humano em comprometer-se com escolhas éticas, sustentáveis e conscientes, capazes de gerar um menor impacto no ambiente em que vivemos e conseqüentemente no mundo.

Aquilo que o indivíduo escolhe manter em seu prato, o produto nomeado como alimento, afeta diretamente de forma positiva ou negativa o cenário em que o mesmo está incluído. Com isto, conclui-se que tudo aquilo que é consumido como produto/alimento influencia não apenas na saúde do corpo humano, mas principalmente na saúde do planeta.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Alimentos versus população: está ressurgindo o fantasma malthusiano?** *Ciência e Cultura*, v. 62, n. 4, p. 38-4, 2010. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252010000400013. Acesso em 17 de setembro de 2020.

BERTOLINO, M. **Sistemas de Gestão Ambiental na Indústria Alimentícia.** Porto Alegre: Artmed, 2012. 154 p.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, em 31 de agosto de 1981.

BRASIL. **Lei nº 14.016, de 23 de junho de 2020.** Dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e a doação de excedentes de alimentos para o consumo humano. Brasília, 23 de junho de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição** – 1. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

CARNEIRO, H. **Comida e Sociedade, uma história da alimentação**. 2. ed. Campus, 2003.

FLANDRIN, J.L.; MONTANARIO, M. **História da alimentação**. 8. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2015.

HERNÁNDEZ., J. C. **Patrimônio e Globalização: o caso das culturas alimentares**. In: CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. W. D. (Orgs.). **Antropologia e Nutrição: um diálogo possível** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. p. 109-146.

MARCHETTO, A. et al. Avaliação das partes desperdiçadas de alimentos no setor hortifrúti visando seu reaproveitamento. **Rev. Simbio-Logias**, v.1, n. 2, novembro de 2008. Disponível em: https://www1.ibb.unesp.br/Home/Departamentos/Educacao/Simbio-Logias/ARTIGO_NUTR_avaliacao_partes_desperdi%C3%A7adas_alimentos_setor%C2%85.pdf. Acesso em: 25 de agosto de 2020.

MARTINELLI, L. “**A poluição que a criação intensiva de gado causa na água e no ar é muito mais importante do que o aumento do efeito estufa**”. [Entrevista concedida a] Márcia Jungles. Instituto Humanitas Unisinos. Fevereiro de 2009 – Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/20064-a-poluicao-que-a-criacao-intensiva-de-gado-causa-na-agua-e-no-ar-e-muito-mais-importante-do-que-o-aumento-do-efeito-estufa-entrevista-especial-com-luiz-antonio-martinelli>. Acesso em: 24 de agosto de 2020.

NASCIMENTO, L. **Gestão Ambiental e Sustentabilidade**. Santa Catarina: Usfc, 2012. 148 p. Disponível em: https://www.ufjf.br/engsanitariaeambiental/files/2012/09/Livrotexto_Gestao_Ambienta_l_Sustentabilidade.pdf. Acesso em: 18 de setembro de 2020.

ONU. **Declaração da Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente** (Estocolmo, 1972). Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>. Acesso em: 13 de agosto de 2020.

PETRINI, Carlo; WATERS, Alice. **Slow food: The case for taste**. Columbia University Press. New York, 2001.

SÁNCHEZ, L. E. **Avaliação de impacto ambiental – conceito e métodos**. 2. ed. Oficina de textos, 2013.

PSICANÁLISE E ARTE: A POESIA COMO MEIO DE EXPRESSÃO DO INCONSCIENTE

Andresa Mariá da Silva¹

Jeisa Benevenuti²

Gustavo Angeli³

¹ Acadêmica do curso de Psicologia pelo Centro Universitário de Brusque- UNIFEBE. Pós-graduanda em Psicologia Social pelo Grupo Educacional FAVENI em fevereiro de 2022.

² Professora Titular do Centro Universitário de Brusque (UNIFEBE). Doutorado (2012) e Mestrado (2004) em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina e Graduação em Psicologia pela Universidade do Vale do Itajaí (1999) e Universidade do Minho - Portugal (2000).

³ Psicólogo graduado pela Universidade Regional de Blumenau (FURB), mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) na linha de pesquisa Psicanálise e Civilização, doutorando em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina na área Psicologia Social e Cultura e linha de pesquisa Processos de Subjetivação, gênero e diversidades.

RESUMO

O presente trabalho analisa as expressões do inconsciente, que se manifestam por meio da literatura, descrevendo sentimentos em poesias. Para isto, utilizaremos como base teórica a psicanálise, uma interlocução entre a arte e a psicanálise. Serão analisados recortes e poesias da autora Clarice Freire. Busca-se compreender, no presente trabalho, alicerçado na relação entre a psicanálise e a poesia, como essa linguagem pode ser utilizada para expressar sentimentos, emoções e lembranças, levando em conta que o inconsciente resgata o processo de identificação com a literatura, e de quais ressonâncias ecoam pelo processo de encontro entre leitor e obra. A poesia quando lida, pode remeter a uma lembrança de algo já vivido, ou a esperança de ainda realizar um desejo. A busca em representar o que significa determinados sentimentos, por meio da cultura, da literatura, pode gerar resultados diversos, e abrir muitas possibilidades, o que torna essa construção coletiva extremamente vasta, visto que a poesia é uma linguagem que abrange vários meios.

Palavras-chave: Cultura. Literatura. Psicanálise.

***PSYCHOANALYSIS AND ART: POETRY AS A MEANS OF
EXPRESSION OF THE UNCONSCIOUS***

ABSTRACT

The present work analyzes the expressions of the unconscious, which are manifested in the literature, describing feelings in poetry. Thus, we will use psychoanalysis as a theoretical basis, and interlocution between art and psychoanalysis. Clips and poetry by the author Clarice Freire will be analyzed. We seek to understand, in the present work, from the relationship between psychoanalysis and poetry, how this language can be used to express feelings, emotions, and memories, taking into account that the unconscious rescues the identification process with literature, and which resonances echo from the process of the encounter between reader and work. When poetry is read, it can refer to a memory, something already lived, or the hope of still fulfilling a wish. The search to represent what certain feelings means, based on culture, literature, can generate different results, and open a range of possibilities, which makes this collective construction extremely vast since poetry is a language that encompasses various media.

Keywords: Culture. Literature. Psychoanalysis.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o intuito de analisar expressões do inconsciente, que se manifestam por meio da literatura, descrevendo sentimentos em poesias. Para isso, utilizaremos como base teórica a psicanálise, uma interlocução entre a arte e a psicanálise. Serão analisados recortes teóricos da autora Clarice Freire, poesias que compõem o livro *Pó de Lua nas Noites em Claro* (2016). “Acho que o universo é cheio de belezas e dores, mas podemos falar de todas elas com delicadeza” (FREIRE, 2016, p. 205).

Clarice é recifense, nascida em Pernambuco. Em sua biografia, descreve que desde criança não diferenciava desenho e escrita, por causa das influências que tinha em casa. Isto deve explicar o porquê das suas poesias serem elaboradas em forma de desenho e palavras sempre relacionadas, tornando possível somente pela compreensão de todo o contexto. “O resultado foi uma

poesia desenhada ou desenhos poéticos para diminuir a gravidade das coisas” (FREIRE, 2016, p. 205).

Pelo fato de a poesia ser atemporal, cada folha escrita em um livro de poesias pode representar uma história singular e ao mesmo tempo coletiva, à medida que encontramos identificações com outras realidades, dando sentido a uma construção subjetiva individual, repleta de vários olhares. História essa, construída de muitos sentidos e acolhida por sujeitos que se identificam com determinado sentimento, emoção e afeto. A poesia quando lida, pode remeter a uma lembrança, algo já vivido, ou a esperança de ainda realizar um desejo. “Afim, os próprios escritores criativos gostam de diminuir a distância entre a sua classe e o homem comum, assegurando-nos com muita frequência de que todos, no íntimo, somos poetas, e de que só com o último homem morrerá o último poeta” (FREUD, 1908/1996, p. 135).

A busca em representar o que significa determinados sentimentos, por meio da cultura, da literatura, pode gerar resultados diversos, e abrir muitas possibilidades, o que torna essa construção coletiva extremamente vasta, diversificada, visto que a poesia é uma linguagem que abrange vários meios. “Conto que essa polifonia possa incorporar cada vez mais vozes, outros timbres, novas línguas” (RIVERA, 2018, p. 12).

Busca-se compreender, no presente trabalho, alicerçado na relação entre a psicanálise e a poesia, como essa linguagem pode ser utilizada para expressar sentimentos, emoções e lembranças, levando em conta que o inconsciente resgata o processo de identificação com a literatura, e que ressonâncias ecoam pelo processo de encontro entre leitor e obra. Com esta pesquisa, busca-se compreender como o inconsciente encontra uma possibilidade de expressão para o sujeito de forma criativa, e nesse caso, resgata dentro de nós, de uma maneira um pouco mais leve e descontraída, a tentativa de elaborar conteúdos internos, de representar sentimentos, possibilitando, assim, dar voz às palavras que ecoam dentro de cada sujeito.

O presente trabalho tratará de aspectos da literatura como um resgate da infância, ao brincar e fantasiar, criava-se um mundo de descobertas e de expressão de sentimentos, afetos e histórias. Por meio desse estudo, podemos tratar a literatura como um meio de expressão do inconsciente, que é aceita pela sociedade, compondo um grande fator social indispensável para

construção do sujeito. A poesia surge como uma elaboração de fantasias e desejos internos que são representados por meio de palavras, dando sentido àquilo que se sente. Na fundamentação teórica será apresentada uma discussão em torno do brincar e o fantasiar por meio da escrita criativa e um debate sobre a literatura, de modo a entender a possibilidade que a literatura produz, para a construção de uma cultura que expressa conteúdos internos e representa pessoas por meio da arte.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A poesia é capaz de traduzir sentimentos, de uma forma mais palpável e de nos mostrar o sentido das nossas ideias internas, que muitas vezes são difíceis de elaborar, tornando concreto, algo que antes era abstrato e sem forma. O belo da poesia é que ela não tem um público específico, ela pode chegar a qualquer pessoa e ser interpretada de maneiras infinitas. Chegando até nós de uma forma inesperada, na intenção de relembrar conteúdos que a nossa consciência não havia sido capaz de acessar, faz-nos rever questões internas que estavam há muito tempo perdidas dentro de nós mesmos. “Somos postos diante daquilo que seria uma espécie de túmulo” (RIVERA, 2018, p. 22).

Despertando conteúdos inconscientes que não foram elaborados até o presente momento. “Nós, leigos, sempre sentimos uma intensa curiosidade em saber de que fontes o escritor criativo retira seu material, e como consegue impressionar-nos com o mesmo e despertar-nos emoções das quais talvez nem nos julgássemos capazes” (FREUD, 1908/1996, p. 135). Nessa jornada de descobertas internas na literatura, encontramos novidades que, na verdade, não são tão recentes assim, apenas voltamos a acessá-las.

Nosso interesse intensifica-se ainda mais pelo fato de que, ao ser interrogado, o escritor não nos oferece uma explicação, ou pelo menos nenhuma satisfatória; e de forma alguma ele é enfraquecido por sabermos que nem a mais clara compreensão interna

(insight) dos determinantes de sua escolha de material e da natureza da arte de criação imaginativa, em nada irá contribuir para nos tornar escritores criativos (FREUD, 1908/1996, p.135).

Essa incógnita em relação ao objetivo essencial do autor quando produziu determinado material causa no público uma grande inquietação a respeito da origem daquela criação e o que ela tem a dizer a nós. “A meu ver, o que nos prende tão poderosamente só pode ser a *intenção* do artista, até onde ele conseguiu expressá-la em sua obra e fazer-nos compreendê-la” (FREUD, 1914/1996, p. 224). Mas nem sempre uma única explicação é capaz de descrever de fato o que o outro sujeito enxerga daquela obra, e assim podemos desenvolver muitas outras elaborações, conforme a singularidade e possibilidade de representação de cada um. “Mas, geralmente, diante de uma grande obra de arte, cada um diz algo diferente do outro e nenhum diz nada que resolva o problema para o admirador despretenso” (FREUD, 1914/1996, p. 223,224).

Se desprender de uma explicação padrão e primária, é um fator muito importante para que a expressão aconteça de forma sensível e natural dos sujeitos, para abranger e acolher muitas outras histórias. É uma reconstrução da cultura e do indivíduo, ou seja, cada um representa de um jeito, mas em uma forma de linguagem que pode abranger vários meios. “Se trata sempre de tentar representar, sem que tal operação jamais se cumpra de forma definitiva” (RIVERA, 2018, p. 21). Uma elaboração pode ser interligada com outras e de incontáveis detalhes da nossa história como sujeito em formação e em desenvolvimento.

Quando refletimos sobre o significado que aquela obra tem para o autor, podemos tentar atribuir palavras que definem o sentimento dele naquele momento, mas de fato o que é mais rico nessa troca de experiências e significados, é quando nos deparamos com a nossa história, a partir da vivência do outro, que diz da sua própria maneira, o que tem de autêntico naquela criação, na qualidade de leitor e admirador das artes, mas principalmente, como sujeito, único e diferente. “Se ao menos pudéssemos descobrir em nós mesmos ou em nossos semelhantes uma atividade a fim à criação literária! Uma investigação dessa atividade nos daria a esperança de obter as primeiras

explicações do trabalho criador do escritor” (FREUD, 1908/1996, p. 135).

Existe algo nesta obra que nos faz repensar o porquê de tê-la dado tamanha atenção, é neste momento que será possível investigar o que ela fez renascer em nós, o que nos afeta com tanta intensidade. “Revolta-se contra o fato de comover-me com uma coisa sem saber porquê sou assim afetado e o que é que me afeta” (FREUD, 1914/1996, p. 223). Na literatura encontramos diversas histórias que, a princípio, relacionamos com o personagem mencionado ou até mesmo com o autor, o que não é tão simples de encontrar. É o que nos fez ler aquela obra e se identificar com ela, o que aquela história despertou dentro de nós, nas nossas emoções e memórias. “Insisto, só posso sentir a emoção do personagem [...] porque um dia essa emoção já foi minha” (NASIO, 2017, p. 11).

Na poesia, é como se voltássemos à infância, na tentativa de brincar. Neste sentido, agora, com as palavras, pois é o que a cultura e a sociedade consideram aceitável. Por essa razão, veremos que a poesia aqui representada na psicanálise, surge como uma retomada do infantil. O retorno do infantil por meio da arte faz com que o desejo de satisfação dessas fantasias infantis sejam de certa forma preenchidos, são guiados pelo desejo latente de reviver uma lembrança, recriar uma cena sobre a qual foi depositado muito afeto. “Será que deveríamos procurar já na infância os primeiros traços de atividade imaginativa? A ocupação favorita e mais intensa da criança é o brinquedo ou os jogos” (FREUD, 1908/1996, p. 135).

Quando nos tornamos adultos, somos obrigados a exercer um papel social condizente com a nossa realidade. O meio social começa a ditar as regras que devemos seguir para que sejamos aceitos na sociedade e para que consigamos sobreviver a ela. Neste caminho, perdemos a liberdade de nos expressar com sinceridade a maior parte do tempo. A satisfação do nosso desejo é censurada, e nos tornamos prisioneiros das nossas próprias vontades. Um meio de externalizar essas emoções que acabamos prendendo internamente, é por meio da arte. A poesia expressa aquilo que nem sempre é dito no exato momento em que sentimos determinada emoção, mas a partir da criação dela, outras pessoas podem ser representadas. “Com efeito, vivo como espectador o que já vivi, real ou imaginariamente, quando criança ou adolescente” (NASIO, 2017, p. 11).

Ajustamos aspectos da nossa realidade, traduzindo o que sentimos em palavras criativas, desenvolvendo a poesia como forma de ocupar o mundo e de significar a nossa existência. “Acaso não poderíamos dizer que ao brincar toda criança se comporta como um escritor criativo, pois cria um mundo próprio, ou melhor, reajusta os elementos de seu mundo de uma nova forma que lhe agrade?” (FREUD, 1908/1996, p. 135). Desta forma, cada vez mais vamos costurando nossas histórias e construindo nossa vida. “Mais importante que a progressão de conhecimento em conhecimento, o decisivo seria a rachadura capaz de se revelar no interior de cada um deles” (RIVERA, 2018, p. 14).

A poesia no âmbito da cultura é uma poderosa ferramenta que possibilita dar voz às pessoas e à existência delas, de demonstrar o que sentem e como sentem, o tanto que esses indivíduos têm a dizer. “E que mistério é esse senão o impacto que sua voz produz em seus ouvintes? Sim, o mistério de uma voz não reside tanto em sua fonte, mas na emoção que ela provoca” (NASIO, 2017, p.11). É sobre o impacto que ela pode causar quando se encontra junto a um grupo de pessoas que antes não eram ouvidas de forma efetiva, e que agora podem representar o que sentem por meio da escrita, e da identificação com outros sujeitos. “Talvez seja nisso que reside o segredo dessa voz excepcional: ela consegue despertar em mim, ouvinte, ressonâncias profundas, expurgar meu corpo de emoções acumuladas” (NASIO, 2017, p. 11).

A poesia é construída de forma coletiva, só tem sentido de fato quando chega ao público, ao leitor. O autor da obra inscreve um sentido quando a escreve, mas a partir disso ela pode trilhar diversos caminhos, e essa experiência pode se tornar muito rica. Ela é quem dá forma à obra do autor, pois encontra novos significados à medida que se encaixa em novas histórias, e cada contexto dará seu próprio olhar. “Tal convite, como uma mensagem de naufrago jogada ao mar, é um gesto efêmero que pode nunca chegar a seu destino, mas repete-se como endereçamento e assim pode se transmitir, de modo sempre imprevisível” (RIVERA, 2018, p. 12). Estas identificações permitem que o ser humano se sinta acolhido e, de alguma forma, o torna parte de algo que o representa, assim como várias outras pessoas. “A vontade de viver tem a ver com sentir-se acolhido no mundo” (CALLIGARIS, 2019, p. 45). Desta forma, destacamos a poesia como uma expressão do inconsciente, assim como uma criação singular/coletiva, o encontro com um texto remete ao

encontro com um universo de possibilidades.

A criação da cultura por meio da arte e literatura pode levar-nos a pensar. Afinal, o que é que nos afeta, na arte que é capaz de ser explicado pela psicanálise? A arte pode ser usada também, como uma maneira de tratar o vazio. O que se trata na escrita, é algo que transborda dentro de nós, conteúdos inconscientes que dizem do nosso passado. Uma construção subjetiva que extrapola a racionalidade humana, encontrando no fundo do nosso ser, algo que não é palpável e concreto, mas que é criado de maneira criativa e detalhista, que possui inúmeros significados, originados da fantasia que o psiquismo cria, para de alguma forma expressar o que sentimos. Essa escrita, de certa forma, constrói uma história que não é vista, mas para que possamos encontrar sentido nela, é necessário primeiro desconstruir aspectos racionais que criamos para suportar determinados fatos que fazem parte da nossa vida, que nos marcaram de maneira traumática. Elaborá-los é a maneira de traduzir o que nosso inconsciente tem a dizer. A beleza da poesia ocorre à medida que buscamos compreender a partir da nossa própria subjetividade, e dar a ela um corpo que antes havia sido criado e visto de uma maneira diferente. “Algo se subtrai e nos atinge na presença maciça de um corpo oferecido ao olhar” (RIVERA, 2018, p. 20).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método que será utilizado para desenvolver o presente trabalho é a psicanálise. A interpretação das poesias escolhidas e selecionadas para analisar os resultados desta pesquisa, fundamenta-se na elaboração de interpretações, palpados na construção teórica psicanalítica. “O inconsciente não é um objeto, é uma hipótese de trabalho - que se mostra muito útil - baseada nesses fenômenos que começaram a ser investigados através da relação de transferência que Freud estabeleceu com seus pacientes” (NOGUEIRA, 2004, p. 88).

Conforme a transferência identificada com a autora das poesias, Clarice Freire, e com a teoria psicanalítica. “A psicanálise nos faz ver que as pessoas que em nossa vida são apenas estimadas ou respeitadas podem ser ainda objetos

sexuais para o inconsciente dentro de nós” (FREUD, 1912/2010, p. 142,143). A psicanálise é vivenciada a cada momento, conforme a pesquisa, leitura e construção do trabalho, é manifesto conteúdos vistos teoricamente, sendo agora vivenciados de forma concreta, por meio da produção e elaboração deste artigo. “O cientista aplica a si mesmo a ciência que ele faz. [...] O conhecimento que temos da realidade é um conhecimento que não nos afeta diretamente, mas o conhecimento ou a experiência da subjetividade humana afeta diretamente ao próprio analista” (NOGUEIRA, 2004, p. 90).

Neste sentido, a prática e estudo da psicanálise, como analista e como analisando, faz-nos ser atuantes na mesma medida em que também somos afetados e transformados pela presença marcante do inconsciente, e de como ocorrem elaborações durante o processo de identificação e manejo clínico. “Falar em pesquisa em psicanálise é quase um pleonasma, já que o termo psicanálise já implica, por si só, o termo pesquisa” (NETO, 2006, p. 279).

A análise nos prepara e nos oferece suporte científico para a promoção do fazer do conhecimento e seus desdobramentos. “O analista - e não só o analisante - sai modificado depois de uma análise. Ele está envolvido, está implicado na relação. Ele não é um observador da relação. Isso é uma experiência nova, um tipo novo de investigação na nossa cultura” (NOGUEIRA, 2004, p. 90). A presente pesquisa se desenvolve também a partir da atenção flutuante. “Na pesquisa-escuta domina sempre uma posição mais passiva de se deixar afetar pelo outro, numa forma de atenção não-seletiva: a atenção flutuante, sem memória e sem desejo” (NETO, 2006, p. 281).

De maneira alguma o analista deve limitar a interpretação diante do conteúdo inconsciente do paciente e correr o risco de pôr seu próprio sentido no discurso do outro. Por esta razão, é indispensável ser cauteloso quanto ao manejo com a prática da psicanálise, tornando possível uma atuação eficaz e desprendida de quaisquer aspectos pessoais na análise do sujeito. “Quando Freud introduz a ideia de associação livre, tudo o que o paciente diz se torna igualmente importante, e nossa atenção livremente flutuante não deveria privilegiar *a priori* isso ou aquilo” (MINERBO, 2016, p. 60). Na interpretação da arte nos desprendemos de significados padrões e pessoais, e buscamos novos olhares e contribuições subjetivas, ricas em material interno revelado pela interpretação singular de cada sujeito.

4 ANÁLISE

Como foi apresentado anteriormente, conforme a proposta e objetivos do presente trabalho, desenvolvemos a seguir as análises de poesias selecionadas do livro *Pó de Lua nas Noites em Claro* (2016), da autora Clarice Freire, fazendo a associação com discussões teóricas essenciais para interpretação e análise, sendo: brincar e o fantasiar valendo-se da escrita criativa, identificação de sujeitos com os textos publicados, e como o inconsciente pode se manifestar por meio da literatura.

O que se revela na escrita pode ser visto como a realização de uma alteração da realidade concreta do sujeito, realidade essa que tanto lhe aflige e que causa sofrimento psíquico. “O inconsciente freudiano seja alcançado à condição de fonte temática e formal para a criação artística” (RIVERA, 2002, p. 10). Podemos perceber que na literatura o inconsciente pode ser alcançado como material primordial para a elaboração criativa de escritos, sendo assim, como fonte de uma obra artística fundamental para a expressão de conteúdos internos do sujeito que busca significar determinadas histórias.

Durante a infância, criamos memórias, histórias que foram vividas no início da vida humana, constituem o repertório singular do sujeito, daquilo que experienciou quando criança. “Ninguém contesta o fato de que as experiências dos primeiros anos de nossa infância deixam traços inerradicável nas profundezas de nossa mente” (FREUD, 1899/1996, p. 287). Essas histórias infantis são carregadas de afeto, e nelas, podemos encontrar material para trabalhar como conteúdo psíquico do sujeito, para análise psicanalítica. Entendemos que os traços mnêmicos são as marcas deixadas pelas experiências de prazer e desprazer que a criança vivenciou. Com isso, procuramos resgatar essa história singular, muitas vezes esquecidas pelo sujeito. “Talvez possamos dizer que a principal característica da compreensão psicanalítica em relação à infância consiste no interesse de resgatar na fala dos pacientes, não sua própria constituição como, também, seu modo de lembrar o passado” (ZAVARONI; VIANA; CELES, 2007, p. 65). As lembranças constituem o sujeito e oferecem a possibilidade de interpretar sua história, lembrá-las faz parte do processo de conhecimento e resgate de detalhes que formaram sua vida.

Na escrita, o autor permite que as palavras o envolvam ao modo de re-visitare histórias infantis que não lembrava, e ali encontra parte da história de sua existência no mundo. Assim, futuramente, poderá transformá-las em um conteúdo formado de um novo olhar para aquilo que já se tinha. É uma maneira “palpável” de redigir o que eram apenas “palavras soltas” na imaginação de um sujeito que quer aparecer em sua própria história, como autor dela, e não como um personagem. “A partir de então, a consideração da fantasia enquanto verdade psíquica confere ao infantil um estatuto que se estende para além daquilo que foi visto, ouvido ou vivido na infância” (ZAVARONI; VIANA; CELES, 2007, p. 66). Na vida adulta, não mais as brincadeiras de criança podem satisfazer seus desejos, mas na escrita criativa o autor pode de alguma forma vivenciar as fantasias criadas para aliviar o peso das responsabilidades cotidianas.

Compreendemos que o sujeito poderá recordar dessas histórias infantis de duas formas, sendo assim, diferenciamos o que constitui a realidade vivida e a realidade psíquica, e a diferença entre elas, que está na maneira como determinada experiência foi registrada no psiquismo: de forma experienciada ou de forma ficcional. A poesia é uma maneira de escrever sem ter previamente algo planejado, mas sim com prazer. É deixar ser invadido pelo sentimento que o encontra naquele momento e representá-lo em palavras. Escrever é a forma que o autor encontra de expressar aquilo que o habita, assim como em associação livre, é dito aquilo que “perturba” o sujeito, o incomoda ou causa ao menos algum desconforto. Na escrita é dito o que nem sempre pode ser expressado de outra forma, dando então seu próprio sentido para algo que está presente na consciência. “Todos esses fenômenos julgados até então como absurdos e desprovidos de sentido, que o método psicanalítico recupera como preciosas fontes de conhecimento da alma humana” (RIVERA, 2002, p. 13). É nesse material desenvolvido pelo sujeito que podemos trabalhar, fazendo a análise do conteúdo psíquico que é elaborado na escrita criativa.

4.1 O INCONSCIENTE E A ESCRITA CRIATIVA: A POESIA DE CLARICE FREIRE

Para ilustrar com a literatura o que vem sendo discutido ao longo do texto, traremos algumas poesias, fazendo análise delas, conforme o respaldo de referências psicanalíticas.

“Foi escrita toda palavra muda que a alma grita” (FREIRE, 2016, p. 64). Esse grito interno ecoa pelos ares dentro do nosso ser até que seja ouvido, aquilo que é intolerável à consciência quer que depositemos a ele a devida atenção por isso grita, e não perde a voz, grita até que seja ouvido. Seja ele um desejo pedindo por realização, ou um conteúdo inconsciente que necessita de elaboração, não finda o barulho, apenas pede atenção. “O desejo que anima sua irrupção é justamente o de dar a conhecer uma verdade ignorada pelo sujeito que a porta” (FACHINETTO, 2008, n.p). O mecanismo psíquico do inconsciente é a fantasia, nela pode ser vivido a realização de satisfação de um desejo que foi vivido de forma real, ou que tenha sido ele criado pelo psiquismo.

“E o que eu não sei dizer aparece de algum jeito. Quando o silêncio da boca diz um poema perfeito” (FREIRE, 2016, p. 51). Nem sempre as palavras vão conseguir definir quais sentimentos foram vividos em determinados momentos, seja qual for a emoção, mas quando lemos esse poema, é como se rebobinasse um filme dentro da nossa cabeça, e resgatasse por meio da identificação com a autora e de acontecimentos que ela traz da história dela dentro da sua escrita, a nossa própria história, uma situação (ou várias), em que sentiu uma emoção tão intensa e que foi revelada por meio de um gesto.

O que poderia ter sido expressado por meio de palavras, não foram ditas verbalmente na experiência do momento, que vem como uma recordação posteriormente, mas puderam se expressar no psiquismo, gravando na memória o sentimento que foi vivido de maneira prazerosa. Foram ditas de uma maneira diferente, sendo escritas, registradas como lembrança carregada de afeto, esses textos publicados possibilitam a experiência da identificação com uma obra, porque de alguma forma traduz nossas emoções já vividas anteriormente. A identificação é um “processo psicológico pelo qual um sujeito

assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo do outro e se transforma, total ou parcialmente, segundo o modelo desse outro” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1992, p. 226). Sendo então, o que chamamos de identificação “além de um mecanismo psicológico, mas sim, uma operação pela qual o sujeito humano se constitui” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1992, p.227).

Assim como a fala em associação livre, na escrita criativa é possível permitir elaborar sem tantos receios e medos, aquilo que é inquietante à consciência, o que está latente dentro do sujeito. “A arte forma um reino intermediário entre a realidade que faz barreira ao desejo e o mundo imaginário que o realiza” (RIVERA, 2002, p. 13). Podendo dessa forma (fantasia), realizar os desejos que habitam o sujeito, e que pedem uma satisfação e escuta.

Consideramos teoricamente, que essa busca por satisfação é associada ao conceito freudiano de pulsão. “Até mesmo a atividade do aparelho mental mais desenvolvido está sujeita ao princípio do prazer” (FREUD, 1915/1996, p.126). Ou seja, todo ser humano está diretamente sendo perpassado pela busca constante de satisfazer seus impulsos, os estímulos estão sempre presentes no organismo, pois necessariamente a vontade de alcançar prazer constitui cada sujeito em sua singularidade. “Uma pulsão tem a sua fonte numa excitação corporal (estado de tensão); o seu objetivo ou meta é suprimir o estado de tensão que reina na fonte pulsional” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1992, p. 394). Surge a questão: Quando as pulsões não são satisfeitas e por algum motivo, quando há uma censura da realização de obter satisfação, o que acontece com o sujeito? Visto que “esses estímulos são os sinais de um mundo interno, a prova de necessidades instintuais” (FREUD, 1915/1996, p.125).

Quando o próprio sujeito tende a reprimir as pulsões, ergue-se então uma barreira diante da satisfação, dessa forma, a função original (obter prazer), é invertida, e essas intenções essenciais podem ser levadas ao que chamamos de sublimação. A sublimação pode ser vista como um caminho diante da possibilidade e as vicissitudes da pulsão, ou seja, encontra-se a possibilidade de sublimar, um novo destino ao pulsional. “Diz-se que a pulsão é sublimada na medida em que é derivada para um novo objetivo não sexual e em que visa objetos socialmente valorizados” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1992, p.495). É quando encontramos um objeto de agrado não só do sujeito, mas

também valorizado pela sociedade e aceito como elemento fundamental que traz riqueza cultural. Nesse sentido, a literatura aparece como um bem de todos, abraçando não apenas uma história, mas diversas experiências sociais, tornando notável a singularidade de um grupo extenso de pessoas.

Freud, ao longo de toda sua obra, recorre à noção de sublimação para tentar explicar, de um ponto de vista econômico e dinâmico, certos tipos de atividades alimentares por um desejo que não visa, de forma manifesta, um objetivo sexual: por exemplo a criação artística, a investigação intelectual e, em geral, atividades a que uma dada sociedade confere grande valor” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1992, p.495).

Um dos destinos da pulsão é a sublimação, como vimos, mas também podemos identificar outros meios de lidar com as pulsões e seus destinos. A seguir, veremos o conceito de recalque, conforme a análise da poesia de Clarice Freire (2016). “Abri a gaiola do imaginário, então libertei os sonhos contidos. Voaram com o vento por toda a casa como se não fossem mais proibidos” (FREIRE, 2016, p. 79). A censura que barra a realização dos desejos do sujeito, por meio da sociedade e de nossos próprios medos inconscientes, nos faz aprisionar determinados sentimentos/emoções que julgamos por algum motivo moralmente inconvenientes ou impossíveis de serem alcançados. Podemos observar com a poesia descrita acima, que a busca por representar esse “proibido”, surge como uma possibilidade, a partir da escrita. Nesse material literário, a autora consegue então dizer daquilo que estava recalcado.

Quando a fantasia do sujeito passa a ser analisada diz então de forma objetiva o que podemos encontrar dentro dessas recordações infantis, traduzindo um conteúdo psíquico formador da história do sujeito. Ao tentar buscar e relembrar situações vividas na infância, conseguiremos encontrar fragmentos dessa história, e contá-la de forma parcial. As memórias aparecem de forma fragmentada, e nunca revelada de forma original, em relação ao momento exato vivido no passado. “O que quer que pareça importante por seus efeitos imediatos ou diretamente subsequentes é recordado; o que quer que seja julgado não essencial é esquecido” (FREUD, 1899/1996, p. 287).

Aquilo que a consciência julga intolerável vivenciar, é recalçada, se torna inconsciente, na tentativa de torná-lo inacessível, intocável, até que seja possível formar a elaboração interna de um acontecimento. “O resultado do conflito, portanto, é que, em vez da imagem mnêmica que seria justificada pelo evento original, produz-se uma outra, que foi até certo ponto associativamente deslocada da primeira” (FREUD, 1899/1996, p. 290). Essa imagem é direcionada a um lugar de associação do sujeito, onde poderá implicar em diferentes formas de ver determinada situação. O recalque freudiano é a “Operação pela qual o sujeito procura repelir ou manter no inconsciente representações (pensamentos, imagens, recordações) ligadas a uma pulsão” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1992, p.430). Quando o sujeito se depara com o desprazer de não vivenciar o que gostaria, surge então o recalque. “O recalque produz-se nos casos em que a satisfação de uma pulsão - suscetível de proporcionar prazer por si mesma - ameaça provocar desprazer relativamente a outras exigências” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1992, p.430).

Podemos perceber esse movimento de deslocamento na poesia. “O que cabe em mim não me cabe” (FREIRE, 2016, p.104). Evitamos buscar entender algumas partes da nossa história que nos causam medo, receios e dor. Para lidar com essa resistência, tentamos substituir essas memórias por um acontecimento observado e gravado na mente com significados diferentes, damos novos nomes ao que sentimos, para preencher o que nos causa desconforto, por isso, evitamos trabalhar com esse conteúdo psíquico, de maneira inconsciente encontramos uma defesa. É nesse momento que o mecanismo psíquico inconsciente encontra como solução, nesse caso o recalque.

Como esses estímulos precisam ser supridos, mesmo que não de maneira original, precisa alcançar um destino, por isso, o recalque surge como uma possibilidade psíquica de “satisfação”. “Há entre nós um dito corrente sobre as falsificações, no sentido de que, em si mesmas, elas não são feitas de ouro, mas estiveram perto de algo realmente feito de ouro. É bem possível aplicar essa mesma comparação a algumas das experiências infantis retidas na memória” (FREUD, 1899/1996, p. 291). Ou seja, a imagem real do acontecimento vivido pode ter sido registrada, mas quando contada, ela não terá o mesmo sentido, é alterada para que a consciência consiga elaborar um significado para tal. Pois toda lembrança quando contada no presente, é dita de

uma forma diferente daquilo que de fato aconteceu no passado, novos sentidos e outras maneiras de ver aquela mesma situação são criadas à medida que se relata uma recordação. “Trata-se de um caso de deslocamento para alguma coisa associada por continuidade; ou, examinando-se o processo como um todo, de um caso de recalçamento acompanhado de substituição por algo próximo (seja no espaço ou no tempo)” (FREUD, 1899/1996, p. 291). A recordação é influenciada pela percepção interna, consciente. São “falsas” no sentido de terem transposto um acontecimento para um lugar onde ele não ocorreu de fato, foi criada pelo psiquismo. Servem aos objetivos de recalque e deslocamento, as impressões desagradáveis vividas pelo sujeito.

Apesar de todos esses movimentos internos que o inconsciente busca para lidar com a história do sujeito, podemos buscar ressignificá-los, e durante o processo de análise e elaboração, desenvolver novos olhares diante de um repertório de vida vasto e que pode ter muitos outros significados. “Atravessei o viaduto lá eu vi um adulto estranho” (FREIRE, 2016, p. 52, 53). Quando decidimos, com coragem, atravessar a barreira da censura, elaboramos memórias que foram censuradas pela sociedade, ou por um autojulgamento, por meio da representação deles, é que podemos ressignificar nossa história. “Algumas vezes preciso partir para não quebrar” (FREIRE, 2016, p.40, 41). O processo de elaboração de memórias traumáticas requer uma disposição psíquica para que aconteça, o sujeito precisa buscar associar o que lhe causa dor, visto que foi recalçado o conteúdo traumático justamente porque era intolerável à consciência, e não teve talvez suporte psicológico necessário para lidar com determinada situação no momento vivido, e para não “quebrar” como diz a poesia, a solução foi tentar esquecer ou substituir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca pelo conhecimento é um caminho de grandes realizações, percebemos que nesse processo muitas emoções se fazem presente, e que todas elas têm o seu valor. O presente trabalho, é uma grande conquista, elaboração

de ideias combinadas de fundamentais leituras teóricas e discussões psicanalíticas, essenciais para descobertas imensamente ricas para o aprendizado.

Esse artigo teve o intuito de demonstrar a importância do olhar psicanalítico diante da construção da literatura na nossa sociedade, e do significado que carrega a representação social da poesia para diversos sujeitos. Acredito que a poesia é capaz de unir histórias sem tirar a singularidade de cada uma, vejo-a como uma grande acolhedora da constituição humana como expressão e realização de pensamentos, emoções e histórias, permeada de alegrias, tristezas, altos e baixos, com tudo aquilo que compõe o ser humano.

Afinal, somos formados por identificações, e isso alivia nossa maneira de viver, pois, por meio das interações sociais podemos existir, reconhecer-nos, e compartilhar a vida. A poesia pode ser também um poderoso meio de ressignificação de conteúdos internos, que encontram a possibilidade de elaboração por meio da literatura, a escrita criativa é uma forma de expressão, de representar o que se sente, e o que outros sujeitos também experienciam, quando os escritos transbordam e chegam a outros sujeitos, traduzindo o que nem sempre é possível ser dito.

Entendemos a literatura como uma grande fonte de conhecimento, que não se esvazia em si mesma, mas que transborda em outros sujeitos, recuperando novos olhares e novas histórias, ampliando contextos, criando cultura. Analisar os escritos criativos sob a perspectiva psicanalítica possibilitou uma experiência desafiadora e muito prazerosa, pois compreender os desdobramentos psicológicos que aparecem na escrita, é também ressignificar a maneira de ver o mundo, e como o aparelho psíquico se manifesta a partir dela.

REFERÊNCIAS

CALLIGARIS, Contardo. **Cartas a um jovem terapeuta: reflexões para psicoterapeutas, aspirantes e curiosos** / Contardo Calligaris. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

FACHINETTO, Lisiane. **O sujeito do inconsciente e a escrita**. Proceedings of the 7th Formação de Profissionais e a Criança-Sujeito, 2008.

FREIRE, Clarice. **Pó de lua nas noites em claro.** / Clarice Freire. -1. ed. - Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

FREUD, Sigmund. O Moisés de Michelangelo. **Edição Standard Brasileira Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Imago. Original publicado em 1915/1996. (Vol. XIII).

_____. Escritores criativos e devaneio. **Edição Standard Brasileira Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Imago. Original publicado em 1915/1996. (Vol. IX).

_____. A dinâmica da transferência. **Obras Completas.** São Paulo: Companhia das Letras. Original publicado em 1915/2010. (Vol. 10).

_____. Lembranças Encobridoras. **Edição Standard Brasileira Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Imago. Original publicado em 1915/1899. (Vol. III).

_____. Os instintos e suas vicissitudes. **Edição Standard Brasileira Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Imago. Original publicado em 1915/1899. (Vol. XIV).

Laplanche, Jean. **Vocabulário da Psicanálise / Laplanche e Pontalis;** sob a direção de Daniel Lagache; [tradução Pedro Tamen]. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

MINERBO, Marion. **Diálogo sobre a clínica psicanalítica.** Bluecher - São Paulo, 2016.

NAFFAH NETO, Alfredo. A pesquisa psicanalítica. **Jornal de psicanálise**, v. 39, n. 70, p. 279-288, 2006.

NASIO, Juan-David. **9 lições sobre arte e psicanálise /J-D. Nasio,** tradução André Telles. -1ed. - Rio de Janeiro; Zahar, 2017.

NOGUEIRA, Luiz Carlos. **A pesquisa em psicanálise.** *Psicologia USP*, v. 15, n. 1-2, p. 83-106, 2004.

RIVERA, Tania. **O avesso do imaginário: Arte contemporânea e psicanálise / Tania Rivera.** São Paulo: SESI-SP, 2018 1. ed., 432 pp, 48 ils.

_____. **Arte e psicanálise.** Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

ZAVARONI, Dione de Medeiros Lula; VIANA, Terezinha de Camargo; CELES, Luiz Augusto Monnerat. A constituição do infantil na obra de Freud. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 12, n. 1, p. 65-70, 2007.

ADOÇÃO: UM OLHAR AMBIENTAL NO PROCESSO SOCIAL

Nemar Gil Limeira Neto¹

Junior Cesar Mota²

¹ Pós-Graduado em
Educação Ambiental
pela - FURG

² Doutor em Educação
Ambiental na
Universidade
Federal do Rio
Grande - FURG

RESUMO

O presente artigo visa um olhar mais atento ao processo de adoção como uma forma de gestação às famílias e indivíduos, possibilitando a reflexão sobre as dificuldades históricas, sociais e culturais permeadas por todo esse processo. Como objetivo primordial para a constituição deste trabalho, entendo que se faz necessário propor a organização e sistematização de um Grupo de Apoio, para que funcione como ferramenta social. Como caminhos metodológicos, utiliza-se de uma pesquisa exploratória, em um projeto de ação que objetiva a construção de conhecimentos para aplicação prática no intuito de solucionar problemas específicos. Também serão fontes de dados, os relatos de campo, colhidos nos encontros presenciais que ocorrem mensalmente, no município de Estância Velha, e eventuais postagens, dos referidos observados, registrada em grupo do *WhatsApp*. A ideia é possibilitar um espaço de escuta inicial, para uma melhor compreensão dessas situações e dúvidas, e posteriormente permitir uma elaboração de um lugar de criação de conteúdos geradores de ações socioambientais. O grupo analisado é composto por cerca de 15 casais e um pai adotivo, além das cinco crianças já adotadas que presenciam as conversas e interagem entre si.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Adoção; Tecnologia Social.

ADOPTION: AN ENVIRONMENTAL LOOK AT THE SOCIAL PROCESS

ABSTRACT

This article aims to take a closer look at the adoption process as a form of pregnancy for families and, enabling reflection on the historical, social and cultural difficulties permeated by this entire process. As a primary objective for the constitution of this work, I understand that it is necessary to propose the organization and systematization of a Support Group, so that it works as a social tool. As methodological paths, it uses an exploratory research, in an action project that aims to build knowledge for application in order to solve specifics. Field reports, collected in face-to-face meetings that take place monthly in the municipality of Estância Velha, and posts, registered in a WhatsApp group, will also be data sources. The idea is to provide a space for initial listening, for a better understanding of these hypotheses and doubts, later to allow the preparation of a place to create content that generates social and environmental actions. The analyzed group is composed of about 15 couples and an adoptive father, in addition to the five children already adopted who witness the conversations and interact with each other.

Keywords: *Environmental Education; Adoption; Social Technology.*

1 INTRODUÇÃO

Olhar para o processo de adoção como uma gestação às famílias e indivíduos que se propõem a essa nobre decisão e escolha é possibilitar refletir sobre as dificuldades históricas, sociais e culturais que condicionam essa etapa. A partir disto, será abordado, neste trabalho, um breve histórico contextual da adoção no país, a fim de identificar quais os principais entraves, bem como verificar como e porque a adoção é realizada ao longo dos tempos. Na sequência, apresentar-se-á a realidade de um grupo de pessoas que se reúne para discutir, elucidar dúvidas e compartilhar experiências sobre a adoção na região do Vale do Sinos, sob a supervisão e apoio da ONG³ Instituto Amigos de Lucas.

O GAA - Grupo de Apoio à Adoção é uma iniciativa dos pais adotivos, que de forma voluntária, atuam na divulgação da cultura da adoção, auxiliam na prevenção do abandono, preparam adotantes e acompanham pais adotivos, encaminham crianças para a adoção e trabalham, principalmente, na conscientização das adoções necessárias, que se referem à adoção de crianças mais velhas, com necessidades especiais e inter-raciais.

Compreender o processo de adoção de crianças e adolescentes, hoje no Brasil, não como uma problemática, mas como uma potencial tecnologia social⁴, é uma tarefa que permite aos Educadores Ambientais atuarem, de forma conjunta com outros profissionais, em prol da formação de famílias, na sua constituição saudável e desejosa. Pensando que o papel do educador ambiental, na visão de Leff (2001), é justamente propor novos hábitos e novas posturas que garantam a “qualidade de vida” aos seres do planeta, gerando uma nova ética e racionalidade ambiental. São práticas sociais que transformam as estruturas do poder associadas à ordem econômica, permitindo assim, um potencial ambiental para a construção de uma racionalidade social alternativa (LEFF, 2001, p. 85).

Pensando nas possibilidades de atuação junto às famílias que buscam uma constituição familiar, no modelo de adoção, compreende-se que a proposta de reunir os candidatos a pais, e desmistificar o processo; fazê-los compreender os trâmites de forma transparente e em sua completude legal, bem como proporcionar espaços de fala e escuta a quem precisa se fazer acolhida para se sentir desejante como sujeito e a partir disso, poder desejar outro, e querer constituir uma outra família, se faz necessária por meio de Grupos de Apoio.

Por que ainda temos crianças e adolescentes aguardando por anos dentro de instituições, ao encontro de uma família, para que possa senti-la como sua e protegê-la, se temos muito mais pessoas querendo adotar do que crianças e adolescentes aguardando? Como é possível minimizar tal distanciamento de interesses por meio da Educação Ambiental? Qual a melhor maneira para

³ Organização Não Governamental. São todas as organizações, sem fins lucrativos, criadas por pessoas que trabalham de forma voluntária em prol de causas como a proteção do meio ambiente, defesa dos direitos humanos, erradicação do trabalho infantil entre outras. (Disponível em <www.significados.com.br/ong>. Acesso em: 10 out. 2018).

⁴ Conforme adotado pela RTS – Rede de Tecnologia Social, são técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas na interação com a população, que representam soluções para a inclusão social.

desmistificar os problemas da adoção, historicamente conhecidos?

Ciente dessas questões, e de que ainda vivemos períodos de pouca compreensão socioambiental em todas as esferas, entendo como fundamental o desenvolvimento de Grupos de Apoio, atuando na psicoeducação dos pais, dos profissionais de saúde mental (psicólogos e assistentes sociais) na busca da sustentabilidade do ser, assim como os burocratas (juiz, secretário de desenvolvimento social, escrivão e demais administrativos envolvidos).

Como objetivo primordial para a constituição deste trabalho, entendo que se faz necessário propor a organização e sistematização de um Grupo de Apoio, para que funcione como ferramenta social. Isso ocorre exclusivamente por falta de espaços para discutir sobre os desejos de uma constituição familiar, e agravado pela burocracia irresponsável de atores públicos que de forma descomprometida, não medem os impactos que um único dia de uma criança no aguardo de uma nova família, pode acarretar na sua formação como pessoa, e logicamente, na sua constituição como ser social. A fim de viabilizar a proposta de formação de um Grupo de Apoio, formal e contínuo, é preciso refletir esses objetivos específicos: sensibilizar o grupo para uma responsabilização do ato de adotar; identificar os principais mitos e dúvidas de quem pensa em adotar um filho (a); e promover o espaço de diálogo e escuta sensível acerca da necessidade socioambiental de acolher pessoas no seio familiar: adotar.

Pensando como seria possível alinhar as concepções epistemológicas, metodológicas e principalmente as vicissitudes da Educação Ambiental junto às práticas da Psicologia Social, percebo que a Educação Ambiental tem por premissa a pretensão holística e atua por essência, sim, na discussão de humanos com o ambiente. E, é exatamente por isso que me permito, trazer aqui, à luz do tema abordado, compreender como pode ser possível pensar uma ferramenta social de melhoria coletiva.

Buscando a sabedoria e compreensão de Lucie Sauvé (2003), que contribui em “Uma cartografia das correntes em Educação Ambiental”, falando das diversas abordagens, em que ela mesma define como as diferentes maneiras de conceber e praticar a Educação Ambiental, percebemos que de forma cuidadosa em não hegemonizar, ela permite a livre escolha de cada pessoa e reconhecendo que os itinerários são (re)construídos pelas experiências dos sujeitos. Mauro Grün (1996) traz o conceito de holismo em ética ambiental e educação

ambiental, despertando a atenção para o poder crítico de nossas interpretações, evocando cuidados responsáveis e o despertar do sentido crítico de cada pessoa naquilo que lê, interpreta e vivência.

Pablo Ángel Meira-Carrea (2001), por meio do seu estudo sobre “A catástrofe do Prestige: leituras para uma educação ambiental na sociedade”, traz que a organização coletiva muda cenários indesejados e constrói um país. Com esse embasamento e coletivo de compreensões e referencial teórico é que penso ser importante refletir sobre a constituição de um espaço esclarecedor de dúvidas, fantasias, medos e principalmente esclarecedor de problemáticas burocrático administrativas que impedem que o processo de adoção seja simples, rápido e um momento de felicidade pela possibilidade que representa em constituir uma nova família.

Pensando na lógica de que o mundo passa por uma crise social, como nos descreve Mota (2016), é preciso não só buscar alternativas, mas raciocinar sobre os porquês e principalmente resgatar experiências emocionais positivas e a essência humana a partir da fenomenologia da percepção. Ainda de acordo com o autor, a discussão da estética da Educação Ambiental, se faz muito latente na contemporaneidade. E assim para compreender essa incapacidade social de mobilizar pessoas às suas próprias histórias de vida e ao meio em que vivem, percebemos que a educação já não é mais suficiente, pois priorizamos por muito tempo a intelectualização, e esse processo dessensibilizou o ser humano à sua própria compreensão coletiva, já que ela individualiza o ser.

E é com base no pensamento de Tavares (2009), que defino aqui que o trabalho de olhar para o processo de adoção como uma perspectiva ambiental, auxilia a compreensão do ambiente com muito mais amplitude conceitual. A autora descreve como sendo a atmosfera que circunda a vida do homem, assim como as demais vidas no seu entorno, pensando na lógica do coletivo como uma extensão do individual, do ecológico, do cultural e do afetivo. Essa atmosfera, porém, sofre também modificações com o tempo, e para isso se faz necessário uma postura educacional, para assim ser possível a reflexão e a problematização sobre a situação ambiental em sua complexidade.

2 O SOCIOAMBIENTAL NA ADOÇÃO

Existem hoje, no Brasil, 4.928 crianças e adolescentes aptas a serem adotadas, segundo pesquisa realizada no Cadastro Nacional de Adoção, em 20/09/2018, disponível no site do Conselho Nacional de Justiça⁵. Dessas, aproximadamente 16% encontram-se disponíveis no estado do Rio Grande do Sul. Ainda segundo a mesma pesquisa realizada com os pretendentes a adoção, estes somam 44.546. São quase

10 vezes mais, a quantia de pessoas interessadas na adoção, em relação à disponibilidade de crianças e adolescentes. Aproveitando o recorte do estado em que o trabalho está sendo realizado, só aqui no Rio Grande do Sul, são 6.310 pretendentes à adoção, o que torna o estado o segundo colocado no país em quantidade de pessoas interessadas nessa forma de constituição familiar, ficando atrás apenas de São Paulo com 10.437 pretendentes, cerca de 23,43% do total.

Mas, a adoção não é especificamente um fato único no país nem na história presente. Paiva (2004) e Weber (1999) trazem um breve histórico da adoção nas diferentes fases e afirmam que essa prática recebeu diversos significados, de religiosos à políticos, tendo sido valorizada ou não, variando de cultura e o modo de pensar de uma época. Os escritos bíblicos já carregavam histórias de adoção, como a de Moisés, que, aproximadamente por volta de 1250 a.C., em definição do então faraó, determinou que todas as crianças de origem israelita e do sexo masculino deveriam ser mortas tão logo nascessem. A mãe de Moisés decidiu lançá-lo em um cesto ao rio, na intenção que pudesse sobreviver. Pela ironia da história, a criança sobreviveu e foi encontrada pela filha do Faraó que o criou como seu filho. Mais tarde, ele cresceu e veio a se tornar o líder do povo hebreu. Na antiguidade, sua valorização esteve relacionada com a possibilidade de perpetuação do nome de uma família para aqueles que não tinham descendentes. Durante a Idade Média, por interferência da Igreja Católica, o processo de adoção passa a não ser bem visto, sob a justificativa de que poderia influenciar quanto ao reconhecimento

⁵ Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/cadastro-nacional-de-adoacao-cna>>. Acesso em: 20 set. 2021.

legal dos filhos adulterinos ou incestuosos. A adoção volta ao cenário social na Idade Moderna, já estando prevista no Código Civil.

É preciso compreender, conforme Weber (1999) nos relata, a influência histórica de uma cultura de valorização dos laços consanguíneos em detrimento dos laços afetivos, que permeou a Europa do século XVII e veio difundida na raiz dos imigrantes ao Brasil. Há, além disso, o medo dos pais adotivos de serem abandonados pelo filho e, principalmente, a dificuldade da revelação da história de vida ao filho adotivo. Esses pais, cujos filhos são adotivos, sentem-se inseguros sobre os vínculos afetivos desenvolvidos entre eles, trazendo à fantasia de que ao despertar do filho a conhecer os pais biológicos, ao ocorrer o encontro, a consanguinidade predomine e faça com que esse filho queira voltar-se ao seio da sua família biológica. Essa é uma insegurança que provém da interpretação que os pais adotivos fazem da adoção como uma espécie de interferência no fluxo natural da vida. Esse receio da rejeição é que leva à decisão da manutenção do segredo familiar, da não revelação da história de vida.

Outra consequência no dia a dia dessa nova constituição familiar é que essa possibilidade de troca do filho adotivo pelos pais biológicos dificulta a limitação e criação de regras no processo de educação desses filhos. Essa falsa percepção dos pais, é que agrava e difunde a ideia de que o filho adotivo é sinônimo de criança problemática e adolescente rebelde, conforme Schetinni Filho (1998) nos revela.

Vemos também que há situações em que quando um dos pais é infértil (ou ambos), e possui uma dificuldade em assumir tal condição, esconder a adoção pode ser compreendida como uma tentativa de silenciar a todos e a si mesmo, sobre a impossibilidade de gerar. Essa situação é descrita como um luto pela infertilidade, segundo Paiva (2004), e essa dificuldade de falar sobre, remete às incapacidades e frustrações.

Berthoud (1997), ao estudar o estabelecimento do vínculo mãe-filho nos casos de adoção, concluiu que em relação a casais inférteis, aqueles que conseguiram elaborar os conflitos da infertilidade, desenvolveram vínculo afetivo positivo com o filho adotivo, além também do estabelecimento do sentimento de pertencimento à maternidade/paternidade. Isso nos faz pensar que a qualidade dessa paternidade/maternidade independe de ser pai

biológico ou adotivo, mas do quanto de investimento e desejo se tem a esse filho.

Levinzon (2004) destaca a importância de se revelar e tornar natural na memória da criança, a verdade sobre sua história de vida. E essa naturalização, acaba por vir de forma espontânea, tão logo isso ocorra nas conversas familiares, trazendo a sensação de sempre ter-se sabido de tudo, evitando o caráter imponente e traumático do desvelamento de um segredo.

Num Brasil, que se apresenta com tamanho descaso social com as crianças e adolescentes, sem a mínima preocupação com o futuro e o asseguramento das condições básicas de saúde, educação e segurança, como podemos acreditar que esse país dará condições para que o processo de adoção seja visto com um olhar psico, sócio econômico, de grandes e profundas necessidades de atenção? Para que possamos compreender que país que estamos contextualizando, trago alguns dados para que se possa visualizar que tamanho descaso é esse:

- a. Somos aproximadamente 60 milhões de brasileiros na faixa de 0 a 17 anos de idade;
- b. Por hora, morrem 30 crianças com menos de um ano de vida;
- c. 60% das crianças brasileiras com menos de um ano, vivem em casas sem saneamento básico;
- d. Pouco mais da metade da população infanto-juvenil do país bebe água tratada e corrente em suas casas;
- e. Mais da metade da população brasileira vive com renda “per capita” de até meio salário mínimo;
- f. Aproximadamente 4 milhões de crianças de 7 a 14 anos, não frequentam a escola, principalmente em periferias e zonas rurais;
- g. De cada 100 crianças matriculadas no primeiro ano do ensino fundamental, 47 chegam ao 4º ano e apenas 20 concluem o ensino fundamental;
- h. 7,5 milhões de crianças e adolescentes, ajudam suas famílias na composição da renda, adentrando cada vez mais cedo ao mercado de trabalho;
- i. Expomos nossas crianças a doenças muitas vezes já erradicadas na maior parte do mundo, como malária (600 mil casos e 3 mil óbitos

por ano), mal de chagas, esquistossomose, moléstias controláveis por vacina (sarampo, difteria e tétano), dengue e cólera, AIDS, gastroenterite e doenças do aparelho respiratório; e O Nanismo chega a um histórico de 40% entre jovens entre 20 e 25 anos na área rural nordestina;

Os dados são de um relatório divulgado pelo IBGE, segundo o INESC (1999), e demonstram não só uma triste realidade quanto a uma incapacidade gerencial da população. A falta de dados mais atuais demonstra também o descaso com as informações e com a possibilidade de se pensar em ações preventivas e corretivas para alterar esse cenário.

Segundo Guirado (1980), os filhos adotivos representam apenas 1% dos filhos naturais (biológicos), o que retrata a incapacidade brasileira de pensar o instituto da adoção como uma ferramenta político social emergencial, assim como ocorrido na Europa, após duas grandes guerras mundiais.

Atualmente, sabemos que o trâmite burocrático e a ineficiência de diversos atores e agentes públicos prejudicam que o processo seja rápido e com resultados satisfatórios, tanto para os adotantes, quanto para quem aguarda em abrigos, de forma institucionalizada, a chegada de uma outra família. (WEBER, 1994).

Se compreendermos que a Lei 9.795/99, referente à PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental, já no seu artigo primeiro, entende a educação ambiental como:

[...] todo e qualquer processo pelo qual, o indivíduo e a coletividade, constroem valores sociais, conhecimentos e habilidades, atitudes e competências voltadas a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, p. 01).

A partir dessa citação, entenderíamos a importância, assegurada por lei, à qualidade de vida e à sua sustentabilidade, que muitas vezes são ignoradas por interesses políticos, individuais e/ou comerciais que sobrepõem a necessidade de cuidado e olhar a essa questão de abandono e incapacidade

social de acolher afetivamente filhos biológicos.

Na sequência da interpretação da PNEA, compreendo ser papel de todos os cidadãos, para cumprimento de suas obrigações legais, bem como papel social para manutenção do equilíbrio social, entendendo que a educação ambiental é “um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal” (BRASIL, 1999).

Além disso, como princípios básicos da educação ambiental, está preconizado o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo, bem como referenciado como objetivos fundamentais, o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos.

3 TROCANDO EXPERIÊNCIAS

Pensando nas possibilidades de atuação junto às famílias que buscam uma constituição familiar, no modelo de adoção, compreende-se que a proposta de reunir os candidatos a pais, e desmistificar o processo; fazê-los compreender os trâmites de forma transparente e em sua completude legal, bem como proporcionar espaços de fala e escuta a quem precisa se fazer acolhida para se sentir desejante como sujeito e a partir disso, poder desejar outro, e querer constituir uma nova família, se faz necessária por meio de Grupos de Apoio.

Scorsolini-Comin, Amato e Santos (2006) indicam temas relevantes para serem discutidos nos grupos: o medo da revelação, a angústia gerada pelo longo tempo de espera, a revolta com a burocracia da justiça brasileira, o medo de perder o filho para a família biológica, a adoção de bebês ou crianças pequenas, entre outros. Esses autores acreditam que o grupo rompe com a sensação do candidato de ser diferente, de estar sozinho nesse sofrimento, gerando melhoras na autoestima e redução de estigmas relacionados às

crianças a serem adotadas, e concluem que houve ampliação do repertório de significações sobre a adoção e a filiação.

Conforme a Angaad⁶ – Associação Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção, os GAA's (Grupos de Apoio à Adoção), como conhecidos, são em sua maioria formados a partir da iniciativa de pais adotivos que trabalham, voluntariamente, na divulgação da cultura da adoção, na prevenção do abandono, e preparando adotantes e acompanhando pais nos pós adoção. Ajudam ainda no auxílio à reintegração familiar, na conscientização da sociedade sobre a legitimidade da família adotiva e, principalmente, no auxílio das buscas ativas de famílias para a adoção de crianças fora do perfil comumente desejado pelos candidatos (crianças de mais idade, com necessidades especiais ou inter-raciais).

O processo de adoção, não somente na perspectiva jurídica, é preciso ser visto como uma adoção recíproca, no sentido de mútua constituição. Segundo Maldonado (2001), é necessário, mais do que a entrega, uma verdadeira doação de dedicação e sentimentos para que esse processo seja, obviamente, marcado por relações bem-sucedidas, de mútua construção de sonhos e compartilhamento das possíveis frustrações a serem vivenciadas.

Essa condição, de tornar-se pais adotivos, implica elaborar as fantasias, crenças, valores, expectativas e desejos sob a parentalidade. E essa etapa de elaboração, refletirá na maneira como os futuros pais irão construir seu lugar e encarar sua nova família, verificando se tentarão reproduzir o modelo de família biológica, por meio de um processo de identificação com a criança. Esse processo passa por uma busca de semelhanças físicas e da anulação da história de vida pregressa desse filho adotivo, ou se serão encontradas outras possibilidades para a inserção da criança ou adolescente no imaginário parental, que permitam a elaboração do luto do filho não-nascido de forma biológica, porém concebido no simbólico e adotado afetivamente (SANTOS, 2004).

O processo de adoção pode ser doloroso e difícil para as crianças e adolescentes, que já veem com um abandono em suas histórias de vida, podendo ou não serem adotadas, o que gera angústia e sofrimento. Tais sintomas, são

⁶ Disponível em: < <http://www.angaad.org.br/o-que-e-um-grupo-de-apoio-a-adocao-gaa/>>. Acesso em 12 out. 2021.

responsáveis por ativar mecanismos de defesa, atuando nesse sujeito como carência afetiva, agressividade, dificuldade em criar laços afetivos (SILVA, 2015). Mas não é somente para quem aguarda a inserção em uma nova família, que o processo de adoção atinge.

Os pais candidatos, também, trazem consigo um tensionamento repleto de esperanças, curiosidades e preocupações. Silva (2015) sugere, ainda, ser fundamental a esses candidatos a pais, terem a oportunidade de receberem suporte psicológico por todo o período em que estão no aguardo da adoção, pois entende que esses pais estão “grávidos emocionalmente”, e por isso precisam ser tratados da devida forma, recebendo suporte profissional para orientá-los, para que, assim, possam enfrentar seus medos e angústias vivenciados durante esse período. E um acompanhamento de aprendizagem social contribui para o reconhecimento das reais motivações à adoção.

4 CAMINHOS METODOLÓGICOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A fim de verificar o problema anteriormente explicitado e verificar as possibilidades de compreensão do processo de adoção como um processo natural de constituição familiar, sob um olhar menos burocrático e judicial e mais de saúde e compreensão psicossocial, o presente trabalho utiliza-se de uma pesquisa exploratória. Conforme Prodanov e Freitas (2013, p. 127), a pesquisa exploratória “visa a proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito ou construindo hipóteses sobre ele”, podendo, assim, se apropriar mais sobre o assunto estudado. No que se refere à natureza do trabalho, trata-se de um projeto de ação que objetiva construir conhecimentos para aplicação prática no intuito de solucionar problemas específicos. Também serão fontes de dados, os relatos de campo, colhidos nos encontros presenciais que ocorrem mensalmente (últimas sextas-feiras de cada mês) e eventuais postagens, dos referidos observados, registrada em grupo do WhatsApp⁷. A ideia é possibilitar um espaço de escuta inicial, para uma me-

lhor compreensão dessas situações e dúvidas, e posteriormente permitir uma elaboração de um lugar de criação de conteúdos geradores de ações socioambientais. Além disto, ao permitir orientar e difundir informações que possam gerar o desejo e estabelecer o conhecimento necessário para compreender a importância da adoção, compreender a necessidade de amar, e a essência de acolher um ser para constituir não só uma família, mas uma sociedade mais igualitária e justa.

Atualmente o Grupo, está sendo composto por cerca de 15 casais e um pai adotivo, além das cinco crianças já adotadas que presenciam as conversas e interação entre si. O grupo também é composto pela presidente do Instituto Amigos de Lucas. O grupo tem tido uma adesão mensal de novos participantes desde sua criação, há 1 ano.

A seguir, será trazida uma breve contextualização histórica da adoção no Brasil, bem como dados que demonstram a atual situação das crianças e adolescentes no aguardo jurídico para inserção em outra família. Também será visto, a importância da preparação das pessoas, na sua sensibilização e informação, adentrando grupos de apoio à adoção, e utilizando-os como ferramenta de tecnologia social.

A escolha do grupo se deu de forma bastante interessante, pois dos municípios da região metropolitana de Porto Alegre – RS, o município de Estância Velha, era o único sem histórico de adoções nos últimos 10 anos. Não havia crianças sendo habilitadas no município, o que suscitou o questionamento se o trabalho assistencial social do município era muito bom, a ponto de não permitir crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, ou havia um entrave jurídico para justificar essa ausência de adoções. Inclusive, as últimas adoções realizadas até então, não eram de pessoas residentes do município, o que despertou ainda mais o interesse no conhecimento da questão socioambiental apresentada. Concomitante, o Tribunal de Justiça do estado, resolveu criar uma vara cível, especificamente para tratar das demandas de vara de família, justamente por compreender que havia muitos casos parados e sem a devida atenção. Tão logo da nomeação da nova juíza para o cargo, os processos de adoção passaram a serem atualizados e movimentou

⁷ Aplicativo de celular e smartphone que permite uma comunicação instantânea entre pessoas, com recursos de envio e recebimento de arquivos de áudio, vídeo, fotos e documentos.

muito a fila do CNA - Cadastro Nacional de Adoção. Tal demanda gerou a necessidade de organização das famílias para reiniciar todos o processo de habilitação, o que trouxe a vinda do Instituto Amigos de Lucas, para formar um Grupo de Apoio à Adoção e assim iniciar as atividades de preparação em julho de 2018. Estar presente com o grupo, na forma de observador, desde o princípio, permitiu ter uma clareza das reais demandas de informação que o grupo demandava no momento. Esse acompanhamento permitiu também a elaboração de um plano de ação mais realista e condizente com as realidades encontradas dos candidatos a pais adotivos.

A fim de viabilizar a proposta de formação de um Grupo de Apoio, formal e contínuo, é preciso refletir esses objetivos específicos:

- a. sensibilizar o Grupo para uma responsabilização do ato de adotar;
- b. identificar os principais mitos e dúvidas de quem pensa em adotar um filho (a); e
- c. promover o espaço de diálogo e escuta sensível acerca da necessidade socioambiental de acolher pessoas no seio familiar: adotar.

A participação no grupo iniciou no dia 27/07/18, na Secretaria de Educação de Estância Velha, às 19 horas, com a participação da Assistente Social do Município, da Presidente do Instituto Amigos de Lucas, das famílias e de pessoas em busca da habilitação à adoção. A atividade aqui relatada ocorreu somente 8 meses após, no dia 29 de março de 2019, no auditório da escola de educação infantil Tudo Junto e Misturado, no mesmo município, com a participação dos já citados integrantes e mais a participação de outras 10 pessoas em busca da habilitação à adoção.

Após oito meses de acompanhamento, muito mais focado na compreensão do grupo, do seu funcionamento e buscando estruturar como seria possível realizar uma inserção positiva, recebi a oportunidade de falar com o grupo sobre Depressão pós adoção.

O convite surge de um organizador responsável que propõe que eu traga ao grupo a compreensão da psicologia sobre o processo de Depressão, após a fala da sua esposa e também organizadora, que vem em processo de tratamento há alguns meses.

Na sequência do relato da participante sobre sua experiência na pato-

logia referida, pós adoção de três crianças, iniciei a primeira atividade, elucidando ao grupo alguns conceitos da patologia, desmistificando mitos sociais e realizando algumas provocações para que pudessem pensar sobre o processo de adoção. Como demonstrado na figura 1, é possível verificar a roda de conversas estabelecida para abordar sobre o tema com os participantes.



Figura 1 – Palestra sobre Depressão pós-adoção
Fonte: Jornalista / Bruna Klassmann (2019).

Trouxe dados de mortalidade que puderam comprovar a complexidade e a gravidade da doença e o quanto ainda é difícil o diagnóstico rápido e o tratamento adequado às pessoas portadoras da Depressão. Mas como o tema proposto pelo grupo, foi “Depressão pós adoção”, iniciei questionando-os sobre depressão em quem eles pensaram ao propor o tema: Na mãe adotiva? Nos filhos adotivos? Nos pais? Ou nos pais biológicos?

De cara o grupo já manifestou certo constrangimento em não ter pensado nas demais possibilidades, já que indicaram ter pensado somente na depressão nas mães adotivas. Fiz uma correlação com o processo de adoecimento nos processos de gestação biológica.

Para realizar também uma compreensão da adoção como um processo importante e salutar, socioambientalmente, propus que pensassem em quantos ali eram filhos adotivos, antes de se tornarem candidatos a pais adotivos. Três pessoas se manifestaram, e relataram serem de fato filhos adotivos por

vias legais, e por isso estão em busca da adoção como também uma forma de retribuição social. Todos os demais, manifestaram serem filhos biológicos. Expliquei que seria necessário desconstruir alguns conceitos para compreender que todos, inclusive eu, somos filhos biológicos e adotivos.

O conceito de filiação é um construto social e, portanto, a reprodução em si, gera a multiplicação e a perpetuação natural da espécie, ou seja, gera novos indivíduos biológicos, como todos nós. Mas para sermos de fato filhos, na condição que conhecemos, criados com afeto, desejo e amor, precisamos adotar afetivamente esse novo ser. E esse processo se dá o nome de adoção afetiva. Depositamos emocionalmente desejos e projeções afetivas nessa criança e ela se sente adotada por nós, e esse processo indifere da origem biológica, que muitas vezes foi inviabilizada essa adoção afetiva pelos próprios pais biológicos, seja por morte, por vulnerabilidade social, drogadição, adoecimento psíquico, destituição jurídica, contexto social de guerra e incapacidade econômico financeira.

A surpresa do grupo foi tamanha que muitos manifestaram no coletivo, que se todas as pessoas soubessem disso, não seriam tão preconceituosas com a adoção e talvez não sofreriam tanto nesse processo.

Apresentei ao grupo também a necessidade de compreender as dores que causam a todos os envolvidos. Que os pais biológicos que precisam abandonar seus filhos e disponibilizá-los à adoção, também precisam tratar um luto, carregado muitas vezes de culpa. Que os pais adotivos, que estão na busca pela habilitação por incapacidade de gerar filhos biológicos, precisam compreender o luto do filho que não puderam ter, para somente depois poderem adotar afetivamente um filho, sob pena de entrarem em um processo de adoecimento depressivo crônico. Os filhos, agora colocados à disposição para serem adotados, precisam compreender seu luto da perda dos pais biológicos.

A atividade foi encerrada após três horas de inserção, e com um resultado extremamente satisfatório, já que gerou uma participação intensa e logo após, manifestações de agradecimento.

A atividade 2, foi realizada no dia 26 de abril, e foi projetada para atender as crianças, filhas adotivas dos participantes do grupo. Os pais tiveram a reunião de preparação à adoção, com a palestra sobre os 180 dias após a

adoção, em que um casal participante trouxe suas expectativas e percepções na nova etapa, compartilhando sua história. Enquanto isso, com as crianças, propus a realização da construção de fantoches e na sequência a preparação para que cada um pudesse apresentar seu personagem criado e contar a história de vida deles. A intenção é que além de estimulá-los a fantasiar suas próprias histórias de vida, que fosse permitido, ao usarem os fantoches, eles poderem falar de si mesmos, sem o peso das emoções, além de permitir que pudessem ressignificar suas histórias de vida, apenas ao fazer a apresentação.



Figura 2 – Teatro de Fantoches
Fonte: Acervo do autor (2019).

Com essa atividade, também foi pensado que uma pessoa que conhece a si, reconhece seu lugar no mundo e suas responsabilidades para com esse lugar. Como são crianças que estiveram, em média, institucionalizadas por um período superior a três anos em abrigos, a capacidade de permanecerem concentradas, se faz de forma muito reduzida e por pouco tempo. Porém ao propor a atividade, eles demonstraram interesse em realizar a tarefa, inclusive muito rápido, para que se pudesse ter mais tempo de trocas de experiências.

Como a ideia era registrar com imagens essas percepções das crianças, as cinco presentes nesse encontro, solicitaram que fosse utilizada a câmera

para que elas fizessem um vídeo ao seus pais, dizendo o quanto o amavam e eram gratas pelo novo lar e pela família que eles agora formam. O grupo, com muita espontaneidade, iniciou, um a um, o registro dessas falas individuais, o que me fez pensar o quanto a atividade os permitiu compreender que era possível falarem de si, de suas histórias, sem culpas e sem vergonhas, e agora tão rapidamente, estabeleceram uma compreensão de que podem falar de sentimentos; que podem sentir-se famílias, sem a culpa do abandono primário e podendo amar seus novos lugares sociais e constituírem-se como sujeitos nesse mundo.

A atividade os deixou muito à vontade, e questionaram se eu não poderia ficar mais vezes com eles, ao invés de conversar somente com os adultos, pois assim poderíamos fazer outras atividades. Surpreso com a proposta, resolvi explorar e deixá-los pensar sobre esse espaço e momento com eles e durante a escuta, propuseram falarmos da história do Harry Potter. Eu nunca havia lido os livros, nem tampouco assistido aos filmes, e ao chegar em casa resolvi pesquisar. Para minha surpresa, o personagem principal é uma criança órfã, que vai para um local onde muitas outras crianças vão para estudar, aprender a interagir com as demais e desenvolver seus poderes. Alguns dos cuidadores deste local, uma escola de magia, são adultos malvados. Na hora associei esse romance inglês à própria história de vida das crianças, que também se tornaram órfãs e num lar de crianças (abrigo), precisam aprender a se relacionar com o mundo e desenvolver defesas para suportarem muitas vezes essas rejeições sociais, e compreender seus lugares na sociedade.

Realizar a atividade com as crianças, permitiu compreender que, não somente os pais, necessitam de preparação para a adoção. Elas mesmas necessitam de muita preparação nos lares, durante o período em que o trâmite da destituição familiar não ocorre efetivamente, e enquanto não for localizado um perfil de pai/mãe para elas. Como essas crianças, ainda estão em um processo recente de adoção, há um risco muito grande de não adaptação delas ao novo lar, e por vezes dos pais à essas crianças, gerando uma devolutiva ao lar. Por isso ter um olhar mais sensível, também com elas, pode propiciar uma redução de conflitos e uma compreensão dessas crianças frente às diferenças do funcionamento dessas novas famílias em relação às suas experiências de vida anteriores (biológicas).

A atividade 3 foi realizada no dia 31 de maio. Por convite de mães integrantes do GAA, que são acadêmicas do curso técnico de enfermagem do SENAI de São Leopoldo – RS, fui solicitado a falar sobre a importância do cuidado com a mulher no âmbito da adoção. A ação, pertencente aos eventos comemorativos em alusão ao mês da enfermagem, foi para mim, a prova do reconhecimento do trabalho de sensibilização social desenvolvido no grupo, ao longo dos últimos 12 meses. No evento, os participantes, em geral muito heterogêneos, já que havia a comunidade local, pais e demais familiares dos alunos, profissionais da saúde e corpo docente e discente da instituição, puderam discutir sobre as principais angústias das mulheres no pós parto, enquanto eu elucidava dúvidas, também correlacionava com o processo de gestação burocrática que é a adoção e juntos fizemos uma ressignificação dos lugares sociais das pessoas no desejo de maternar.

O espaço, foi muito rico, pois ouvimos da comunidade, que não está envolvida no mundo da adoção, diversas fantasias que as próprias mães que estão, também compartilham. Percebemos juntos que, não há significativas diferenças psíquicas de quem está gestante biológica e quem está gestante burocrática. Foi possível elucidar os mitos das duas gestações, que permeiam o imaginário social e desconstruir conceitos de que comportamentos são advindos exclusivamente pela via do biológico (transgeracional) e não também pela experiência social vivida.

Na figura 3, vê-se parte da discussão realizada durante o evento, sendo possível verificar o público presente.



Figura 3 – Palestra no SENAC São Leopoldo - RS
Fonte: SENAC São Leopoldo.

A presença massiva e a participação de integrantes que já efetuaram a adoção, se mantendo presentes no grupo, demonstra o quanto ainda sentem a necessidade de compreender o processo, de que realmente não é somente uma etapa burocrática que ocorre sem prazos no âmbito jurídico, mas que necessita sensibilização e troca de informação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fim de compreender de que forma Educador Ambiental pode trabalhar, no sentido de ser também um agente decisivo no processo de adoção menos burocrática e mais desejosa, com a construção desse artigo, foi possível adentrar o tema adoção e mais do que isso, estudar e vivenciar as expe-

riências de todos os envolvidos nesse âmbito. Ficou evidente que a adoção ainda é um processo que se inicia e tramita sobre todos os aspectos no seio jurídico. Essa via por onde se realiza, impossibilita, muitas vezes, o olhar da saúde, a preocupação com as crianças e adolescentes institucionalizados e por vezes negligenciados por incapacidades do poder público, e também o olhar para a saúde desses pais candidatos à adoção. A atuação dos profissionais envolvidos se restringe ao fornecimento de opiniões técnicas, que ao final agregam uma pasta de papel. E esse tempo de tramitação jurídica desconsidera que nesse espaço há crianças e adolescentes em desenvolvimento humano e emocional e que estão crescendo sem poder estabelecer o sentido social mais importante, que é o de se sentir pertencente a uma família. Muitas vezes, elas passaram por abandonos, muito cedo, e não possuem um tratamento adequado, considerando os aspectos de sua saúde mental.

Também não está sendo possível cuidar desses pais que gestam. E que gestam “no escuro” e sem saber o tempo de gestação. Mas ainda é preciso uma mudança significativa no comportamento social, no que tange à compreensão da constituição familiar. E é aí, que percebemos a falta de uma política pública que assegure um acompanhamento a fim de estimular, sensibilizar e preparar as pessoas para essa etapa da vida. Na constituição familiar, pela via burocrática, essa gestação perpassa por um Fórum, judicializando um desejo.

O tempo de uma gestação biológica, leva em torno de 40 semanas. Sendo aqui inviável afirmarmos que, na gestação burocrática, esse prazo será igual ou próximo, pois, conforme citado por Silva (2015) e Taborda (2014), a experiência, tem demonstrado que há pessoas no aguardo para a etapa de aproximação, há cerca de 5 a 10 anos, bem como casos em que esse período gestacional é muito inferior, podendo levar dias ou poucas semanas. Esses prazos, na via burocrática, dependem de diversos fatores, mas o principal determinante para ser tão mais lento, se dá pelo fato do perfil desejado.

Na gestação biológica, as mães, além de acompanhadas, têm a oportunidade de visualizar o desenvolvimento do filho, já ali presente em si. Na gestação burocrática, o número do processo não garante, que periodicamente possa ser acompanhado a evolução desse processo, junto ao fórum. São profissionais administrativos, que sem o devido trato, não conseguem atender às expectativas das famílias adotantes.

É preciso, se fazer presente nos grupos de apoio à adoção, que hoje, surgem por iniciativas das pessoas que já adotaram, justamente por sentirem falta de espaço de fala e escuta.

É fundamental um olhar profissional a todos os envolvidos na adoção, como forma de prevenir problemas no estabelecimento de vínculos familiares, à construção e desenvolvimento emocional e à saúde mental dos pais e filhos adotivos, e sanar toda e qualquer possibilidade de processos de adoecimentos acometidos aos envolvidos nesse processo. A compreensão, ainda das questões emocionais advindas de um processo de adoção, como uma gestação burocrática, provém da necessidade de um olhar de um profissional que contemple essas dores e sentimentos, expectativas e frustrações, podendo ser um agente de mudança e melhoria nos processos de adoção.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DSM-IV. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. Porto Alegre: ARTMED, 2002, 4a. ed.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT. **NBR 6.023**: dispõe da informação e documentação - Referências - Elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

BAVA, S. C. Tecnologia social e desenvolvimento local. In: LASSANCE JR, Antônio E. et al. **Tecnologia social**: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Banco do Brasil, 2004.

BERTHOUD, C. M. E. **Filhos do coração**. São Paulo: Cabral Editora Universitária, 1997.

BOAVENTURA, E. M. **Metodologia da Pesquisa**: monografia, dissertação e tese. São Paulo: Atlas, 2004.

BRASIL. **Lei Federal Nº 12.010/09, de 03 de agosto de 2009**. Nova Lei Nacional da Adoção. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm>. Acesso em: 07 out. 2018.

BRASIL. **Lei Federal Nº. 8069, de 13 de julho de 1990.** ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>>. Acesso em: 07 out. 2018.

BRASIL. **Lei Federal Nº. 9795, de 27 de abril de 1999.** Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 21 de set 2019.

CAMPOS, A. V. D. S. **O menor institucionalizado: um desafio para a sociedade.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 1997.

FONSECA, C. **Caminhos da Adoção.** São Paulo: Cortez, 1998.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2012.

GUIRADO, M. **A criança e a FEBEM.** São Paulo: Perspectiva, 1980.

GUIRADO, M. **Instituição e relações afetivas: o vínculo com o abandono.** São Paulo: Summus, 1986.

JOSSO, M. C. **Experiências de vida e formação.** São Paulo: Cortez, 2004.

LEFF, E. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder.** Petrópolis: Vozes, 2000.

LEVINZON, G. K. **Adoção.** São Paulo: Casa do Psicólogo. Coleção clínica psicanalítica, 2004.

LIDNER, A. A. **ADOÇÃO INTERNACIONAL: aspectos psicológicos e papel do psicólogo no processo de adoção.** (Tese). Rio Grande do Sul, 2015.

MAUX, A. A. B.; DUTRA, E. Do útero à adoção: a experiência de mulheres férteis que adotaram uma criança. **Estudos de psicologia**, v. 14, n. 2, p. 113-121, 2009.

MEIRA, P.A. **La Educación Ambiental en el escenario de la globalización.** In: Nuevas propuestas para la acción. Actas de la Reunión Internacional de Expertos em Educación Ambiental, Santiago de Compostela: UNESCO-Xunta de Galicia, 2001. P.99-124.

MOTA, J. C. A Educação Ambiental Estética como uma ferramenta à (re)significação do ser-sensível. In: SEMINÁRIO INTERFACES PEDAGÓGICAS: LICENCIATURAS EM DIÁLOGO: Escola & Universidade: Utopias, Tempos e

Experiências. IV. **Anais...** Rio Grande, 2016.

NASCIMENTO, M. **Modificações trazidas pela lei nacional da adoção: Avanço ou retrocesso?** Campina Grande, 2014. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/8439/1/PDF%20-%20Marello%20Deodato%20do%20Nascimento.pdf>>. Acesso em: 24 de out. de 2018.

OLIVEIRA, R. R. Os critérios e estratégias utilizados por Assistentes Técnicos Judiciários Psicólogos na avaliação de pretendentes à adoção. 2002.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

PAIVA, L. D. **Adoção: significado e possibilidades.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

PORTAL CNJ. **Cadastro Nacional de Adoção.** Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoess/cadastro-nacional-de-adocao-cna>>. Acesso em: 20 set. 2018.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.

RODRIGUES, M. C.; COUTO, E. M.; HUNGRIA, M. C. L. A influência dos laudos psicológicos nas decisões judiciais das Varas de Família e Sucessões do Fórum Central da capital de São Paulo. p. 19 – 35. In: SHINE, Sidney (Org.). **AValiação Psicológica e Lei: adoção, vitimização, separação conjugal, dano psíquico e outros temas.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

SCHETTINI, L. F. **As dores da adoção.** Editora Juruá. 2017.

SCHETTINI FILHO, L. **Compreendendo o filho adotivo.** Recife: Bagaço, 1998a.

SERAFIM, A. De P. et al. **Avaliação Neuropsicológica Forense.** São Paulo: Pearson Clinical Brasil, 2017.

SILVA, D. B. da. **O Psicólogo como Mediador Durante o Processo de Habilitação para Adoção.** 2015. Disponível em: <<https://psicologado.com/atualizacao/psicologia-juridica/o-psicologo-como-mediador-durante-o-processo-de-habilitacao-para-adocao>>. Acesso em: 15 jul 2019.

STEINER, R. **A arte da educação I: o estudo geral do homem.** São Paulo: Antroposófica, 1988.

VIEIRA, J. M. **Os filhos que escolhemos**: discursos e práticas da adoção em camadas médias. 2004. 214 f. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

WEBER, L. N; MILAZZO, L. H. **Aspectos Psicológicos da Adoção**. Paraná: Juruá, 2000.

INTRODUÇÃO À TEORIA NARRATIVISTA DO DIREITO DE JOSÉ CALVO GONZÁLEZ

A GENTE ESCREVE O QUE OUVI, NUNCA O QUE HOUVE.

Oswald de Andrade

Paulo Ferrareze Filho¹

¹ Doutor pela UFSC
com tese sobre a
Teoria Narrativista
de Calvo González
e mestre em
Hermenêutica
Jurídica na
UNISINOS/RS

RESUMO

O artigo que segue busca disseminar no Brasil a proposta teórica do jurista espanhol José Calvo González. O autor, a partir da intersecção de estudos entre direito e literatura, na perspectiva do direito como literatura, construiu ao longo de mais trinta anos o que denominou de Teoria Narrativista do Direito. O presente estudo, no intuito de auxiliar no reequilíbrio teórico diante da hegemonia dos aspectos normativos sobre os narrativos nas teorias da decisão judicial, apresenta os instrumentos de ação propostos por Calvo contra esse sintoma: o teste de verificação da coerência e da consistência das narrativas judiciais em conflito. A pesquisa ora realizada adota o método dedutivo e baseia-se em análise bibliográfica da obra de José Calvo González, concluindo pela necessidade premente da inclusão da perspectiva narrativista do direito no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Coerência narrativa. Consistência narrativa. Decisão judicial. Direito como literatura. Teoria narrativista do direito.

INTRODUCTION TO THE LAW NARRATIVIST THEORY OF JOSE CALVO GONZÁLEZ

ABSTRACT

The following article seeks to disseminate in Brazil the

theoretical proposal of the Spanish jurist José Calvo González. The author, from the intersection of studies between law and literature, from the perspective of law as literature, built over another thirty years what he called the Narrativist Theory of Law. The present study, in order to assist in the theoretical rebalancing in face of the hegemony of normative aspects over narratives in judicial decision theories, presents the instruments of action proposed by Calvo against this symptom: the verification test of narrative coherence and consistency. conflicting lawsuits. The research now carried out adopts the deductive method and is based on bibliographical analysis of the work of José Calvo González, concluding by the urgent need to include the narrative perspective of law in Brazil.

Keywords: *Judicial decision. Law as literature. Narrative coherence. Narrative consistency. Narrative theory of law*

1 INTRODUÇÃO

O ato de narrar confunde-se com a história do conhecimento. Enquanto o conhecimento é a escultura de pedra que incessantemente vai sendo talhada, a narrativa faz as vezes de maço e cinzel nas mãos do escultor. A narrativa oral e escrita é o meio pelo qual se perpetua e se revisa o conhecimento.

No direito, é apenas no final dos anos 1980, nos países anglo-saxões, que se encontram os primeiros registros sobre os aspectos narrativos da atividade judicial.

Presciente de que palavras, frases e textos constroem e reconstroem fatos, ante a perspectiva narrativista, parte-se da premissa de que a materialização de direitos não ocorre sem que, antes, uma história seja contada. Assim, pode-se avaliar a atividade judicante a partir das narrações fáticas produzidas no processo, afinal, o fenômeno jurídico, em sua *práxis* produtiva, interpretativa e aplicativa, dirá Calvo (2013, p. 35), possui natureza e propriedades narrativas.

Entre os autores que investigam a relação entre narratividade e direito

está o juiz espanhol José Calvo González, que se dedicou a construir o que denominou de Teoria Narrativista do Direito. O interesse do autor é também uma tentativa de contrabalançar a hegemonia das perspectivas normativistas nas teorias do direito.

No Brasil, essa hegemonia normativista, no seio do que se pode chamar de teoria da decisão judicial, pode ter duas explicações imediatas. Primeiro, pela ânsia por segurança normativa após a redemocratização em 1988. O início dos anos 1990 foi marcado pelo medo de que uma nova ditadura pudesse sobrevir. Assim é que os critérios normativos de controle das decisões judiciais ganharam preponderância no seio da doutrina e da jurisprudência nacionais. Segundo, por conta da incipiência de estudos interdisciplinares nos cursos de direito no Brasil, domesticados tratar quase que exclusivamente de disciplinas técnico-dogmáticas. Os programas e as ementas da grade curricular das faculdades de direito no Brasil forjam, já nos bancos acadêmicos, uma formação jurídica preponderantemente voltada para a compreensão da estrutura de normas.

Atualmente, a hegemonia da conotação normativa sobre a narrativa permanece. E cristaliza-se nas manifestações públicas que juristas fazem sobre processos que são colocados na vitrine das mídias de massa e das redes sociais. O eixo das análises não costuma variar: constitucionalidade de leis e institutos jurídicos, posições normativistas (in)coerentes de juízes e ministros, recepção (i)legítima de tratados internacionais no direito nacional, (in)adequações processuais ao direito material etc.

As razões desse desleixo teórico encontram eco no direito romano a partir do brocardo “*da mihi factum, dabo ius*” (dá-me os fatos que dou-te o direito). Conforme aponta Calvo (1998, p. 23-24), ao pretender fazer crer que os fatos estão sempre dados, o sistema romano-germânico de direito, do qual o Brasil é caudatário, deixou de problematizar a questão do julgamento dos fatos.

Essa predeterminação histórica fez com que a referência aos fatos fosse sempre mera sombra das normas jurídicas, mas nunca uma referência dos “fatos em estado bruto”, ou seja, em estado anterior a qualquer qualificação normativa (1998, p. 25). Tal carência tende a homogeneizar o conteúdo fático, comprometendo, assim, as respostas que o direito se dispõe a dar aos casos práticos.

Daí porque Calvo (1998, p. 26-27) alerta que “para responder a eventuais dificuldades de solução ou de múltiplas respostas corretas verossímeis, é preciso direcionar o olhar antes aos fatos do que ao direito”. E é com uma compreensão narrativa, ou seja, dos fatos como versões de uma história que é contada, que pode-se fornecer uma transformadora intelecção das questões fáticas, de modo a restaurar o trecho inicial e preterido do velho brocardo romano “*da mihi factum, dabo ius*” (dá-me os fatos que te dou o direito).

De acordo com Taranilla García (2012, p. 26-27), como perspectiva auxiliar à construção de critérios para a teoria da decisão judicial, o narrativismo é abordado a partir de dois aspectos: (1^o) como instrumento de exame das relações causais dos fatos narrados ao longo de um processo; e (2^o) como meio de outorga de sentido às arguições e ao material probatório de um processo.

Na medida em que arrefece os efeitos da verdade no direito, a perspectiva narrativista da decisão judicial insere-se naquilo que Calvo denomina de “direito curvo”. A maleabilidade e a flexibilidade que essa curvatura jurídica sugere, visam a construção de um direito adequado ao mundo e à cultura deste século XXI. Para Calvo (2013, p. 17), essas novas características destacam parâmetros figurativos do direito que a purificação do normativismo kelseniano havia ocultado e impedido. “Foi nesse ponto, precisamente, que a linha reta do direito começou a riçar-se, de modo a formar uma linha ondulada”.

O artigo que segue, na tentativa de oxigenar a teoria da decisão judicial no Brasil a partir da perspectiva do direito como literatura, analisa os conceitos de coerência e consistência narrativas a partir da proposta de Calvo, para sugerir outro modo de análise, de construção e de justificação das decisões judiciais.

2 O DIREITO COMO LITERATURA

Como matéria-prima tanto da literatura quanto do direito, a linguagem é uma das principais ferramentas a serviço do poder no espaço social. Ela pode enunciar palavras revolucionárias ou conservadoras, deslocando-se ao gosto dos personagens jurídicos.

Para Calvo (2016, p. 1), o direito pode utilizar categorias literárias para instituir imaginários sociais, já que se aproveita de categorias como a oralidade, a escrita, a leitura, a redescrição, a intertextualidade e a estética da autoridade.

A cultura literária do direito não é um movimento criado por escritores, mas por leitores. Uma das atividades precípua de todo jurista é a de “traduzir” juridicamente o que se fala sobre os conflitos que existem na comunidade. Essa leitura jurídica do conflito, porém, não tem sentido unívoco, dadas as aberturas próprias de todo esforço interpretativo. Nesse passo, as formas inventivo-interpretativas não se limitam aos textos jurídicos ou aos limites da lei, uma vez que não são capazes de fornecer uma suficiência semântica autorreferencial. Ou seja, é necessário recorrer a “linguagens externas à estrutura linguística da dogmática, exógenas ao sistema de transposição técnica” (2011, p. 18). E é nessa direção que a implicação entre o direito e a literatura se dá.

A novidade dessa intersecção se insere na disciplina jurídica como possibilidade de criação de uma nova sintaxe para o direito, na medida em que aproxima a linguagem literária da linguagem jurídica. Se a linguagem jurídica é formada pelos múltiplos discursos que rondam a normatividade, pode-se dizer, com Deleuze (1999,

p. 61), que a linguagem literária é o conjunto de desvios criados a cada nova narrativa para revelar a vida nas coisas. A possibilidade de uma nova linguagem, capaz de contemplar o jurídico e o literário, notadamente por meio das histórias, relatos e narrativas que são contadas nos processos judiciais, busca as núpcias entre esses dois reinos – direito e literatura – e se constitui como devir.

O conceito deleuziano de devir, que pode ser compreendido como linha de fuga ou desterritorialização, é pensado como oposição à imitação, à reprodução, à identificação ou à semelhança (2009, p. 213-214). Devir é escapar das formas dominantes de um sistema de sentido. O devir não é um fenômeno de repetição ou de assimilação, mas de dupla captura, de evolução não paralela, de encontro entre versões de mundo que pretendem, sempre pela via da linguagem, dar sentido aos fenômenos.

Associar a literatura ao fenômeno jurídico, como linha de fuga do discurso dominante no direito, afeito mais à imitação pasteurizada do que à criação, se constitui como tarefa de crítica aos lugares comuns do discurso jurídico.

A conjunção direito-literatura é datada de 1883, a partir dos estudos de Irving Browne na obra *Law and Lawyers in Literature*. No entanto, apenas a partir dos anos de 1960, com o movimento estadunidense *Law and Literature*, que esse domínio de investigação ganhou maior atenção, constituindo-se, desde então, como uma das tendências teóricas antipositivistas que se proliferaram no direito. Olivo (2010, p. 108) lembra que a literatura pode fornecer tanto informações quanto subsídios para que o meio social, em que o direito se desenvolve, seja compreendido, daí a importância do cruzamento do saber jurídico e o literário.

A Teoria Narrativista do Direito proposta por José Calvo González se situa dentro de um dos sintagmas gramaticais que funcionam como pontes capazes de articular o jurídico e o literário. Muito embora se possa contemplar as perspectivas do direito na literatura e do direito da literatura², a presente pesquisa se situa na perspectiva do direito como literatura, uma vez que a análise de categorias narrativas do processo e, especialmente, da decisão judicial, advêm originariamente do campo literário, que articula técnicas de contar histórias, de narrar fatos, de dizer, enfim, as ocorrências do mundo da vida que importam para o direito.

Para Calvo, a perspectiva do direito como literatura apresenta os produtos jurídicos como criações literárias (literatura legislativa, judicial, doutrinária, etc.) e submete a perspectiva metodológica de cânone literário à análise crítica e compreensiva dos discursos, experiências, critérios interpretativos e construtivos da dogmática jurídica. Comentando sobre a indeterminabilidade dos textos legais, Calvo ressalta a necessidade de “ler os signos do direito em linguagens diferentes daquelas na qual são enunciadas as normas e os discursos jurídicos, linguagens externas à estrutura linguística da dogmática, exógenos ao sistema técnico jurídico” (2008, p. 5 e 18).

Para Morawetz (1999, p. 450-461), o direito como literatura pesquisa o

² Para CALVO GONZÁLEZ, José. Derecho y Literatura. Intersecciones instrumental, estructural e institucional. In: GONZÁLEZ, José Calvo (Dir.). **Implicación Derecho Literatura** – Contribuciones a una Teoría literaria del Derecho. Granada: Editorial Comares, 2008, p. 5, “o Direito *na* Literatura apresenta a recriação literária (tanto de gênero narrativo, como lírico ou dramático) de alguma forma jurídica organizativa (os Tribunais de justiça, as profissões jurídicas, etc.) ou de determinados conceitos e valores jurídicos (lei, equidade, justiça, etc.) o que é igual, apresenta a literatura associada a temas ou assuntos jurídicos.” Já o Direito *da* Literatura, “apresenta o fenômeno literário desde o ponto de vista jurídico-normativo (propriedade intelectual, *Copyright* e direitos autorais, contrato de edição, etc., incluindo também problemas de liberdade de expressão.” Tradução livre do espanhol para o português.

modo como instrumentos e estratégias literárias são aplicados aos textos legais. Além disso, estuda modelos estilísticos, métodos retórico-persuasivos, além do uso das metáforas nos textos jurídicos e jurisdicionais. A faceta direito como literatura conforma, ainda, as discussões características da epistemologia e da filosofia da linguagem, bem como as propriedades narrativas do direito.

Assim, a Teoria Narrativista do Direito de Calvo, inserida na perspectiva do direito como literatura, se posiciona como disciplina crítica, contra dogmática e contingente. O caráter crítico da implicação direito como literatura, pelo viés da narratividade, é reforçado por Calvo quando sustenta que

[...] o olhar narrativo do Direito passa através da lente caleidoscópica da teoria jurídico-crítica – de mutável, múltiplo e, às vezes, diversificado enfoque – tanto na América Latina quanto na Europa. Por outro lado, a investigação narrativa em Direito se conservou plenamente, e inclusive incrementou seu vínculo originário com as Humanidades e, em particular, com a Literatura, de modo que a maioria dos atuais desenvolvimentos narrativos que envolvem o fenômeno jurídico se restituam no terreno da *implicação Direito Literatura* e, como modalidade estrutural de intersecção, dentro do que concretamente se apresenta por Direito como Literatura (2013, p. 32).

A perspectiva do direito como literatura, conforme Calvo, está um passo adiante em relação às demais intersecções entre direito e literatura.

É a partir desse viés que a narratividade será vista por Calvo como elemento literário necessariamente presente nos textos jurídicos. Observa-se a natureza narrativa de vários institutos jurídico-processuais como a confissão, a transcrição de depoimentos testemunhais, a fundamentação fático-jurídica das decisões judiciais, a associação de fundamentações decisórias com o de precedentes jurisprudenciais etc. Todas essas características farão Calvo denominar de estrutural a intersecção relativa ao direito como literatura (2008, p. 18-19).

Para Schwartz (2006, p. 58), a partir do momento em que se admite uma análise literária do direito, está-se a operar a partir da lógica artística e não mais

da lógica jurídica. A tradição positivista do direito faz com que, via de regra, todo e qualquer ato jurídico seja reduzido à termo, ou seja, praticamente todo o conteúdo jurídico é transformado em texto. Assim, o jurídico se transforma, inevitavelmente, em narrativa. Pelo prisma da literatura, a escritura de fatos dentro do sistema jurídico é uma maneira de contar e de transmitir histórias e relatos, sendo “perfeitamente possível conceber, por exemplo, uma sentença como uma peça com personagens, início, enredo e fim.”

Como assinala Castro (2010, p. 134), nos limites do direito como literatura, a pesquisa se orienta para a exame de textos jurídicos – petições, decisões judiciais, textos legislativos etc. – a partir da análise de estruturas literárias. A utilização do arcabouço conceitual da teoria literária na análise da linguagem jurídica conduz a uma inevitável dimensão imaginativa, interpretativa e narrativa da atividade de produzir textos dentro das fronteiras do direito.

Se, por um lado, a necessária vinculação do sistema jurídico a um fundamento fixo de sentido como a Constituição Federal poderia sugerir a estabilidade da linguagem utilizada; por outro, a *práxis* judicante e os resultados absolutamente heterogêneos que dela decorrem demonstram que há algo, nas entranhas da linguagem, que dá a ela uma inafastável contingencialidade.

Essa desestabilização da linguagem jurídica, materializada diariamente diante dos inúmeros casos análogos que acabam com diferentes respostas judiciais, faz com que seja necessário utilizar conceitos não jurídicos como a coerência e a consistência narrativas para que seja possível aumentar os mecanismos de controle de qualidade das decisões judiciais.

3 COERÊNCIA NARRATIVA

Duas premissas devem ser levadas em conta para que se possa habilitar o conceito de coerência narrativa, no seio de uma epistemologia narrativa da decisão judicial no Brasil:

- No processo, o que importa, não são tanto os fatos em si, mas a narração que se faz sobre eles. Na medida em que chegam

até o processo meras interpretações perspectivas sobre os fatos, a conversão dos fatos em palavras, frases e textos se fazinescapavelmente a partir de estratégias narrativas ou, para usar a expressão de Calvo (1998, p. 29), das “estratégias de transmissão informativa dos fatos”.

- Só existem conflitos jurídicos porque, antes, existem versões explicativas rivais sobre os fatos. Ainda que seja possível que o conflito seja puramente de direito, o mais frequente é que se tenha originado a partir da alegação de histórias rivais, que seguirão sendo contadas a partir de cada momento processual oportuno.

A partir dessas premissas se poderá utilizar o conceito de coerência narrativa como instrumento a serviço da fixação, como verdadeiros, de fatos em um processo judicial.

Diversos são os vieses que a doutrina utiliza para operacionalizar o conceito de coerência narrativa, sendo os mais notáveis os adotados por Ronald Dworkin e Neil MacCormick.

O conceito de coerência narrativa de Dworkin é alheio ao problema da determinação dos fatos no processo, uma vez que é utilizado como ferramenta de sua concepção de integridade no direito a partir da metáfora do romance em cadeia. Para Dworkin (2007, p. 275-279), inserido na tradição da *common law*, uma decisão narrativamente coerente é aquela que guarda correspondência com as decisões pretéritas. A cada novo julgamento, o juiz exerce uma tarefa similar a de um crítico literário, na medida em que escreve um novo capítulo de um grande romance incessantemente produzido por todos os julgadores de um mesmo sistema de justiça.

Já em MacCormick (1980, p. 556-559) a coerência narrativa é reduzida à testagem racional realizada em casos difíceis, a fim de fixar o provável acontecimento dos fatos na falta de provas diretas. No entanto, a proposta de MacCormick está inserida em um paradigma que se pode denominar de representacional, na medida em que utiliza a ideia de que a verdade pode ser encontrada por meio da correspondência entre o conteúdo de um enunciado

e a realidade. Nesse espectro, a coerência narrativa é uma condição tão necessária quanto insuficiente determinar verdades em algum enunciado.

Calvo (1998, p. 80) esclarece que sua teoria narrativista é estranha a de Dworkin, e diferente da de MacCormick, já que destoa desta quanto à ideia de coerência como verdade forte e representacional. Para Calvo, não é possível constituir certezas a partir de probabilidades. Ainda, mostra-se ingênua a ideia de empregar um método que confirme a ocorrência dos fatos pois eles sempre estão mortos no passado dos acontecimentos.

Com uma postura de humildade científica, Calvo assume que tudo que se pode fazer em um processo judicial é debater a plausibilidade da ocorrência dos fatos de acordo com a verossimilhança dos discursos apresentados pelas partes.

Segundo Calvo (1998, p. 27), julgar a coerência narrativa em um processo é apreender o material fático em seu decurso dinâmico, recompondo a história da ocorrência do fato. Essa recomposição deve ser elaborada a partir de uma organização narrativa do discurso em que os fatos ganham sentidos autônomos, e não mais a partir de um espelhamento (supostamente necessário) com a “realidade” ou com seu reflexo normativo.

Para propor mecanismos úteis para um julgamento de coerência narrativa das decisões judiciais, pode-se arrolar, didaticamente, três procedimentos de verificação:

1) Retorno às cláusulas do “contrato de sentido”, 2) Confirmação das cláusulas do “contrato de sentido” e 3) Conferência dos detalhes das cláusulas do “contrato de sentido”.

3.1 RETORNO ÀS CLÁUSULAS DO CONTRATO DE SENTIDO

Joseph Goebbels, Ministro de Propaganda do III Reich na Alemanha Nazista, notabilizou-se pela apatia e por uma frase notável: “uma mentira repetida mil vezes torna-se verdade”.

Para que uma narrativa tenha coerência é necessário que, em seu desenvolvimento, sejam retomados os sentidos prometidos ao longo de seu itinerário. Substituições lexicais, referências contextuais ou mesmo alusões ao já-dito, tendem a plasmar no leitor-intérprete os sentidos que vão sendo sugestionados ao longo da narrativa.

No processo, uma narrativa ganha em coerência quando o relato inaugural, que sempre direciona o sentido, é reafirmado ou rechaçado a partir da prova de continuidade ou descontinuidade do sentido modelador inicial.

A análise do julgador, se tiver intenção de conferir coerência à sua conclusão sobre a ocorrência dos fatos, deverá sempre recuperar e rememorar os sentidos do relato que julgou mais coerente.

A lição de Goebbels, com efeito, não trata sobre a força da verdade ou da mentira, mas da força que a repetição e a reafirmação tem nos processos de outorga de sentido.

3.2 CONFIRMAÇÃO DAS CLÁUSULAS DO CONTRATO DE SENTIDO

A coerência narrativa também pode ser reforçada na medida em que retorna-se, sem contradições semânticas, aos sentidos inicialmente prometidos.

Processualmente, a incoerência magna de uma narrativa ocorre quando autor ou réu, em depoimento pessoal, desdizem fatos já narrados em peças processuais anteriores. Daí porque o recontar dos fatos por meio de depoimentos pessoais funciona como uma importante ferramenta para que

advogados e julgadores possam analisar e julgar a coerência narrativa daquilo que se conta em um processo. Na perspectiva da teoria dos jogos, os depoimentos pessoais têm sempre o objetivo de fragilizar as narrativas fáticas da parte contrária, geralmente por meio do estímulo a um depoimento contraditório ou do destaque de uma contradição entre os elementos narrados e as provas produzidas.

Para que haja coerência narrativa, portanto, é necessário que os elementos narrados não sejam contraditórios semanticamente entre si, cumprindo-se à risca as cláusulas do contrato de sentido.

3.3 CONFERÊNCIA DOS DETALHES DAS CLÁUSULAS DO CONTRATO DE SENTIDO

Ainda, para que uma narrativa processual seja coerente, além de verificar a não contradição através de mecanismos de retorno ao contrato de sentido, necessário também que as informações fáticas, em suas minúcias, estejam relacionadas entre si. Essas relações de coerência se estabelecem tanto em nível estrutural, como em nível contextual. Sendo assim, podem se dar entre (i) enunciados dentro de uma mesma narrativa, (ii) entre o conjunto de narrativas de um processo, (iii) entre juízos fáticos análogos produzidos pela jurisprudência, ou mesmo (iv) entre as relações da narrativa com elementos consensualmente postos e pressupostos do mundo jurídico. Em todas essas quatro dimensões correlação narrativa processual, é possível afirmar que a concatenação entre causas, condições e consequências do encadeamento fático narrado, é o que conferirá maior ou menor grau de coerência ao julgamento.

Produzir coerência é ser capaz de relacionar o que se contou com o que se prometeu contar. Para Faye (1996, p. 19-21), o verbo *legein* da filosofia grega pode ser uma lembrança útil na atualidade, já que ele remete à dupla ação de contar e relacionar. A tarefa do julgador disposto a bem julgar narrativas fáticas deve, portanto, contar e relacionar os sentidos pretéritos explícitos nas narrativas que julga.

4 CONSISTÊNCIA NARRATIVA

Nos Tratados de Retórica, o conceito de consistência narrativa era reduzido a uma tentativa de demonstrar um “curso ordenado, sequencial e sucessivo da narração dos fatos” (CALVO, 2015, p. 196-197). No direito contemporâneo, a ideia de consistência narrativa apenas recebeu alguma atenção com as teorias da argumentação, das quais pode-se destacar, entre todos, Robert Alexy e Manuel Atienza. Sob o olhar narrativo, o conceito de consistência narrativa na decisão judicial chega até nós por intermédio de Calvo.

Um discurso possui consistência quando permite um desenvolvimento proposicional eficaz. A consistência narrativa acontece no momento em que é possível realizar rizomas discursivos, sempre mediante progressos e enlaces causais geradores de novos rizomas. Essa disposição de um começo que se projeta para um final, ou seja, de um antecedente que vai em direção a um consequente, é o que se pode chamar de consistência narrativa. Essa consistência nada mais é do que uma espécie de “dispositivo de organização da história que sustenta a prolongação, a continuidade e a vigência da causalidade do acontecimento durante o decurso do relato” (CALVO, 2008, p. 382-383).

A consistência narrativa de um relato processual não está relacionada com a interpretação que se pode fazer do texto, mas com o preenchimento dos espaços silentes mediante inferências lógicas (dedução, indução e abdução), bem como com a articulação gramatical do relato.

Havendo consistência é possível fazer inferências da narrativa a partir de ligações proposicionais indicadas explicitamente. Caso a narrativa não tenha consistência, é necessário que se liguem pontos de sentido a fim de que se possa alcançar, a partir de informações fáticas constantes no material probatório, uma continuidade mínima sobre a afirmação da ocorrência dos fatos.

Calvo (2015, p. 199) observa que na construção discursiva das primeiras narrações judiciais (petições iniciais/denúncias e contestações/defesas), são utilizados estereótipos discursivos que funcionam como estratégias de obtenção de vantagens no exame de consistência narrativa no decorrer do jogo processual.

A narrativa dos fatos realizada na petição que inaugura um processo judicial produz discursos que influenciam de modo definitivo as demais narrativas ao longo do processo. A hipótese narrativa do autor busca sempre colonizar todos os relatos que darão continuidade ao processo. O teste de consistência narrativa toma sempre como referencial o relato fático que inaugura um processo. Assim, o relato inicial converte-se em cânone narrativo, de modo que o regime de consistência dele será dependente e, por ele acabará condicionado.

A prova testemunhal é um meio privilegiado para realizar testes de consistência narrativa. Testemunhas podem comprometer hipóteses narrativas na medida em que, bem ou mal intencionadas, desviam da hipótese narrativa original. A oralidade tende a tornar caótico o discurso processual, já que nesses relatos não há uma lógica temporal estruturada, muito menos linearidade, continuidade ou organização causal. O material narrativo de provas testemunhais materializa-se sempre aos pedaços, de maneira disforme e episódica.

Ainda que a importância da prova testemunhal seja crucial para corroborar ou fazer ruir as apostas narrativas das partes, Calvo (2015, p. 200) sustenta que não se pode conferir o status de prova narrativa às afirmações lançadas pelas testemunhas, mas tão somente considerá-las como acréscimo narrativo. Isso porque a função da testemunha é apenas “produzir um efeito de superabundância ou de míngua na credibilidade das apostas narrativas preexistentes”, sempre mediante interrogações que devem ser claras, precisas e que sejam capazes de manter a sequencialidade da narrativa, sempre de forma progressiva e não circular.

Maurits Cornelis Escher foi um artista gráfico holandês que se notabilizou no século XX por fazer desenhos que, a partir da ilusão de ótica, propunham engenhos infinitos. Os desenhos de Escher não permitiam ao observador determinar o início e fim de uma queda d`água ou de uma escada.

No estudo *Derecho y Narración*, Calvo (1996, p. 15-17) utiliza-se das litografias de Escher para demonstrar que a circularidade narrativa pode também permitir um diálogo ininterrupto capaz de possibilitar um exame narrativo consistente daquilo que foi narrado pelas partes em conflito, em que se pode tanto recuperar a origem da narrativa passada que se incorpora à nova,

como mostrar a origem de tal narrativa para que seu sentido seja atualizado e possa ser projetado no futuro. Assim é que a “potencialidade do relato consistirá na capacidade de ser constantemente reciclado”.

O equilíbrio entre a retomada dos elementos já narrados e a anunciação de novos elementos fáticos é que poderá conferir progressão ao contado, sob pena de tornar o texto não um *looping* – que por sua dinâmica regride para poder avançar mais rápido – mas um jogo sisífico tal qual sugerem as pinturas de Escher. Calvo igualmente confirma a necessidade da progressão narrativa na medida em que sentencia que “a estruturação narrativa dos acontecimentos que importam no processo funciona na composição e conexão discursiva do relato mediante progressos”. Por essa razão é que Calvo (2008, p. 382) faz uma remissão certa à poesia de Borges para explicar o seu conceito de consistência narrativa: “explicar (ou julgar) um fato, é uni-lo a outro.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva do direito como literatura demarca uma revolução crítica da linguagem jurídica e pode servir para oxigenar as teorias do direito e da decisão, encalacradas quase que exclusivamente com análises ligadas à normatividade.

Como se viu, uma das premissas de Calvo é de que não são os fatos que chegam ao juiz, mas sim as narrativas sobre os fatos, sempre por meio de petições, documentos, laudos e depoimentos. Antes de uma decisão judicial definitiva, transitada em julgada e sepultada para sempre, inúmeros resultados narrativos são forjados ao longo do processo.

As análises de coerência e consistência narrativas são os instrumentos racionais capazes de bem julgar as controvérsias fático-narrativas de um processo, já que, no processo, as narrativas são sempre ficcionais. Para que a análise do material narrado possa ser feita minuciosamente, é necessário observar que a circunscrição de um fato narrado tem sempre a necessidade de fragmentar a história tanto dos personagens do fato, quanto do contexto

onde fato e narração ocorreram.

Concordando-se com esse pressuposto narrativo, deixa de ser cabível a hipótese da subsunção de um fato à norma jurídica correspondente, pois os fatos, em si, por narrados, são naturalmente controvertidos, multivertidos. A associação será necessariamente entre a conclusão narrativa de um suposto fato e a prescrição normativa mais adequada. Ou seja, não pode haver consenso sobre a norma aplicável sem que antes haja consenso sobre a conclusão das narrativas em conflito. Essa relação esquecida entre narração e normatividade, muitas vezes reduzida a uma tonta simplicidade como a subsunção, é que vai justificar omissões, ênfases, sintetizações interessadas e depurações bem ou mal feitas nas decisões judiciais.

A multiplicidade narrativa oriunda da verdadeira fábrica de relatos produzidas processualmente obriga o julgador a depurar o material narrativo para que seja possível, racionalmente, estabelecer critérios para determinar que um conjunto de narrativas é mais coerente e consistente que outro.

As narrativas processuais, especialmente aquelas que se propõem a definir a “ocorrência do fato”, são ficções baseadas em fatos reais. E o reconhecimento de que cada processo judicial é um pequeno universo ficcional pede a adoção, nas teorias da decisão, de critérios de coerência e consistência narrativas como critérios de verdade narrativa.

Para Todorov (2013, p. 21-22), coerência e consistência formam uma tensão narrativa: uma fazendo a mudança ocorrer a partir da continuidade inexorável das histórias, e a outra tentando, mesmo diante da natural impermanência sequencial das narrativas, conferir ordem, lógica e coerência ao sentido. A narrativa, diz Todorov, “nunca obedece a uma ou a outra força, mas se constitui na tensão das duas.”

Daí porque uma narrativa nunca poderá ser coerente se não tiver, antes, passado no teste de consistência. Se a consistência narrativa é a possibilidade de sequencialidade daquilo que se narra, a coerência narrativa é a possibilidade de manter, ao narrar, os sentidos prometidos.

Em narrativas, consistência e coerência encontram-se, precisamente, quando (ainda) é possível realizar um enlace causal, sem que seja preciso trair as promessas de sentido anteriormente feitas.

O acréscimo da perspectiva narrativista no seio da teoria da decisão ju-

dicial não pretende afastar a virtude dos estudos normativistas. No entanto, os teóricos que defendem um juiz capaz de seguir, mecanicamente, determinadas cartilhas de cumprimento da normatividade, sabem que a maioria dos juízes não faz isso na maioria de suas decisões. Daí a importância de introduzir a Teoria Narrativista do Direito de Calvo no Brasil. Os apontamentos alinhados na presente pesquisa buscaram contribuir para o aprimoramento da teoria da decisão judicial no Brasil, adotando uma perspectiva diversa do normativismo de sempre e voltando as atenções para os aspectos narrativos da decisão judicial.

REFERÊNCIAS

CALVO GONZÁLEZ, José. **Derecho y Narración**: materiales para una teoría crítica narrativista del Derecho. 1. ed. Editorial Ariel: Barcelona, 1996.

_____. José. **El discurso de los hechos**: narrativismo en la interpretación operativa. ed. Editorial Tecnos: Madrid, 1998.

_____. **La controversia fáctica**. Contribución al estudio de la *quaestio facti* desde una perspectiva narrativista del Derecho. In: CALVO GONZÁLEZ, José. *Implicación Derecho Literatura*: contribuciones a una Teoría literaria del Derecho. Editorial Comares: Granada, 2008.

_____. Derecho y Literatura: la cultura literaria del derecho. In: OLIVO, Luis Carlos Cancellier de. **Anais do I Simpósio de Direito e Literatura**. Fundação Boiteux: Florianópolis, 2011.

_____. **O Direito Curvo**. Livraria do Advogado Editora, Porto Alegre, 2013.

_____. **Consistência Narrativa y relato procesal** – estándares de discursividad en las narraciones judiciales. In: UNISUL de Fato e de Direito - Revista Jurídica da Universidade do Sul de Santa Catarina. Ano VI – n. 11. Jul/Dez 2015.

_____. A palavra e a construção da verdade e da realidade no Direito. Entrevista concedida à **Revista IHU** - Instituto Humanitas Unisinos n. 444. Ano XIV, 2016.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1999.

DWORKIN, Ronald. **O império do Direito**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. 2a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FAYE, Jean-Pierre. **A Razão Narrativa**. Tradução de Paula Martins. Editora 34: São Paulo, 1996.

MACCORMICK, Neil. **The coherence of a case and the reasonableness of doubt**. *Liverpool Law Review*: New York, v.2, n. 1, 1980.

MACHADO, Roberto. **Deleuze, a arte e a filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2009.

MORAWETZ, Thomas. *Law and Literature*. In: PATTERSON, Dennis (Org.).

A Companion to Philosophy of Legal and Legal Theory. Blackwell Publishing. Oxford, 1999.

OLIVO, Luis Carlos Cancellier de. Sistematização do estudo e da pesquisa em Direito e Literatura. *In:* OLIVO, Luis Carlos Cancellier de (Org.). **Novas Contribuições à pesquisa em Direito e Literatura.** Florianópolis: Fundação Boiteux: FAPESC, 2010.

SCHWARTZ, Germano. **A Constituição, a Literatura e o Direito.** Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2006.

TARANILLA GARCÍA, Raquel. **La justicia narrante.** Un estudio sobre el discurso de los hechos en el proceso penal. Thomson Reuters Aranzadi: Pamplona, 2012.

TODOROV, Tzvetan. **As estruturas narrativas.** São Paulo: Perspectiva, 2013.

A VAZA JATO E A LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Patrícia Fernandes Fraga¹

Ivana Formigheri Jacob²

¹ Doutora em
Direito Civil pela
Universidade
Federal do Rio
Grande do Sul.

² Mestre em
Direito Civil pela
Universidade
Federal do Rio
Grande do Sul.

RESUMO

Este artigo abordará, sinteticamente, o caso da denominada *Vaza Jato* e seus consectários jurídicos. Tratará de assuntos relacionados à atividade jornalística, ao interesse público na livre circulação de notícias, bem como ao exercício e às limitações das liberdades individuais. Nesse contexto, ainda, serão tangenciados os temas da interceptação das comunicações telemáticas, das liberdades de pensamento, de expressão, de informação e de imprensa, da proteção das fontes jornalísticas e da validade da teoria dos frutos da árvore envenenada ao caso concreto em análise.

Palavras-chave: Vaza Jato. Liberdades individuais. Liberdade de imprensa. Limitações.

VAZA JATO AND FREEDOM OF EXPRESSION.

ABSTRACT

This article will synthetically analyses the case of the so-called Vaza Jato and its legal consequences. It will deal with issues related to journalistic activity, the public interest in the free circulation of news, as well as the exercise and limitations of individual freedoms. In this context, the themes of the interception of telematic communications, freedom of thought, expression, information and the press, the protection of journalistic sources and the validity of the theory of the

fruits of the poisonous tree to the specific case under analysis.

KEYWORDS: *Vaza Jato. Individual freedoms. Freedom of the press. Limitations.*

1 INTRODUÇÃO

Eventos recentes colocaram a liberdade de expressão, de informação e de imprensa no centro dos debates nacionais. A interceptação e divulgação das supostas mensagens trocadas pelas autoridades públicas atuantes na operação Lava Jato surtiram discussões acaloradas, confusões e dúvidas acerca do exercício de liberdades individuais em confronto com o interesse coletivo. Este artigo conterà os pontos mais significativos da dita operação *Vaza Jato*, no que tange à natureza das divulgações e ao exercício das liberdades e suas restrições. Vale gizar que, nesta abordagem, embora o conteúdo das mensagens divulgadas venha a ser referido, pois inevitável, não será objeto de análise aprofundada.

Os objetivos deste trabalho são apontar os principais elementos jurídicos envolvidos na divulgação de mensagens interceptadas, assim como debater, ainda que resumidamente, os limites ao exercício das liberdades individuais relacionadas à expressão e à veiculação de informações e opiniões no campo jornalístico. Justifica-se a pesquisa pela repercussão que o caso *Vaza Jato* gerou no cenário nacional e internacional e pela necessidade de esclarecer pontos controversos do acontecimento.

No primeiro tópico, serão apontados os aspectos fáticos e jurídicos da divulgação das informações recebidas pelos jornalistas da agência *The Intercept Brasil*, tomando como ponto focal, precipuamente, a conduta profissional jornalística. Já no segundo tópico, será examinada eventual colisão de liberdades – liberdade de expressão jornalística, liberdade de informação da coletividade frente à privacidade dos agentes públicos – buscando a posição da jurisprudência nacional sobre a referida temática.

Passa-se, outrossim, ao desenvolvimento do primeiro tópico.

2 DE LAVA JATO À VAZA JATO – ASPECTOS FÁTICOS E JURÍDICOS.

Deflagrada pela Polícia Federal em 17 de março de 2014, a operação denominada *Lava Jato*³, reuniu em uma só quatro investigações em andamento na época - *Dolce Vita*, *Bidone*, *Casablanca* e *Lava Jato*⁴- as quais tinham como objeto apurar a *prática de crimes financeiros e desvio de recursos públicos* (PF IMPRENSA, [s.d.]).

A Lava Jato, operação ainda em desenvolvimento, é, inegavelmente, a maior operação instaurada no Brasil para o combate à corrupção, trazendo à luz esquemas bilionários de corrupção envolvendo a Petrobrás, empresários de diversos ramos (empreiteiros, doleiros etc.) e políticos, obtendo como resultado, *v.g.*, a prisão de empresários e políticos de renome, a apreensão e bloqueio de bens e a recuperação de valores aos cofres públicos. Com apoio popular e dos meios de comunicação, a Lava Jato conferiu notoriedade e prestígio a agentes da Polícia Federal, do Ministério Público Federal e da Justiça Federal, dentre os quais os maiores expoentes estão os agentes públicos Deltan Dallagnol e Sérgio Moro.

Entretanto, após mais de quatro anos de ter sido deflagrada e ter se popularizado como símbolo do combate à corrupção, a operação Lava Jato encontra-se, agora, possivelmente diante de um desafio de credibilidade gerado pela interceptação de comunicações telemáticas que podem comprometer a retidão de conduta de seus mais notáveis representantes – a ordinariamente denominada *Vaza Jato*.

³ A operação ainda se encontra em andamento – última prorrogação em 12 de agosto de 2019 – prorrogada por mais um ano.

⁴ Dentre elas, as três primeiras *correspondem a títulos de filmes clássicos, escolhidos de acordo com o perfil individual de cada doleiro*. Já a Lava Jato faz referência a *uma rede de lavanderias e um posto de combustíveis de Brasília que era utilizado por uma das organizações criminosas investigadas inicialmente para movimentar dinheiro ilícito*(PF IMPRENSA, [s.d.]).

2.1 VAZA JATO: A LAVA JATO POSTA EM CAUSA.

Em 09 de junho de 2019, o site da agência de notícias *The Intercept*, fundado pelos jornalistas Glenn Greenwald e Jeremy Scahill, tendo como editor executivo no Brasil o jornalista Leandro Demori, iniciou a publicação de uma série de reportagens que denunciavam possíveis irregularidades na relação entre a magistratura e a procuradoria de justiça federais no concernente à *operação Lava Jato*. Essas irregularidades foram noticiadas mediante a apresentação pública (inicialmente por meio da internet, depois pelos demais veículos de comunicação) de mensagens privadas – supostamente fornecidas à *The Intercept Brasil* por fonte protegida pelo anonimato – trocadas no aplicativo digital de mensagens Telegram pelo então juiz Sérgio Moro⁵ e por procuradores da força-tarefa da Lava Jato, liderados pelo procurador Deltan Dallagnol⁶, em Curitiba. O objetivo das reportagens era⁷ *denunciar discussões internas e atitudes altamente controversas, politizadas e legalmente duvidosas* (GREENWALD; REED; DEMORI, 2019) entabuladas pelos procuradores e pelo magistrado.

Considerando que os agentes públicos envolvidos nessas interceptações eram personagens de conhecimento nacional e internacional como idôneos combatentes da corrupção no Brasil, em razão dos resultados da operação Lava Jato, as reportagens da agência *Intercept*⁸ causaram grande polêmica desde o início das divulgações. No âmago dessa polêmica, encontram-se questões jurídico-políticas, vez que o conteúdo das mensagens trocadas pelos envolvidos continha indícios de uma relação de peculiar proximidade entre o então juiz Sérgio Moro e o procurador Deltan Dallagnol, bem como entre os agentes participantes da operação Lava Jato – que poderia ameaçar a imparcialidade necessária ao julgador. Além disso, especialmente um dos desdobramentos da operação acabou por influenciar de forma significativa o campo político nacional. Diz-se isso, pois, a operação que teve como um de seus consectários a prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, de modo a evitar que o potencial

⁵ À época, juiz da 13.^a Vara Criminal Federal de Curitiba.

⁶ Procurador do Ministério Público Federal, coordenador da força-tarefa da Lava Jato – MPP/Paraná.

⁷ Faz-se necessário pontuar que a *The Intercept Brasil* prossegue analisando o material colhido no site telegram e publicando informações que reputam de interesse público.

⁸ Doravante, ao se mencionar apenas agência Intercept, entenda-se a agência *The Intercept Brasil*.

candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) à eleição participasse do pleito de 2018 para a Presidência da República.

Frente a esse cenário, dúvidas permearam o panorama social, político e jurídico, e repercutiam nos meios de comunicação. Necessitava-se saber qual a legitimidade e a licitude da divulgação das mensagens apresentadas pelo site da agência de jornalismo investigativo *Intercept* (Como foram obtidas? São fidedignas? Foram alteradas?). Além disso, não havendo autorização dos envolvidos, nem autorização judicial para intervenção nas comunicações das autoridades públicas, surgiu premente a necessidade de investigar a autoria da interceptação e punir os responsáveis pela conduta indevida (Seriam os próprios jornalistas? Hackers nacionais? Hackers internacionais?). Acrescente-se que outras figuras nacionais de relevo noticiaram também ter seus telefones “invadidos” por hackers, sendo o próprio presidente Jair Bolsonaro e seus familiares possíveis alvos de interceptações ilegais.

2.2 A INTERCEPTAÇÃO E A DIVULGAÇÃO SOB ENFOQUE JURÍDICO.

Concentrando o foco de análise na atuação jornalística, as principais discussões jurídicas respeitam à forma de obtenção das informações, ao direito-dever de divulgação de informações (a princípio privadas), assim como ao direito de sigilo da fonte fornecedora das conversas telemáticas.

No que respeita às informações captadas e divulgadas, inicialmente, calha mencionar o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental ADPF 130, cujo mérito foi considerar a Lei de Imprensa, Lei nº 5.250, de 09 de fevereiro de 1967, por incompatível com a democracia e com os preceitos constitucionais, não recepcionada pela Constituição Federal de 1988. O reconhecimento de incompatibilidade dessa lei – promulgada no período da Ditadura Militar – consolidou a

⁹ A liberdade de imprensa consiste na liberdade de expressão específica da prática jornalística, podendo ser considerada como uma espécie do gênero **liberdade de expressão**, está aplicável a todos conforme a Constituição Federal de 1988.

liberdade de imprensa⁹ como garantia constitucional e encerrou dúvidas quanto a importância para a democracia da liberdade de pensamento, informação e expressão. Consoante o Ministro Carlos Ayres Britto, a Constituição Federal ampliou o regime de **plena liberdade de atuação da imprensa**, pois direitos de personalidade, tais como liberdade de pensamento, criação, expressão e informação, estão a salvo de qualquer restrição em seu exercício, **seja qual for o suporte físico ou tecnológico de sua veiculação**. Ademais, o exercício desses direitos (liberdades) **não está sujeito a outras disposições** legais senão aquelas constantes na própria Constituição Federal. (BRITTO, 2009, p. 52–53).

Como nítido, a proteção de liberdades, tais como as de informação, de pensamento, de expressão e de imprensa, dar-se-á por meio da própria Constituição Federal, lei maior, que não poderá ser contrariada por legislação infraconstitucional que não se adeque aos valores por ela salvaguardados. Corroboram esta afirmação vários incisos do artigo 5º da CF¹⁰, assim como boa parte do conteúdo do capítulo V – DA COMUNICAÇÃO SOCIAL (artigo 220¹¹ e seguintes da Constituição Federal).

Perante tal contexto, é possível depreender que no âmbito da ação profissional jornalística não há qualquer óbice normativo para a publicação de informações de interesse coletivo que tenham chegado à público por fontes anônimas, mesmo que não se tenha conhecimento do modo de sua obtenção. Como referido, há garantias legais de atuação profissional, na própria Constituição Federal, e não há configuração de crime em razão do fato jurídico de **publicar, seja em meio digital ou físico, as comunicações telemáticas**, de relevante interesse social, recebidas anonimamente (no caso telado, se consideradas essas informações fornecidas à agência *Intercept* sem qualquer contrapartida ou obtenção de vantagem).

¹⁰ Por exemplo: Art. 5º, IV - *é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; [...] IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença; [...] XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;* ¹¹ Art. 220. *A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição. § 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV. § 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística. [...]* (CF, 1988, sem grifo no original).

Demais, são deveres do jornalista¹², dispostos no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, levar a público informações que tenha acesso quando constatar conteúdo de interesse público¹³, realizar todas as averiguações da autenticidade do material recebido¹⁴ e garantir aos envolvidos o direito de resposta¹⁵.

Relativamente ao direito de resguardar a fonte das informações recebidas, deve-se ressaltar, em virtude de ter se tornado um dos motivos de grande polêmica, que no rol dos direitos fundamentais¹⁶ do artigo 5º, XIV, CF, assegura-se o *sigilo da fonte*, quando necessário ao exercício profissional. Sendo assim, caso a agência *Intercept* tenha obtido, por intermédio de terceiro e sem sua requisição ou auxílio, o conteúdo das mensagens trocadas pelas autoridades envolvidas na operação Lava Jato, não há que se falar em ilicitude da publicação das produções jornalísticas, quão menos na obrigação da agência de informar as peculiaridades da obtenção do material^{17 18}.

¹² Art. 9º – É dever do jornalista:

Divulgar todos os fatos que sejam de interesse público;

Lutar pela liberdade de pensamento e expressão;

Defender o livre exercício da profissão;

Valorizar, honrar e dignificar a profissão;

Opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração

Universal dos Direitos do Homem;

Combater e denunciar todas as formas de corrupção, em especial quando exercida com o objetivo de controlar a informação;

Respeitar o direito à privacidade do cidadão;

Prestigiar as entidades representativas e democráticas da categoria(CNJP, [s.d.]);

¹³ Art. 3º – A informação divulgada pelos meios de comunicação pública se pautará pela real ocorrência dos fatos e terá por finalidade o interesse social e coletivo. Art. 4º – A apresentação de informações pelas instituições públicas, privadas e particulares, cujas atividades produzam efeito na vida em sociedade, é uma obrigação social(CNJP, [s.d.], sem grifo no original).

¹⁴ Nesse sentido, dispõe o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros: [...]Art. 2º – A divulgação da informação, precisa e correta, é dever dos meios de divulgação pública, independente da natureza de sua propriedade. [...]Art. 7º – O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade dos fatos, e seu trabalho se pauta pela precisa apuração dos acontecimentos e sua correta divulgação(CNJP, [s.d.]).

¹⁵ Art. 15 – O jornalista deve permitir o direito de resposta às pessoas envolvidas ou mencionadas em sua matéria, quando ficar demonstrada a existência de equívocos ou incorreções(CNJP, [s.d.]). E ainda: Art. 5º, V, CF – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem(CF, 1988);

¹⁶ A liberdade e os direitos fundamentais constituem pressuposto e concretização direta da dignidade da pessoa (SARLET, 2007, p. 87).

¹⁷ Consoante declarado no site da agência em 09 de junho de 2019: o *The Intercept Brasil* publicou hoje três reportagens explosivas[...]. Produzidas a partir de arquivos enormes e inéditos incluindo mensagens privadas, gravações em áudio, vídeos, fotos, documentos judiciais e outros itens – **enviados por uma fonte anônima**, as três reportagens revelam comportamentos antiéticos e transgressões que o Brasil e o mundo têm o direito de conhecer(GREENWALD; REED; DEMORI, 2019, sem grifo no original).

¹⁸ Em razão, justamente, de propiciar segurança àqueles que pretendam realizar denúncias, informar crimes, ou enviar documentos de forma sigilosa, alguns veículos jornalísticos proporcionam uma forma anônima de contato, a exemplo da plataforma *SecureDrop* (*SecureDrop is an open source whistleblower submission system news organizations can install to safely and anonymously receive documents and tips from sources. It is used at over 50 news organizations worldwide, including The New York Times, The Washington Post, ProPublica, The New Yorker, and The Intercept.*). Disponível em : <https://securedrop.org/>, acesso em 10 ago. 2019.

Independentemente do *modus operandi* dos interceptadores, o papel da imprensa é divulgar as informações tais quais recebidas, mediante a avaliação de informação de interesse público, da plausibilidade e da veracidade do conteúdo recebido e desde que não sejam partícipes de uma interceptação ilegítima. Demais, os jornalistas da *Intercept*, afirmam que se acautelaram em realizar todas as verificações possíveis para atestar a legitimidade do material recebido e que não realizam nenhuma outra edição que não seja a de ocultar informações privadas, resguardando as mensagens que não sejam de interesse público (GREENWALD; REED; DEMORI, 2019).

Todavia, no concernente à interceptação telemática – *in casu*, supostamente realizada por hackers – verifica-se um fato típico penal, vez que o artigo 10, da Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, que regulamentou o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal¹⁹, dispõe como crime, punido com pena de reclusão – de dois a quatro anos – e multa, realizar *interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática, ou quebrar segredo da Justiça, sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei*. Por consequência, aquele que realizar a interceptação sem autorização ou fora das hipóteses legais, *v.g.* hackers, jornalistas, políticos, agentes públicos, cometem crime e devem responder pela conduta tipificada.

Em razão da natureza da restrição à liberdade (direito fundamental, direito da personalidade), por meio da interceptação, o legislador designou critérios que devem ser criteriosamente sopesados para permitir que um juiz, e apenas ele, autorize a interceptação de informações de terceiros. Esses critérios exigidos pela lei²⁰, obrigam a autoridade requerente, e, especialmente, o julgador a realizar uma avaliação prévia das circunstâncias fáticas e jurídicas²¹ e, somente após tal consideração, admitir ou denegar a interferência na esfera privada alheia. Assim, no caso em comento, comprovando-se não haver qualquer relação indevida entre os jornalistas e o interceptador (ou interceptadores), este responderá pelo crime (art. 10, Lei nº. 9.296/1996), ficando

¹⁹ XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal (CF, 1988, sem grifo no original);

²⁰ Conforme o artigo 2º, da Lei nº 9296/96, exige-se (a contrario sensu): indícios razoáveis da autoria ou participação em infração penal; que a prova não possa ser feita por outros meios disponíveis; e que o fato investigado constitua infração penal punida, minimamente, com pena de detenção.

²¹ Segundo Robert Alexy: “O objetivo desse sopesamento é definir qual dos interesses – que *abstratamente* estão no mesmo nível – tem maior peso no caso concreto [...]” (ALEXY, 2011, p. 95, grifo do autor).

os jornalistas isentos de qualquer imputação e punição – considerando, assim, que agiram sob o amparo da Constituição Federal, dentro da legalidade.

Relativamente aos responsáveis pela interceptação dos dados, proveitoso mencionar que um dos hackers presos pela Polícia Federal²², em 23 de julho do ano corrente, Walter Delgatti Neto, declarou, perante as autoridades policiais, ter enviado o material para a *Intercept* (ao jornalista Glenn Greenwald)²³, por intermédio de uma conta criada no aplicativo Dropbox, independentemente de qualquer vantagem ou contrapartida financeira, em 12 de maio de 2019 (ESTADÃO, 2019). Afirmou, outrossim, que não procedeu com nenhuma adulteração do conteúdo extraído do aplicativo Telegram, aduzindo acreditar não ser sequer possível realizar edição das mensagens extraídas, em virtude do formato de arquivamento adotado pelo aplicativo²⁴.

²² Quatro pessoas foram detidas pela Polícia Federal: Walter Delgatti Neto, Gustavo Henrique Elias Santos, Danilo Cristiano Marques e Suellen Priscila de Oliveira (OLIVEIRA, 2019).

²³ O contato do jornalista teria sido possível por meio de intermediação da ex-candidata à vice-presidência, Manoela D'Ávila.

²⁴ Segue trecho do depoimento concedido por Walter Delgatti Neto aos agentes da Polícia Federal: *INQUIRIDO(A) A RESPEITO DOS FATOS, RESPONDEU: [...] QUE através da agenda da conta do TELEGRAM do Promotor MARCEL ZANIN teve acesso ao número de um Procurador da República, cujo nome não se recorda, o qual participava de um grupo do TELEGRAM denominado "VALORIZA MPF"; QUE se recorda que o criador desse grupo era o Procurador da República ROBALINHO; QUE através da agenda da conta TELEGRAM de um dos Procuradores da República que participava do grupo "VALORIZA MPF" conseguiu acesso ao número telefônico do Deputado Federal KIM KATAGUIRI; QUE através da agenda do TELEGRAM do Deputado Federal KIM KATAGUIRI obteve o número do Ministro do STF ALEXANDRE DE MORAES; QUE, do mesmo modo, teve acesso ao código da conta do TELEGRAM vinculada ao Ministro do STF ALEXANDRE DE MORAES e obteve o número telefônico do ex-Procurador Geral da República RODRIGO JANOT; QUE por meio da agenda do TELEGRAM de RODRIGO JANOT obteve então os telefones de membros da Força Tarefa da Lava Jato no Paraná, dentre os quais os Procuradores da República DELTAN DALLAGNOL, ORLANDO MARTELO JÚNIOR e JANUÁRIO PALUDO; QUE todos os acessos às contas do TELEGRAM das autoridades públicas acima mencionadas ocorreram entre março e maio de 2019; QUE somente armazenou o conteúdo das contas de TELEGRAM dos membros da Força Tarefa da Lava Jato do Paraná, pois teria constatado atos ilícitos nas conversas registradas; QUE dentre as conversas registradas pode citar assuntos relacionados ao Procurador da República DIOGO CASTOR, que foi afastado por ter financiado um outdoor em Curitiba/PR; QUE pode afirmar que não realizou qualquer edição dos conteúdos das contas de TELEGRAM das quais teve acesso; QUE acredita não ser possível fazer a edição das mensagens do TELEGRAM em razão do formato utilizado pelo aplicativo; QUE através da agenda do TELEGRAM do Procurador DELTAN DALLAGNOL teve conhecimento do número de telefone utilizado pelo Ministro SÉRGIO MORO; QUE obteve o código do TELEGRAM e criou uma conta no aplicativo vinculada ao número telefônico do Ministro SÉRGIO MORO; QUE também através da agenda do Procurador DELTAN DALLAGNOL teve acesso aos números telefônicos de membros do TRF 2, tais como o Desembargador ABEL GOMES e o Juiz Federal FLÁVIO; QUE não se recorda de ter acessado contas de TELEGRAM de Delegados da Polícia Federal lotados no estado de São Paulo; QUE não obteve nenhum conteúdo das contas de TELEGRAM do Ministro SÉRGIO MORO e dos Magistrados Federais do estado do Rio de Janeiro; QUE também teve acesso ao conteúdo das contas do TELEGRAM de membros do Ministério Público Federal que atuam no caso "GREENFIELD"; QUE não encontrou nada ilícito no conteúdo das conversas dos Procuradores da República que atuam no caso "GREENFIELD"; QUE em um domingo, mais precisamente na comemoração do Dia das Mães de 2019, procurou o jornalista GLENN GREENWALD para enviar o conteúdo das contas do TELEGRAM dos Procuradores da República DELTAN DALLAGNOL, ORLANDO MARTELO JÚNIOR, DIOGO CASTOR e JANUÁRIO PALUDO; QUE resolveu procurar o jornalista GLENN GREENWALD por saber de sua atuação nas reportagens relacionadas ao vazamento de informações do governo dos EUA, conhecido como o caso SNOWDEN; QUE conseguiu telefone do jornalista GLENN GREENWALD através da ex-candidata MANOELA D'ÁVILA; QUE obteve o telefone da MANOELA D'ÁVILA através da lista de contatos do TELEGRAM da ex-presidente DILMA ROUSSEFF; QUE por sua vez conseguiu o telefone da ex-presidente DILMA ROUSSEFF através da lista de contato do TELEGRAM do ex-governador PEZÃO; QUE não se recorda como teve acesso ao número de telefone do ex-governador PEZÃO; QUE até hoje mantém em seu computador os atalhos de*

Até as presentes investigações, resta plausível que as mensagens publicadas pelo site *Intercept* tenham sido recebidas sem contrapartida, bem como não tenham sofrido alterações em seu conteúdo (ainda não havendo provaem contrário). Todavia, nada se pode afirmar peremptoriamente, tendo em vistaque as investigações sobre o fato permanecem em curso.

Vale, pois estranhamente aventado, comentar, apenas por amor ao debate e para extirpar qualquer tipo de indagação ou confusão acerca do tema, que a importada *teoria dos frutos da árvore envenenada*²⁵ (STF, [s.d.]) **não temqualquer cabimento na avaliação da ação jornalística**. Como dito, o *modus operandi* de obtenção, por parte de terceiros, do substrato utilizado para a criação do dito vulgarmente “furo de reportagem” não estende sua eventual ilicitude à prática de imprensa. Quão menos cabe essa teoria fora de uma análiseprocessual de provas em benefício ou prejuízo do réu – frise-se: a atividade profissional de comunicação por meio de conteúdo obtido de forma ilícita por outrem, **não se confunde** com a avaliação desse mesmo conteúdo

acessos das contas de TELEGRAM da ex-presidente DILMA ROUSSEFF e do ex-governador PEZÃO; QUE não armazenou nenhum conteúdo das contas doTELEGRAM da ex-presidente DILMA ROUSSEFF e do ex-governador PEZÃO, tendo em vista que eram contas com poucas mensagens; QUE na manhã do Dia das Mães de 2019, ligou diretamente para MANOELA D'ÁVILA afirmando que possuía o acervo de conversas do MPF contendo irregularidades; QUE ligou para MANOELA D'ÁVILA diretamente da sua conta do TELEGRAM e disse em precisava do contato do jornalista GLENN GREENWALD; QUE a princípio MANOELA D'ÁVILA não estava acreditando no DECLARANTE, motivo pelo qual fez oenvio para ela de uma gravação de áudio entre os procuradores da República ORLANDO e JANUÁRIO PALUDO; QUE no mesmo domingo do Dia das Mães, cerca de 10 minutos após terenviado o áudio, recebeu uma mensagem no TELEGRAM do jornalista GLENN GREENWALD, que afirmou ter interesse no material, que possuiria interesse público; QUE começou a repassar para GLENN GREENWALD os conteúdos das contas de TELEGRAM que havia obtido; QUE como o acervo era muito volumoso, optou, juntamente com o GLENN GREENWALD alterar o método de envio do material; QUE assim, criou uma conta no Dropbox, enviou o material e repassou a senha para GLENN GREENWALD; QUE em nenhum momento passou seus dados pessoais para GLENN GREENWALD; QUE GLENN GREENWALD ou qualquer jornalista de suaequipe conhece o DECLARANTE; QUE nunca recebeu qualquer valor, quantia ou vantagem em troca do material disponibilizado ao jornalista GLENN GREENWALD; QUE o material disponibilizado ao GLENN GREENWALD foi obtido exclusivamente pelo acesso a contas do TELEGRAM; QUE a partir do acesso que teve a contas do TELEGRAM de diversas autoridades públicas; QUE conhece GUSTAVO HENRIQUE ELIAS DOS SANTOS, SUELEN PRISCILA DE OLIVEIRA e DANILO CRISTIANO MARQUES desde a infância em Araraquara/SP; QUE nenhum momento repassou para GUSTAVO, SUELEN ou DANILO a técnica que criou para acessar contas do TELEGRAM (SAIGG, 2019, grifado no original);

²⁵ Sobre a origem e a definição da *teoria dos frutos da árvore envenenada* (*fruits of the poisonou tree*), oportuno citar: *A produção de prova ilícita pode ser de extrema prejudicialidade ao processo. Os efeitos da ilicitude podem transcender a prova viciada, contaminando todo o material dela decorrente. Em um juízo de causa e efeito, tudo que é originário de uma prova ilícita seria imprestável, devendo ser desentranhado dos autos. A teoria dos frutos da árvore envenenada também é conhecida como teoria da ilicitude derivada ou, ainda, teoria da mácula (taint doctrine).*

Por esta teoria, de origem na Suprema Corte norte-americana, a prova ilícita produzida (árvore), tem o condão de contaminar todas as provas dela decorrentes (frutos). Assim, diante de uma confissão obtida mediante tortura, prova embrionariamente ilícita, cujas informações deram margem a uma busca e apreensão formalmente íntegra, é imperioso reconhecer que esta busca e apreensão está contaminada, pois decorreu de uma prova ilícita. Existindo prova ilícita, as demais provas dela derivadas, mesmo que formalmente perfeitas, estarão maculadas no seu nascedouro. Este é o entendimento, inclusive, do Supremo Tribunal Federal (TÁVORA; ALENCAR, 2017, p. 630–631).

probatório no âmbito de um processo judicial penal. A conduta jornalística analisada, com os subsídios colhidos até então, configura **exercício de liberdades e a necessária manutenção do regime democrático por meio da proteção das informações jornalísticas verídicas e de interesse público.**

Relativamente ao direito-dever dos jornalistas de divulgarem informações de interesse coletivo e ao direito de privacidade dos agentes envolvidos, cumpre debater a possível colisão de liberdades em tópico específico²⁶.

3 REFLEXÃO SOBRE A COLISÃO DE LIBERDADES.

No presente tópico, a análise será direcionada à legitimidade, propriamente, da conduta jornalística narrada anteriormente, independentemente de autorização dos eventuais envolvidos. Como facilmente se percebe, na situação em estudo está em jogo a disputa entre a liberdade de expressão e de informação, de um lado, e os denominados direitos da personalidade, de outro, estando compreendidos, nesta categoria, os direitos à honra, à imagem e à vida privada.

3.1 O INTERESSE PRIVADO VERSUS O INTERESSE PÚBLICO.

Os critérios tradicionais aptos a solucionar conflitos normativos (hierárquico, temporal e especialização) – de forma geral, não são aptos para resolver conflitos entre normas constitucionais, especialmente os que versam sobre direitos fundamentais²⁷.

Como se sabe, por força do princípio da unidade da Constituição, não

²⁶ A dificuldade de sopesar os conflitos *entre liberdades subjetivas* é a de estabelecer a preponderância entre as *liberdades pressupostas* (CACHAPUZ, 2017, p. 43).

²⁷ Na colisão entre a liberdade de informação e de expressão, de um lado, e os direitos da personalidade, de outro, algumas

há falar em hierarquia jurídica entre normas constitucionais (não se desconhece a aceitação uma hierarquia axiológica, segunda a qual determinadas normas influenciariam o sentido e alcance de outras, independentemente de uma superioridade formal) e os direitos fundamentais não apenas figuram na mesma posição jurídica, como também ocupam o mesmo patamar axiológico, todos na condição de cláusulas pétreas, segundo a previsão do artigo 60, §4º, IV, da CF/88.²⁸

Esse reconhecimento enseja algumas consequências relevantes quando se está diante de equacionamento de colisões de direitos fundamentais. A primeira delas é óbvia, de certa forma, pois, se não há hierarquia entre eles, não é possível estabelecer uma regra abstrata e permanente de preferência de um sobre o outro, devendo ser apurada a solução para cada caso concreto analisado. A segunda está voltada à atuação do Poder Legislativo diante das colisões de direitos dessa natureza. O entendimento que prevalece é de que a lei não pode impor solução rígida e abstrata para esta colisão, tal como todas as outras, autorizando o julgador, diante das particularidades do caso concreto, afastar eventual fórmula legal se ela produzir uma situação indesejada pela Constituição.

De todo modo, o que deve ser ressaltado, inicialmente, é que a ponderação será a técnica empregada pelo aplicador, seja na ausência de parâmetros legislativos de solução, seja diante deles, para verificação de sua adequação ao caso.²⁹

Assentadas sucintamente essas premissas teóricas, será analisado o conflito específico da situação em exame – liberdade de informação e expres-

²⁸ Artigo 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta: (...) §4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: (...)IV – os direitos e garantias individuais.

²⁹ A ponderação, portanto, é uma técnica aplicável aos casos mais complexos, quando insuficiente a subsunção, sobretudo, como destacou o Ministro Barroso, “quanto norma de mesma hierarquia indicam soluções diferenciadas”. Para ele, a ponderação consiste em um processo de três etapas, a primeira, na qual o intérprete reconhece e destaca as normas relevantes para solução do caso, notadamente a existência de conflitos entre elas. A segunda etapa está voltada às circunstâncias do caso concreto, bem como a sua interação com os elementos normativos, e a terceira etapa, em que irá se diferenciar a ponderação, serão examinados os grupos de normas e as repercussões dos fatos no caso concreto, de forma conjunta, a fim de apurar os pesos a serem atribuídos aos diversos elementos em disputa, e, portanto, o grupo de normas a preponderar no caso concreto. (BARROSO, 2004)

são e direitos da personalidade.

Os direitos da personalidade³⁰, reconhecidos como direitos autônomos e dos quais todo indivíduo é titular, são oponíveis a toda a coletividade e também ao Estado, cuja violação nem sempre produz prejuízos com repercussões econômicas ou patrimoniais.

Na doutrina, comumente, classificam-se os direitos da personalidade em dois grupos: a) direitos à integridade física, englobando, aqui, o direito à vida, o direito ao próprio corpo e o direito ao cadáver; e b) direitos à integridade moral, rubrica no qual se inserem os direitos à honra, à liberdade, à vida privada, à intimidade, à imagem, ao nome e o direito moral do autor, entre outros.

Para esse estudo, interessam mais diretamente os direitos do segundo grupo, em especial os direitos à vida privada, à intimidade, à honra e à imagem e, mais ainda, uma outra questão relacionada pela doutrina e jurisprudência e de suma importância para a situação em baila: o grau de exposição pública da pessoa, em razão de seu cargo ou atividade. A privacidade de indivíduos de vida pública sujeita-se a parâmetro de aferição menos rígidos do que os de vida estritamente privada.

Em contrapartida, grosso modo, do outro lado do conflito analisado, estão as liberdades de informação e de expressão³¹, sendo a primeira ligada ao direito individual de comunicar livremente fatos e, contrariamente, de ser deles informado; e a segunda, por sua vez, destinada a tutelar o direito de externar ideias, opiniões, juízos de valor, em síntese, qualquer manifestação do pensamento humano.

A liberdade de informação se insere na liberdade de expressão em sentido amplo, mas apresentam requisitos diversos. A liberdade de informação não pode prescindir da verdade, o que não se espera da liberdade de expres-

³⁰ Constituição Federal - Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação; Código Civil – Art. 21. A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma.

³¹ Constituição Federal – Art. 5º (...) IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; (...) V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além de indenização por dano material, moral, ou à imagem; (...) IX – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica ou de comunicação, independentemente de censura ou licença; (...) XIV – é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

são. A diferenciação deve observar um critério de prevalência: haverá exercício de direito de informação quando a finalidade da manifestação for a comunicação de fatos noticiáveis, cuja caracterização vai repousar no critério da veracidade.³²

A liberdade de imprensa³³, igualmente, tem assento constitucional, a qual foi reconhecida aos meios de comunicação em geral de comunicarem fatos e ideias, envolvendo, desse modo, tanto a liberdade de informação como a de expressão.

Segundo o Ministro Barroso, as liberdades de expressão e informação manifestam um caráter individual e, nesse sentido, funcionam como meios para o desenvolvimento da personalidade e, igualmente, atendem ao inegável interesse público da livre circulação de ideias, tomando uma dimensão eminentemente coletiva. (BARROSO, 2004)

Desse modo, na situação em análise, a divulgação de fatos relacionados com a atuação do Poder Público ganha ainda mais relevo em um regime republicano, em que os agentes públicos praticam atos em nome do povo e a ele devem satisfações. A publicidade de atos praticados por agentes públicos é, talvez, a única forma de controlá-los.

Assim, a conclusão a que se chega é de que há interesse público na divulgação de informações³⁴, ainda que presumido, e a superação desta presunção, por algum outro interesse, seja público ou privado, somente poderá ocorrer em situações excepcionais. Em tese, como regra geral, não se admitirá a limitação da liberdade de expressão e de informação, tendo-se em conta a posição de preferência de que essas garantias gozam³⁵.

³² Conforme a doutrina de Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho, de um lado, está o direito de informação e, de outro, a liberdade de expressão. No primeiro encontra-se apenas a divulgação de fatos, dados, qualidades, objetivamente apurados. No segundo, está a livre expressão de pensamento, por qualquer meio, seja a criação artística ou literária, que inclui o cinema, o teatro, a novela, a ficção literária, as artes plásticas, a música, até mesmo a opinião publicada em jornal ou em qualquer outro veículo. (GRADINETTI, 1999, p. 25)

³³ Constituição Federal – art. 220. A manifestação do pensamento, criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição. §1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII E XIV, da CF/88. §2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

³⁴ Quando se fala em interesse público como uma espécie de limite à liberdade de expressão e informação, deve-se atentar para o fato de que o argumento não pode ser utilizado de forma arbitrária para a prática dos mais variados cerceamentos de liberdades individuais, seja de imposição de censura, seja por outras formas de violação.

³⁵ Conforme menciona Edilson Pereira de Farias, a liberdade de expressão e informação, acrescida dessa perspectiva de instituição que participa de forma decisiva na orientação da opinião pública na sociedade democrática, passa a ser estimada como elemento condicionador da democracia pluralista e como premissa para o exercício de outros direitos fundamentais. (FARIAS, 2000, p. 167)

3.2 POSICIONAMENTO JURISPRUDENCIAL.

As balizas legais e constitucionais trazidas anteriormente se refletem, de maneira ampla, no atual entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal. Em julgamento recente, no Ag. Reg. na Reclamação nº 28.747/PR - Paraná, a mesma temática trazida no presente estudo foi abordada pelos Ministros, quando do enfrentamento da matéria.

Naquela ocasião, o Relator, Ministro Alexandre de Moraes, juntamente com o Ministro Marco Aurélio, ficou vencido em sua posição, restando julgado o feito da seguinte forma:

EMENTA: AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. DIREITO CONSTITUCIONAL. DETERMINAÇÃO DE RETIRADA DE CONTEÚDO DA INTERNET. DECISÃO PROFERIDA EM SEDE DE TUTELA ANTECIPADA. CONFIGURAÇÃO DE CENSURA PRÉVIA. VIOLAÇÃO À ADPF 130. AGRAVO INTERNO PROVIDO.

A liberdade de informação e de imprensa são apanágios do Estado Democrático de Direito.

O interesse público premente no conteúdo de reportagens e peças jornalísticas reclama tolerância quanto a matérias de cunho supostamente lesivo à honra dos agentes públicos.

A medida própria para a reparação do eventual abuso da liberdade de expressão é o direito de resposta e não a supressão liminar de texto jornalístico, antes mesmo de qualquer apreciação mais detida quanto ao seu conteúdo e potencial lesivo.

A reclamação tendo como parâmetro a ADPF 130, em casos que versam sobre conflitos entre liberdade de expressão e informação e a tutela de garantias individuais como os direitos da personalidade, é instrumento cabível, na forma da jurisprudência (Precedentes: Rcl 22328, Rel. Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, DJe 09/05/2018; Rcl 25.075, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 31/03/2017).³⁶

A situação analisada versava sobre uma reclamação interposta contra decisão do 8º Juizado Especial Cível de Curitiba/PR, a qual teria desrespeitado a autoridade da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF 130 (Rel. Min. Ayres Britto, Pleno, DJe de 06/11/2009, antes colacionada).

O reclamante figurava como réu em ação de indenização por danos morais ajuizada por Delegada da Polícia Federal, na qual é acusado de haver veiculado matérias jornalísticas atentatórias à honra da agente pública,

Delegada da Polícia Federal, atuante na operação lava a jato. Segundo narrou, “além de requerer reparação pecuniária pelas alegadas ofensas, a mencionada agente postulou, em sede de tutela de urgência, a retirada de matérias publicadas do blog do jornalista bem como a proibição de que o mesmo jornalista divulgue novas matérias acerca de sua atuação na ‘Operação Lava Jato’”.

A controvérsia teve início quando o reclamante publicou, em seu blog, reportagens criticando os vazamentos de informações sigilosas à imprensa, ocorridas no âmbito da Operação Lava Jato, e os imputava à mencionada Delegada.

O voto divergente, vencedor, liderado pelo Ministro Luiz Fux, entendeu, inicialmente, pelo cabimento da reclamação e sua adequação ao paradigma invocado (ADPF 130) como parâmetro para o ajuizamento de reclamações que versam sobre conflitos entre liberdades de expressão e de informação e a tutela de garantias individuais, como os direitos da personalidade.

Quanto ao mérito debatido, o Ministro Luiz Fux sustentou que o Direito não pode ficar inerte perante violações a direitos da personalidade, nem pode colocar aprioristicamente a liberdade de expressão em patamar tão elevado, que negue a possibilidade de guarida a quem sofrer danos decorrentes de seu exercício abusivo. Todavia, ressaltou a necessidade de uma maior tolerância quanto a matérias de cunho potencialmente lesivo à honra dos agentes públicos, especialmente quando existente, como no caso analisado, interesse público no conteúdo das reportagens e peças jornalísticas excluídas do *blog* por determinação judicial.

³⁶ Ag Reg. Recl. 28747/PR- PARANÁ, Relator Min. Alexandre de Moraes, Redator para Acórdão Min. Luiz Fux, DJe 09/11/2018, public. 12/11/2018.

Para o Ministro, existiam dois motivos distintos pelos quais os fatos noticiados poderiam ser considerados como de interesse público. Primeiramente, sinalou o interesse da sociedade em controlar o proceder de autoridades policiais, mormente quanto presente a possibilidade de cometimento de abusos de suas funções. Em segundo lugar, mencionou que há interesse da sociedade em zelar pela higidez de empreitadas anticorrupção como a Lava Jato, cuidando para que não haja excessos ou enviesamentos no decorrer dessas investigações e para que ilegalidades não venham a macular ou obstaculizar seu progresso.

Segundo o Ministro Luiz Fux, o tom de reprovação com que o reclamante se referiu à Delegada não foi motivo suficiente para impedir que se teçam as referidas críticas. Ademais, argumentou que vedar a publicação de matérias ao argumento de não restarem comprovadas a contento suas alegações pode gerar indesejável efeito inibidor da mídia, que passaria a ter de se comportar como verdadeira autoridade policial na busca da verdade material.

Por último, disse que a não desejada proliferação das nocivas *fake News*, não pode fazer com que o judiciário limite desenfreadamente o exercício da atividade jornalística. Para o Ministro, “(...) *O que se quer, dos jornalistas e propagadores de opiniões em geral, nesta senda, é o exercício responsável e diligente de suas funções, sendo possível a responsabilização ulterior por excessos comprovadamente cometidos.*”.

Com base nessas razões, aqui destacadas de forma sucinta, a maioria dos Ministros participantes do julgamento concluiu que a decisão reclamada (que determinou a retirada da matéria do blog) violou entendimento firmado pelo Plenário do Supremo, na ADPF 130, Rel. Min. Ayres Britto, porquanto diante de matéria de interesse público que versa sobre autoridade pública, e sem prévia apuração da diligência ou dolo do jornalista, restringindo, indevidamente, a liberdade de expressão.

Assim, com base no julgado colacionado, é possível depreender as diretrizes traçadas pelo Supremo Tribunal Federal quanto ao tema, especialmente depois do julgamento da ADPF 130, priorizando a livre circulação de notícias, autorizada, em caso de publicação ofensiva, eventual reparação civil e criminal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização da mídia, por quaisquer dos seus meios de atuação (televisão, rádio, jornal impresso ou virtual, internet, aplicativos etc.), embora tenha sido um instrumento de informação, de auxílio na repercussão de feitos e no prestígio da operação Lava Jato e, portanto, de construção da opinião pública como uma aliada ao combate à corrupção no Estado brasileiro, prestou-se também, em evento recente, a trazer dúvidas quanto à conduta das autoridades envolvidas na operação. A divulgação das mensagens pelo site *The Intercept Brasil* pode ter reduzido a esperança popular de mudanças sociais e progresso institucional, em uma sociedade já tão descrente de suas instituições.

Nesta análise, foi possível verificar e concluir que a atuação jornalística, até o presente momento, não configurou prática de crime, mas o legítimo exercício das liberdades de expressão, de pensamento, de informação e de imprensa. Qualquer tipo de censura, prévia ou atual, de imputação criminal, ou de ameaça à atividade de comunicação social jornalística, configurará, frente aos subsídios fornecidos pela investigação e pelas declarações dos envolvidos atualmente, violação de direitos e garantias fundamentais, de direitos da personalidade, além de manifesta ilegalidade, assim como afronta ao Estado Democrático de Direito.

Conclui-se, destarte, não haver fato típico criminal na conduta jornalística, pois garantida pela Constituição Federal e fundamental para a manutenção da democracia nacional. Entretanto, resta patente a ação típica, ilícita, e aparentemente punível, dos responsáveis pela interceptação telemática sem autorização judicial e desatendendo às determinações legais.

Demais, como narrado, a teoria dos frutos da árvore envenenada não cabe nesta discussão. Não se trata, a presente análise, de exame do cabimento de provas processuais, nem mesmo de suspeição judicial ou de anulação de procedimentos ou provas. Trata-se apenas do exercício regular e constitucionalmente assegurado de um direito, de uma liberdade fundamental – a liberdade jornalística de expressar-se. Assim, as restrições a liberdades apenas terão justificativa após uma séria e ampla ponderação das circunstâncias fá-

ticas e dos valores envolvidos, gerando por consequência a conclusão de que o interesse público, no caso analisado, deverá preponderar sobre o privado.

REFERÊNCIAS

9.296, L. N. LEI Nº 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9296.htm>. Acesso em: 30 jul. 2019.

ALEXY, R. **Teoria dos direitos fundamentais**. 2 ed. ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2011.

BARROSO, Luís Roberto. **Colisão entre liberdade de expressão e direitos da personalidade. Critérios de ponderação. Interpretação Constitucionalmente adequada do Código Civil e da Lei de Imprensa**. Revista de Direito Privado. vol. 18, 2004.

BRITTO, C. A. **ADPF 130 - Voto Relator**. Brasília: [s.n.]. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/adpf130.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2019.

CACHAPUZ, M. C. M. **A obrigação pelo discurso jurídico**. PORTO ALEGRE: Sérgio Antônio Fabris, 2017.

CARVALHO, Luis Gustavo Grandinetti Castanho de. **Direito de Informação e liberdade de expressão**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

CF, A. N. C. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 28 jul. 2019.

CNJP, C. N. DOS J. P. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros | ABI**. Disponível em: <<http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

ESTADÃO. **Manuela D'Ávila intermediou contato entre hacker e Greenwald**. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/hacker-diz-que-manuela-davila-intermediou-contato-com-greenwald/>>. Acesso em: 29 jul. 2019.

FARIAS, Edilsom Pereira de. Colião de Direitos. **A Honra, a intimidade, a vida privada e a imagem versus a liberdade de expressão e informação**. 2ª ed. atual. Porto Alegre: 2000.

GREENWALD, G.; REED, B.; DEMORI, L. **Por que o Intercept publicou chats privados da Lava Jato**. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/06/09/editorial-chats-telegram-lava-jato-moro/>>. Acesso em: 26 jul. 2019.

OLIVEIRA, J. **Prisão dos “hackers”, o que se sabe até agora e as perguntas sem resposta | Política | EL PAÍS Brasil**. Disponível em: <https://brasil.el-pais.com/brasil/2019/07/25/politica/1564057812_794353.html>. Acesso em: 29 jul. 2019.

PF IMPRENSA, P. F. **Operação Lava Jato — Polícia Federal**. Disponível em: <<http://www.pf.gov.br/imprensa/lava-jato>>. Acesso em: 17 ago. 2019.

SAIGG, M. Hacker conta em depoimento como chegou a arquivos de Deltan Dallagnol e os repassou a Glenn Greenwald e diz que não recebeu dinheiro pelo material. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/26/hacker-diz-em-depoimento-como-chegou-aos-arquivos-de-deltan-e-que-nao-recebeu-dinheiro-pelo-material.ghtml>>. Acesso em: 17 ago. 2019.

SARLET, I. W. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais**. 5 ed. rev. ed. PORTO ALEGRE: Livraria do Advogado, 2007.

STF, S. T. F. **TEORIA DOS FRUTOS DA ÁRVORE ENVENENADA**. Disponível em: <[http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarTesauro.asp?txtPesquisaLivre=TEORIA DOS FRUTOS DA ÁRVORE ENVENENADA](http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarTesauro.asp?txtPesquisaLivre=TEORIA%20DOS%20FRUTOS%20DA%20%C3%81RVORE%20ENVENENADA)>. Acesso em: 18 ago. 2019.

TÁVORA, N.; ALENCAR, R. R. **Curso de direito processual penal**. 2. ed. rev. ed. Salvador: Ed. JusPodivm, 2017.

O IMPACTO DAS *FAKE NEWS* EM TEMPOS DE PANDEMIA

Lavínia Klein dos Santos¹

André Gobbo²

¹Bacharel do curso de Administração do Centro Universitário Avantis – UniAvan. E-mail:laviniaklein@hotmail.com.

²Doutor em Educação Científica e Tecnológica (UFSC). Mestre em Educação. Reitor do Centro Universitário Avantis – UniAvan. E-mail: andre.gobbo@uniavan.edu.br.

RESUMO

A pandemia da COVID-19 tem sido um dos assuntos mais comentados nas redes sociais. Desde o início desta crise de saúde, com reflexos econômicos, as notícias se tornaram um recurso valioso para os cidadãos e, como algo novo, é comum que as pesquisas sobre o assunto cresçam exponencialmente. Porém, no meio de tantas postagens nas redes sociais existem diversos compartilhamentos de textos e vídeos sem a comprovação da fonte e da veracidade do conteúdo, o que acaba por esse ser um terreno fértil para a disseminação de informações falsas, ou *fake news*, as quais são capazes de contribuir para o aumento do caos e influenciar na má orientação da população. Com o propósito do melhor entendimento sobre a temática, o presente artigo tem embasamento científico com revisão bibliográfica e documental sobre o SARS-CoV-2, causador da atual pandemia de COVID-19, com o propósito de expor o desequilíbrio que as *fakes news* causam nas mídias tradicionais e digitais.

Palavras-chave: Notícias Falsas. Redes Sociais. Pandemia

THE IMPACT OF FAKE NEWS IN PANDEMIC TIMES

ABSTRACT

The COVID-19 pandemic has been one of the most talked about topics on social media. Since the beginning of this health crisis, with

economic consequences, news has become a valuable resource for citizens and, as something new, it is common for research on the subject to grow exponentially. However, in the midst of so many posts on social networks, there are several sharing of texts and videos without proof of the source and the veracity of the content, which turns out to be a fertile ground for the dissemination of false information, or fake news, which are capable of contributing to the increase of chaos and influencing the population's misdirection. In order to better understand the subject, this article has a scientific basis with a bibliographic and documentary review on SARS-CoV-2, which causes the current COVID-19 pandemic, with the purpose of exposing the imbalance that fake news causes. in traditional and digital media.

Keywords: Fake News. Social Networks. Pandemic.

1 INTRODUÇÃO

As redes sociais vêm ganhando espaço na Era da Comunicação, se tornando um dos maiores meios para o compartilhamento de experiências e informações, de forma imediata e em nível global. Constituiu-se, na contemporaneidade, como uma ferramenta que proporciona o engajamento para a criação de conteúdos individuais ou empresariais, dando oportunidade para atingir um maior número de internautas (HUNT, 2010).

O poder das pessoas de criar e postar conteúdos abundantemente nas mídias sociais para gerar *views* – visualizações, sem filtro de verificação da veracidade – constitui-se o estopim para a circulação de informações falsas. Contrário às redes sociais, devido ao seu poder de influência na sociedade contemporânea, Lanier (2018) explica que a desinformação faz os usuários da internet compartilharem *fake news* só porque outras pessoas estão vendo o mesmo vídeo, ou, então, lendo a mesma matéria e, propositalmente, compartilhando-os. Esses conteúdos são gerados justamente para chamar a atenção, porém tais notícias ou comentários falsos acabam por gerar resultados negativos à sociedade.

A preocupação sobre a disseminação de *fake news* cresce nesse momento atual quando o mundo assiste a disseminação do novo vírus SARS-CoV-2, causador da COVID-19. A curiosidade e até certo sentimento de impotência sobre a propagação dessa doença, inédita para o mundo, faz com que as pessoas busquem por informações nas suas redes sociais, seara em que há dados verdadeiros, mas também falsos, os quais, por sua vez, são capazes de deflagrar certo pânico entre a população (TASNIM; HASSAIN; MAZUMDER, 2020).

Em um momento delicado imposto pela pandemia, Júnior et. al (2020) retratam sobre a seriedade do momento, onde grande parte dos países estão em quarentena, com o registro de hospitais lotados, comércios fechados e, conseqüentemente, um aumento exponencial no número de desempregados e/ou sem renda, os quais amargam dificuldades de toda ordem.

Em meio a essas duas crises – de saúde e econômica – é imprescindível ter ainda mais cautela nas mídias sociais para não provocar mais medo na sociedade. Combater as falsidades é um dever de todos, já que, em 24 de maio de 2020, chegou-se a 5.311.089 contaminados confirmados e entre eles 342.104 mortos no mundo, conforme dados divulgados pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020).

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo, para além de uma melhor compreensão do coronavírus, ressaltar, por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, o impacto das *fake news* compartilhadas nas mídias sociais tradicionais e digitais em tempos de pandemia.

Nesse sentido, o intuito da presente pesquisa é ratificar o alerta sobre o perigo das informações falsas disseminadas na internet e ainda partilhar dados atualizados sobre o novo vírus SARS-CoV-2.

2 METODOLOGIA

De acordo com Andrade (2001), a metodologia é composta por métodos ou caminhos que são seguidos para a realização da pesquisa. Em tese, para se atingir os resultados esperados são impostos dessemelhantes processos que

se caracterizam como método.

Para tanto, optou-se por uma revisão bibliográfica e documental a fim de analisar os impactos das *fake news* em meio à pandemia do coronavírus (SARS-CoV-2) e ainda sobre o compartilhamento de informações falsas sobre esse tema nas redes sociais.

Para a explicação sobre a COVID-19 o artigo utilizou dados atualizados da Organização Mundial da Saúde (OMS), do Ministério da Saúde e em artigos científicos publicados recentemente. No desenvolvimento do tema das notícias falsas, foram utilizados estudos que tratam sobre as redes sociais, avaliam os perigos da circulação de informações na internet e, ainda, notícias sobre o coronavírus com destaque nas *fake news*.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A presente pesquisa tem como tema principal o impacto das *fake news* em tempos de pandemia e, para tanto, nessa seção será feita uma revisão bibliográfica sobre o novo Coronavírus (SARS-CoV-2) e sua denominação como doença, a COVID-19, relacionando-a à disseminação de notícias falsas que acabam por impactar a vida da humanidade.

3.1 SARS-COV-2, COVID-19 E CORONAVÍRUS

Para melhor entender sobre a nova doença, o Ministério da Saúde (2020) ressalta que o coronavírus surgiu há alguns anos, mais especificamente em 1937, porém, somente em 1965 é que ele foi denominado com essa nomenclatura. Trata-se de uma doença caracterizada pela infecção respiratória, na qual a maioria das pessoas se contagiam ao longo da vida, sendo que os tipos mais comuns em humanos são o alpha coronavírus 229E e NL63 e beta

coronavírus OC43, HKU1.

Mais recentemente, em dezembro de 2019, foi encontrado na China um agente caracterizado como SARS-CoV-2, o novo coronavírus, o qual constitui-se como um vírus altamente contagioso que ameaça o mundo de uma pandemia. Logo após a sua identificação, foi nomeado, oficialmente pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como coronavírus 2 por síndrome respiratória aguda grave (SARS- CoV-2) (ZHENG et. al, 2020).

Zheng et. al (2020) também registram que, em janeiro de 2020, a OMS declarou emergência de saúde pública em nível internacional pelo surto de SARS- CoV-2, levando-se em consideração o fato de que esse vírus contém uma capacidade maior de transmissão, o que acaba por aumentar os casos de maneira exponencial. Embora algumas pessoas não apresentem sintomas – assintomáticas – os sintomas entre os contaminados podem variar de um simples resfriado até uma pneumonia severa com maior risco de morte. Os sintomas mais comuns, divulgados pelo Ministério da Saúde (2020), são a febre, coriza, dor de garganta e a dificuldade para respirar, sendo que essa última deve ser encarada como um alerta para a internação do paciente.

No entanto, estudos já demonstram outras complicações, a saber:

[...] o coronavírus relacionado à síndrome respiratória do Oriente Médio (MERS-CoV) pode causar miocardite aguda e insuficiência cardíaca ⁵. O SARS-CoV-2 e o MERS-CoV têm patogenicidade semelhante, e o dano do miocárdio causado pela infecção por esses vírus aumenta, sem dúvida, a dificuldade e a complexidade do tratamento do paciente. Embora as manifestações clínicas do COVID-19 sejam dominadas por sintomas respiratórios, alguns pacientes apresentam graves danos cardiovasculares. (ZHENG et. al, 2020, p. 1)

É também sabido que os genes do vírus vêm se modificando ao longo do tempo. A isso Huang et. al (2020) frisam que os tipos de coronavírus que foram identificados até o momento constituem apenas o começo para um problema maior que está por vir, onde novos tipos podem aparecer com outros eventos de maior gravidade do que os já registrados atualmente.

Paralelamente, ao passar dos dias de 2020, os números de casos crescem exponencialmente. Até 24 de maio, conforme dados da OMS (2020), registrava-se no mundo 5.311.089 pessoas contaminadas e 342.104 mortos. Nesse mesmo dia, o Brasil, desde o primeiro caso divulgado pelo Ministério da Saúde, em 26 de fevereiro de 2020, já se encontra como o segundo país com maior contágio: 349.178 contaminados e 22.168 mortes.

Com o intuito de evitar uma maior propagação do vírus a OMS (2020) sugere que as populações fiquem em quarentena, nas suas próprias residências, sem contato com outras pessoas, em especial os idosos que figuram como o principal grupo de risco.

Por sua vez, o Ministério da Saúde (2020) também ratifica os pedidos para que a população brasileira redobre os cuidados ao saírem de suas residências, ao mesmo passo que alerta que os riscos de contágio estão na transmissão de um indivíduo doente para outro ou por contato próximo por meio do aperto de mão, gotículas de saliva, espirro, tosse, catarro, ou até mesmo ao tocar em objetos e superfícies contaminadas, tais como os celulares, chaves, maçanetas, entre outros.

Para auxiliar na prevenção desse novo vírus, Júnior et. al (2020) explicam que foi criado um sistema chamado de educação para saúde. Trata-se de um meio de compartilhamento de informações atualizadas e necessárias para que a população possa enfrentar esse momento com lucidez.

Ainda sem perspectivas de uma vacina eficaz contra o novo vírus, apesar de todos os esforços da ciência, a prevenção é a melhor forma de combater a pandemia até que se encontre um método de tratamento comprovado. Porém, além de todo o movimento por notícias que visam a conscientizar a população em geral existem os maus intencionados que, em meio à crise, compartilham notícias falsas em diferentes mídias a fim de aumentar o pânico e os conflitos populacionais. São as chamadas *fake news*.

3.2 FAKE NEWS

As notícias falsas ganharam um novo termo em inglês chamado de *fake news* a fim de causar efeito impactante. Nascimento (2018) conta que essa expressão rapidamente causou discussão em praticamente todos os meios de comunicação, sendo utilizado tanto nos ambientes *on-line* quanto *off-line*. Do mesmo modo, evidencia-se que:

A divulgação de notícias falsas ou mentirosas é fenômeno conhecido internacionalmente como “*fake news*” e pode ser conceituado como a disseminação, por qualquer meio de comunicação, de notícias sabidamente falsas com o intuito de atrair a atenção para desinformar ou obter vantagem política ou econômica (BRAGA, 2018, p. 4).

A invenção e compartilhamento de notícias falsas e boatos, não é um problema hodierno, já existem há muito tempo. Sobre isso Souza Júnior, Petroll e Rocha (2019) relatam que esses eventos acontecem desde os primórdios da humanidade. Nas guerras antigas, para citar um exemplo, inventavam boatos sobre a aproximação dos inimigos para ocasionar medo e até mesmo informavam a derrota de outrem para benefício próprio.

Do mesmo modo Delmazo e Valente (2018) explicam que, já no século XVI, existem registros de distorção de notícias nos pasquins italianos. Ainda há casos apresentados em noticiários da Alemanha do século XIX que, para economizar o custeio de locomoção dos reportes ao exterior, fabricavam inverdades que eram espalhadas nas mídias da época.

No entanto, no decorrer dos tempos, as mídias foram sofrendo mudanças. Branco (2017) relembra que nos séculos XIX e XX os meios de distribuição de informações eram, essencialmente, por meio de livros, música e filmes que dependiam somente de editoras, gravadoras e produtoras. Naquela época os custos para se gerar conteúdos eram extremos; porém, nos anos 2000, com a proliferação da internet e dos dispositivos móveis, as pessoas começaram a produzir seus próprios conteúdos, sem dependerem das empresas.

Frente o exposto, compreende-se que o mundo foi e se mantém adaptando - se às novas fontes de matérias. A isso, Branco (2017) ressalta que na contemporaneidade os conteúdos originais, gerados por pessoas comuns, tornaram- se os mais procurados. Dessa forma, as empresas começaram a se utilizar disso a seu favor, pois passaram a perceber resultados favoráveis, como o baixo custo de produção e o número elevado de novas ideias. Nesse contexto:

[...] os meios de comunicação mais tradicionais, como publicações impressas e canais de televisão, passaram a incorporar com cada vez mais frequência material produzido por pessoas que poderíamos chamar de comuns. Sites de jornais consolidados como O Globo ou Folha de S. Paulo contam com frequente participação de conteúdo produzido por seus leitores. Até a Revista Piauí, de conteúdo intelectualmente sofisticado, anunciou que passaria a publicar matérias enviadas por terceiros que quisessem colaborar com o periódico (BRANCO, 2017, p. 56)

Diante tais mudanças, retratadas na citação anterior, compreende-se que na Era digital as fontes tradicionais perderam forças para a internet, a qual virou o centro de criação e compartilhamento de informação. Trata-se de uma forma de produzir informações com menor custo e mais praticidade, com potencial de alcance inimaginável.

Porém, Braga (2018) considera tal liberdade nas redes sociais e mídias digitais como perigosa, quando qualquer informação pode ser repassada sem uma verificação. A autora ainda destaca o fato de que se uma mentira for repetida mil vezes ela se torna verdade. No entanto, com o fator da internet, uma mentira pode ser repetida, cantada, filmada e fotografada um milhão de vezes e pode se tornar referência para muitos.

Portanto, é fato que, em meio às notícias verdadeiras, sempre existirão as falsas que se apresentam com o intuito de amedrontar ou prejudicar outrem. Porém, o que chama atenção é a falta de reflexão, ou conhecimento populacional, que leva as pessoas acreditarem em informações sem fundamento (FRIAS FILHO, 2018).

Nesse contexto, sabe-se que as pessoas que não têm muita disposição para pensar de maneira crítica são presas fáceis das *fake news*. A isso Pennycook e Rand (2019) explicam que referido grupo populacional simplesmente não questiona os assuntos por simplesmente concordar com o conteúdo e, por conseguinte, contribuem para que os momentos críticos, como o vivido atualmente com a pandemia de COVID- 19, sejam desestabilizados por notícias duvidosas.

No entanto, não só em épocas de pandemias é que essa mazela interfere nos rumos da história. Quando as pesquisas são focadas no cenário político brasileiro, Branco (2017) relata a influência das *fake news* nos resultados eleitorais, muitas vezes motivadas por interesses financeiros que acabam por manipular multidões.

Todavia – enquanto no setor político é possível se usufruir de vantagens com a propagação desenfreada de notícias falsas – na área da saúde, conforme destacado por Júnior et. al (2020), o impacto que as *fake news* causam nos usuários é o aumento do medo e da sensação de insegurança, o que faz com que os órgãos de saúde tenham mais dificuldades para controlarem a verdade sobre patologias nas mídias sociais. Como por exemplo, registra-se que em 2019 o Brasil ficou em estado alarmante após um surto de sarampo, registrando 13 mil casos de contágio. O motivo para se chegar a essa situação foi pelo fato de diversas pessoas se negarem a tomarem a vacina que combate a doença depois de terem acesso às notícias falsas contrárias à vacinação.

Embora as doenças infecciosas tenham surgido em vários momentos da história, nos últimos anos, a globalização facilitou a disseminação de agentes patológicos, resultando em pandemias em todo o mundo. Isso aumentou a complexidade da contenção de infecções, que tiveram um importante impacto político, econômico e psicossocial, levando a desafios urgentes de saúde pública. HIV, Ebola, Zika e H1N1, entre outras doenças, são exemplos recentes (ORNELL et. al, 2020, p. 1).

Conforme reportagem do Diário de Pernambuco (2020), na África do Sul o impacto das *fake news* foi tão extremo para sua sociedade, no atual mo-

mento crítico do vírus SARS-CoV-2, em que o país criou diversas leis proibindo o compartilhamento de informações falsas, ou má intencionadas, nas redes sociais, tendo o intuito de gerar pânico populacional. Mediante tal ação, quem não obedecer estará sujeito até seis meses de prisão e multa.

Da mesma forma, sabe-se que a saúde mental é um fator de muita importância em meia a uma pandemia. A isso Ornell et. al (2020) alertam para o fato de como as notícias falsas podem potencializar o medo já existente pelo vírus SARS-CoV-2, aumentando a ansiedade e o estresse em pessoas saudáveis. Além do mais, intensifica os sintomas daqueles que já sofrem com transtornos psiquiátricos pré-existentes.

Para supraditos autores, os pacientes infectados ou que apresentam algum sintoma da doença podem ter quadros depressivos, crises de pânico, psicóticos e paranoicos que podem levá-los ao suicídio, na tentativa de ceder à angústia. Essas características, que se refletem das *fake news*, afetam em maior número os pacientes em quarentena que têm mais tempo para acompanhar tais notícias na internet.

Dessa forma, atento ao alerta feito por Ornell et. al (2020), e com o intuito de aumentarem a segurança tanto física quanto mental da sua população, os governos instituídos devem implementar políticas públicas de saúde mental, no preparatório do antes, durante e pós o evento da doença. Também é oportuno pesquisarem o fenômeno das *fake news* na tentativa de entenderem os motivos que levam as pessoas a compartilharem conteúdo falsos, para que, dessa forma, sejam criadas estratégias governamentais que inibam a ocorrência dessa espécie de conteúdo nas redes sociais e mídias digitais.

Nesse sentido, compreende-se que as *fake news*, em tempos de pandemia, se propagam tão rapidamente quanto as verdadeiras pelo simples fato de as pessoas concordarem cegamente com o conteúdo, segundo seus próprios valores e influências religiosas, políticas.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Desde janeiro de 2020, após a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarar emergência de saúde pública em nível internacional pelo surto de SARS-CoV-2, registrou-se um número expressivo de pesquisas na internet sobre o assunto. Porém, em meio aos fatos, surgiram muitas *fake news*.

Em pesquisa restrita ao site G1 (www.g1.globo.com), na seção reservada a esclarecer a população sobre a falsidade das notícias divulgadas por meio de diferentes plataformas e redes sociais, constatou-se o que está reunido nos Quadros que seguem:

Mês: Outubro		
STATUS	MATÉRIA	DATA
Fake	É #FAKE que testes com vacinas para a Covid-19 tenham sido cancelados no Brasil por conta de mortes de voluntários	26/10/2020
Fake	É #FAKE que CoronaVac deixou mais de 2 mil mortos na China e um tetraplégico na Inglaterra	22/10/2020
Fake	É #FAKE que lei 14.019 determina que o uso de máscara não é mais obrigatório em todo o Brasil	22/10/2020
Fake	É #FAKE que voluntária que tomou CoronaVac tenha sido entubada em Barretos após choque anafilático	18/10/2020

Quadro 1: Fatos ou fakes

Fonte: Site <https://g1.globo.com/fato-ou-fake> (2020)

Mês: Setembro		
STATUS	MATÉRIA	DATA
Fake	É #FAKE que nenhum morador de rua morreu de Covid-19	15/09/2020
Fake	É #FAKE que uso de máscara eleva inalação de dióxido de carbono para nível acima do suportado pelo organismo humano	14/09/2020
Fake	É #FAKE que Argentina, Venezuela e Cuba não adotaram auxílio à população mais pobre durante a pandemia de Covid-19	11/09/2020
Fake	É #FAKE que governo não pode obrigar pessoas a se vacinar contra Covid-19	02/09/2020

Quadro 2: Fatos ou fakes
 Fonte: Site <https://g1.globo.com/fato-ou-fake> (2020)

Mês: Agosto		
STATUS	MATÉRIA	DATA
Fake	É #FAKE que estudo feito em 2005 comprova eficácia da cloroquina contra a Covid-19	21/08/2020
Fake	É #FAKE que neurocientista britânico concluiu que maioria da população é imune ao coronavírus e que distanciamento social é inútil	19/08/2020
Fake	É #FAKE que fotos mostrem lesões causadas por infecção após uso de máscaras contra a Covid-19	17/08/2020
Fake	É #FAKE que mortes por pneumonia e insuficiência respiratória têm sido todas registradas como sendo Covid-19	12/08/2020

Quadro 3: Fatos ou fakes
 Fonte: Site <https://g1.globo.com/fato-ou-fake> (2020)

Mês: Julho		
STATUS	MATÉRIA	DATA
Fake	É #FAKE que vacinas contra o novo coronavírus possam gerar seres geneticamente modificados	29/07/2020
Fake	É #FAKE que vacina chinesa em testes no Brasil use células de fetos abortados	28/07/2020
Fake	É #FAKE que pessoas assintomáticas podem passar anticorpos para outras pessoas e torná-las imunes ao novo coronavírus	22/07/2020
Fake	É #FAKE que pode ter o CRM cassado o médico que não prescrever hidroxicloroquina a pedido do paciente em casos de Covid	17/07/2020

Quadro 4: Fatos ou fakes

Fonte: Site <https://g1.globo.com/fato-ou-fake> (2020)

Mês: Junho		
STATUS	MATÉRIA	DATA
Fake	É #FAKE que vacina contra o coronavírus a ser testada no Brasil só foi ministrada em macacos	19/06/2020
Fake	É #FAKE que pandemia de gripe suína teve início na China como as da Sars e da Covid-19	15/06/2020
Fake	É #FAKE que projeto aprovado no Congresso permite invasão de domicílio para fiscalizar uso de máscara	10/06/2020
Fake	É #FAKE que homem foi colocado vivo em saco fúnebre na BA para inflar mortes por coronavírus	01/06/2020

Quadro 5: Fatos ou fakes

Fonte: Site <https://g1.globo.com/fato-ou-fake> (2020)

Mês: Maio		
STATUS	MATÉRIA	DATA
Fake	É# FAKE que Caxias do Sul não determinou distanciamento social e não registrou óbitos pela Covid-19	27/05/2020
Fake	É #FAKE que estudo espanhol com 60 mil pessoas atestou ineficácia do isolamento social para conter o coronavírus	25/05/2020
Fake	É #FAKE que pesquisa recente indique a hidroxicloroquina como o tratamento mais eficaz contra o coronavírus	21/05/2020
Fake	É #FAKE que vídeo mostre equipe médica forjando caso de Covid-19 em São Paulo	20/05/2020

Quadro 6: Fatos ou fakes
 Fonte: Site <https://g1.globo.com/fato-ou-fake> (2020)

Nos Quadros acima, foram mencionadas as principais matérias de esclarecimento de *fake news* que tiveram alta repercussão, desde o dia 20 de maio até 26 de outubro do ano de 2020, exclusivamente denunciadas pelo site do G1 Notícias.

O Quadro 6, referente ao mês de maio, aponta notícias mentirosas de casos de COVID-19 forjados para causar pânico na população, falta de isolamento social e crenças de que a hidroxicloroquina seria eficaz para combater a doença. Esse tipo de informação que tem o intuito de assustar a população é mencionado por Sesering (2017), o qual compreende a internet como um campo fértil para a proliferação de mentiras.

Já as notícias retratadas no Quadro 5 corroboram com o pensamento de Pennycook e Rand (2019) sobre o poder das palavras e como se replicam rapidamente, sendo que nesse período o caos estava em todas as mídias, ao ponto de começarem acusações de pessoas fingindo estarem mortas para aumentar o número de falecimentos pelo coronavírus. Além disso, registra-se ter havido especulações falsas sobre a vacina, sobre a invasão de domicílio

para colocação de máscara, bem como apontamentos de as doenças iniciarem sempre na China.

Em julho, os alvos mudaram. A criação de *fake news* estava voltada a botar medo na população para não tomarem a vacina por diversas razões mentirosas, além de forçar o uso da cloroquina em todos os hospitais, ameaçando até a cassação do registro dos médicos no Conselho Regional de Medicina (CRM). A seriedade das informações estava se agravando ao ponto de se tornar real o apelo de Braga (2018) ao falar que a liberdade nas redes sociais deveria ser diminuída a fim de se garantir a segurança nacional.

Algumas especulações ficaram para trás, porém em agosto se manteve as falsas notícias sobre a medicação cloroquina. O medo do coronavírus começou a passar e nessa trajetória apontamentos de mortes por pneumonia e insuficiência respiratória foram forjadas para causar medo na população. Desta forma começaram a atacar o uso de máscara como sendo infeccioso para as vias aéreas, surgindo diversas pesquisas com fundamento na defesa do uso da máscara, como no caso de Camargo et. al (2020) os quais afirmam que o uso é fundamental para a proteção, sendo que toda e qualquer atitude tomada deve ser baseada nas orientações da OMS.

No mês de setembro, ainda continuavam as *fake news* sobre o uso da máscara fazer mal pelo dióxido de carbono o que fez grande parte da população parar de usá-las. As notícias falsas sobre o uso da vacina e seus efeitos colaterais também se passaram por ‘verdade’ e diversas pessoas começaram a manifestar que se negarão a tomá-las quando chegarem ao Brasil. Ainda estruturaram um movimento em escala nacional dizendo que o Estado não pode obrigá-los a se vacinarem. Além disso, atestam que os moradores de rua não tiveram nenhum caso de COVID-19 porque já possuem imunidade forte. Ou seja, muitas mentiras se tornaram verdades diante das redes sociais e mídias digitais como Braga (2018) já mencionava em seus artigos.

Já no mês de outubro, registrou-se ataques diretos das *fake news* na chegada dos primeiros testes de diferentes vacinas ao Brasil. Alguns, por motivos políticos, garantiram que a vacina não chegará ao país, enquanto outros atestavam que os efeitos colaterais podem ser desastrosos e/ou mortais. Além do mais constatou-se neste período que o uso de máscara ainda é obrigatório, porém boa parte da população não mais a utiliza por acreditarem nas falsas

notícias ou por simplesmente se dizerem cansados de utilizar o acessório, o que leva a entender que os interesses políticos sempre estiveram relacionados na criação das falsas notícias, conforme Júnior et. al (2020).

Dessa forma, se observa diante a linha de tempo como as *fake news* causam pânico e são totalmente ameaças à saúde e segurança dos seres vivos, visto que muitas pessoas não procuram a veracidade dos conteúdos compartilhados ou ainda, por diversas contradições, ainda divide a população causando a desconfiança e dúvida do que realmente é a verdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O impacto das *fake news* em tempos de pandemia é desastroso em todos os aspectos que envolvem o cenário atual, visto que notícias falsas podem prejudicar no controle das ações corretas para prevenir a propagação e evolução da doença COVID-19, conhecida como coronavírus.

Em concordância com Ornell et al. (2020), as notícias falsas podem potencializar o medo já existente pelo vírus da COVID-19, aumentando a ansiedade e o estresse em pessoas saudáveis. A propagação dessas informações ocorre devido ao não questionamento da veracidade, pelo simples fato de concordar com a linha de raciocínio e compartilhar em suas redes sociais, auxiliando no crescimento desse grande problema. A isso Braga (2018) ainda adverte que se uma mentira for repetida mil vezes ela tem o potencial de se tornar verdade, isso vale também para os compartilhamentos nas redes sociais e mídias digitais.

A verdade é que o novo coronavírus é extremamente perigoso em âmbito global e deve ter como toda e qualquer informação repassada a garantia de veracidade, sendo que em um curto período de tempo foram relatadas ao menos 1.425.148 mortes no mundo todo e 60.575.989 foram infectadas pela Covid-19³.

Em virtude dos fatos mencionados, para conseguir a conscientização populacional sobre a seriedade do assunto em alastrar informações falsas,

a Organização Mundial da Saúde (OMS) encontrou alternativas para atingir todo tipo de leitor, postando conteúdos nas redes sociais como Facebook®, Instagram® e Twitter®, além de seu site e aplicativo próprio. A ideia foi tão certa que outros órgãos também decidiram criar contas para alertar a população sobre as *fake news*, dado exemplo do próprio Ministério da Saúde do Brasil.

Dessa forma, pode-se concluir que as *fake news* não só atrapalham como também prejudicam o combate à pandemia. A conscientização da importância de se combater a proliferação desse tipo de informações se dará por meio de estudo sobre o assunto e denúncias precoces para a exclusão em todos os meios digitais, além dos órgãos de saúde e outras influências encontrarem soluções digitais para o controlarem os boatos em tempo real.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos de graduação**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BRAGA, R. M. da C. A indústria das fake news e o discurso de ódio. In: PEREIRA, R. V. (Org.). **Direitos políticos, liberdade de expressão e discurso de ódio**.

Volume I. Belo Horizonte: Instituto para o Desenvolvimento Democrático, 2018. p. 203-220

BRANCO, S. Fake News e os Caminhos para Fora da Bolha. Rio de Janeiro: **The Telegraph**, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://biblioteca-digital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/4758/2017_branco_fake_news%20_caminhos.pdf> Acesso em 25 maio 2020

CAMARGO, M. C. de, et al. **Eficácia da máscara facial (TNT) na população para a prevenção de infecções por coronavírus: revisão sistemática**. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. v. 25, n. 9 [Acessado 26 Novembro 2020], pp. 3365-3376. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.13622020>>. Acesso em 02 nov. 2020

³ Dados coletados desde 08 de dezembro de 2019 até 26 de novembro de 2020, conforme o gráfico Reuters Graphics (2020).

DELMAZO, C.; VALENTE, J. C. L. Fake News nas Redes Sociais Online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. **Media & Jornalismo**, Universidade de Coimbra, Portugal, v. 18, n. 32, p. 155-169, 2018.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **África do Sul vai prender até seis meses quem divulgar ‘fake news’ sobre Covid-19**. 19 de março de 2020. Disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/mundo/2020/03/africa-do-sul-vai-prender-ate-seis-meses-quem-divulgar-fake-newssob.html>>. Acesso em: 24 abr. 2020.

FRIAS FILHO, O. O Que é Falso Sobre Fake News. Dossiê: Pós-verdade e Jornalismo. **Revista USP**, São Paulo, n. 116, 39-44, 2018.

GRAPHICS, R. **Acompanhamento da disseminação do novo coronavírus**. Disponível em: <https://graphics.reuters.com/CHINA-HEALTH-MA-P/0100B59S43G/index.html>. Acesso em: 26 nov. 2020.

HUANG, C. et al. Características clínicas de pacientes infectados com o novo coronavírus de 2019 em Wuhan, China. **The Lancet**, v. 395, n. 10.223, p. 497-506, 2020.

HUNT, Tara. **O poder das redes sociais**. São Paulo: Editora Gente, 2010. Tradução de Alexandre Callari.

LANIER, Jaron. **Dez argumentos para você deletar agora suas redes sociais**. Rio de Janeiro: Intrínseca Ltda, 2018. Tradução de: Bruno Casotti.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Coronavírus (COVID-19)**. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso em: 24 maio 2020.
NASCIMENTO, M. M. Fake News, Política e Opinião Pública. Dossiê. PAULUS: **Revista de Comunicação da FAPCOM**. São Paulo, v. 2, n. 4, jul./ago., 2018.

ORNELL, F., SCHUCH, J. B., SORDI, A. O., KESSLER, F. H. P. “Medo pandêmico” e COVID-19: ônus e estratégias para a saúde mental. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151644462020005008201&script=sci_arttext>. Acesso em: 25 maio 2020.

PENNAFORT, R. **Fato ou Fake sobre o coronavírus**. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/>. Acesso em: 26 outubro 2020.

PENNYCOOK, G.; RAND, D. G. Preguiçoso, não tendencioso: a suscetibilidade a notícias falsas partidárias é melhor explicada pela falta de raciocínio do que pelo raciocínio motivado. **Cognição**, [S.l.], v. 188, p. 39-50, 2019.

SESERING, V. M. **Mentira nos tempos de internet: a viralização de boatos na era das redes sociais**. São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.sbpjor.org.br/congresso/index.php/jpior/JPJor2017/paper/viewFile/792/268>. Acesso em: 26 nov. 2020.

SOUSA JÚNIOR, J. H. et al. **Da Desinformação ao Caos: uma análise das Fake News frente à pandemia do Coronavírus (COVID-19) no Brasil**. Florianópolis: Universidade Federal, 8, mar. 2020.

SOUSA JÚNIOR, J. H.; PETROLL, M. D. L. M.; ROCHA, R. A. Fake News e o Comportamento Online dos Eleitores nas Redes Sociais durante a Campanha Presidencial Brasileira de 2018. In: XXII SEMEAD – Seminários em Administração, USP, São Paulo, 2019. **Anais [...]**, São Paulo, 2019.

TASNIM, S.; HASSAIN, M.; MAZUMDER, H. **Impacto de rumores ou informações incorretas na doença por coronavírus (COVID-19) nas mídias sociais**. Estados Unidos: Escola de Saúde Pública Texas A&M, 2020.

ZHENG, Y. et al. COVID-19 e o sistema cardiovascular. **Nat Rev Cardiol** 17, 259- 260, 05 mar. 2020. Disponível em <<https://doi.org/10.1038/s41569-020-0360-5>> Acesso em 25 maio 2020

ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO, UM FILHO DE QUATRO PATAS: a influência das mídias sociais no comportamento de consumo do ramo Pet

Daniele Cristina Theiss Poffo¹

Thiago dos Santos²

¹ Especialista em docência no Ensino Superior pelo Centro Universitário UNIAVAN (2018), Graduada em Administração pelo Centro Universitário UNIAVAN (2018), Coordenadora dos Cursos de Administração e Ciências Contábeis no Uniavan *Campus Itapema*.

² Mestre em Administração pela UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí (2012), Especialista em Metodologia do Ensino Superior pela FURB - Universidade Regional de Blumenau (2009), Especialista em Docência EAD pelo Centro Universitário UNIAVAN (2018) e Graduado em Publicidade e Propaganda pela FURB (2008).

RESUMO

As mídias sociais estão inseridas diariamente no nosso cotidiano e impactam no comportamento e na comunicação das pessoas. Dito isso, com o intuito de evidenciar esse impacto no comportamento do consumidor, o presente estudo avalia a influência das mídias sociais no comportamento do consumidor, com enfoque a rede social *Facebook*, a qual se avalia uma das mais procuradas e acessadas pelos internautas. Para tanto, expõe-se a teoria de gestão empresas, como também o tema abordado de criatividade e inovação. Avalia-se, por conseguinte, o *marketing* e o consumo digital o qual revela fatores de grande relevância na decisão de compra dos clientes. A pesquisa caracteriza-se como descritiva, com abordagem quantitativa e realizada a partir de um estudo de caso em uma empresa localizada em Santa Catarina, sendo uma empresa que atua como Clínica Veterinária e *Pet Shop*. Os resultados da pesquisa sugerem que 68,3% do público do gênero feminino, sendo 64% casadas e 80,7% residentes na cidade sede da empresa. Além disso, os fatores que mais atraem os clientes a consumir os serviços da empresa, a qualidade ficou com 58%, seguido do bom atendimento em 30% dos entrevistados. A contribuição do estudo consiste em evidências quanto a sua influência de mídias sociais na decisão de compra dos consumidores, o que pode auxiliar gestores de pequenas empresas de ramo *Pet*, visto suas apresentações e questionamentos sobre consumo e engajamen-

to dos clientes. **Palavras-chave:** Comportamento do consumidor. Consumo Pet. Criatividade e inovação. Mídias sociais.

**PETS, A FOUR-FOOT CHILD: THE INFLUENCE OF SOCIAL MEDIA ON
CONSUMER BEHAVIOR IN THE PET BUSINESS**

ABSTRACT

Social media are inserted daily in our daily lives and impact people's behavior and communication. That said, in order to highlight this impact on consumer behavior, the present study evaluates the influence of social media on consumer behavior, focusing on the Facebook social network, which is evaluated as one of the most sought after and accessed by Internet users. For that, it exposes the theory of management companies, as well as the approached theme of creativity and innovation. Therefore, marketing and digital consumption are evaluated, which reveals factors of great relevance in the purchase decision of customers. The research is characterized as descriptive, with a quantitative approach and carried out from a case study in a company located in Santa Catarina, is a company that acts as a Veterinary Clinic and Pet Shop. The survey results suggest that 68.3% of the female audience, 64% being married and 80.7% living in the company's headquarters. Also, the factors that most attract customers to consume the company's services, the quality was 58%, followed by good service in 30% of respondents. The contribution of the study consists of evidence regarding its influence of social media in the purchase decision of consumers, which can assist managers of small companies in the Pet sector, given their presentations and questions about consumption and customer engagement.

Keywords: Consumer Behavior. Pet Consumption. Creativity and Innovation. Social Media.

1 INTRODUÇÃO

Partindo-se da constante evolução e aprimoramento tecnológico, tem-se que além de essa impactar no comportamento pessoal dos indivíduos, há também um impacto no comportamento consumidor. Dito isso, as redes sociais estão cada vez mais inseridas no cotidiano, transformando o comportamento e a comunicação das pessoas, como a forma com que elas realizam atividades variadas, alerta Gomes e Mondo (2016). Com o crescimento da internet, surgiu um novo perfil de consumidor e com ele a necessidade de novas estratégias online, com a finalidade de facilitar o contato entre a empresa e o consumidor.

Além disso, conforme Brandão (2016), com o aumento da competitividade e o avanço da tecnologia, as empresas necessitam usar da criatividade e inovação para se sobressaírem e não acabarem sendo passadas para trás. O autor ainda explica que as redes sociais são utilizadas como uma ferramenta que transmite informações e tem efeito multiplicador. O uso desenfreado de redes sociais e outras artimanhas proporcionadas pela internet fazem com que as pessoas fiquem cada vez mais conectadas e atentas às informações do mundo todo.

Deve-se compreender que criatividade está para o indivíduo assim como a inovação está para organização, explica Monteiro Junior (2011). Uma empresa que não inova, mais cedo ou mais tarde, sentirá as consequências, sendo uma questão de sobrevivência. Ao se considerarem as evidências das redes no comportamento do consumidor, nota-se que esse fator pode ser impactado dependendo do setor que está sendo analisado. Nesse contexto, torna-se relevante a discussão em que norteia o seguinte problema de pesquisa: qual a influência da utilização das redes sociais – *Facebook* – em uma Clínica Veterinária e *Pet Shop* localizada em Santa Catarina? Nesse alinhamento, a pesquisa objetiva avaliar a influência da utilização das redes sociais – *Facebook* – em uma Clínica Veterinária e *Pet Shop* localizada em Santa Catarina.

O estudo justifica-se por destacar a temática do uso da internet, que é um meio de comunicação digital, o qual oferece o chamado boca-a-boca e faz com que os usuários criem um diálogo entre um internauta e outro, bem

como, cria uma corrente que espalha a comunicação por milhares ou milhões de pessoas sem muito esforço (TORRES, 2009). O acesso à internet e às redes sociais surgiu há pouco mais de uma década, na qual informações podiam ser publicadas e acessadas por consumidores. Ela trouxe para o mundo dos negócios uma grande novidade que está ligada ao acesso instantâneo de informações sobre produtos e serviços.

Dessa forma, busca-se contribuir de forma prática aos gestores de pequenas empresas de ramo *Pet*, visto suas apresentações e questionamentos sobre consumo e engajamento dos clientes. Para as evidências científicas, a pesquisa teve grande relevância, pois como este é um tema novo, existem ainda poucos estudos com tal abordagem, tendo este, como percebido, um forte impacto na vida social da população e seus “filhos de quatro patas”.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se como com abordagem quantitativa, realizada a partir de um estudo de caso em uma empresa localizada em Santa Catarina. Na pesquisa aplicada para esse estudo, optou-se por primeiramente descrever quem são os entrevistados desse trabalho. Vale ressaltar que foram relatados os seguintes aspectos: gênero, idade, estado civil, cidade, bairro, escolaridade, ocupação profissional e renda familiar. Todas essas variáveis estão descritas na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 - Caracterização da Amostra

Característica		F	%
Gênero	Feminino	205	68,3
	Masculino	95	31,7
	Total	300	100%
Idade	Média de 28,94		
Estado Civil	Solteiro/ Separado/desquitado/ viúvo	108	36,0
	Casado/ Mora Junto	192	64,0
	Total	300	100%
Cidade	Camboriú	242	80,7
	Bal. Camboriú	35	11,7
	Itapema	11	3,7
	Itajaí	10	3,3
	São José	2	0,7
	Total	300	100%
Escolaridade	Médio Completo	128	42,7
	Superior Completo	51	17,0
Escolaridade	Pós Graduado	38	12,7
	Fundamental Completo	36	12,0
	Superior Incompleto	27	9,0
	Até 4 série Fundamental	20	6,7
	Total	300	100%
Ocupação	Empregado Assalariado	193	64,3
	Conta Própria / Autônomo	40	13,3
	Empresário	33	11,0
	Não Trabalho	20	6,7
	Funcionário Público	10	3,3
	Estudante	4	1,3
	Total	300	100%

Renda	Classe C	179	59,7
	Classe B	75	25,0
	Classe D	41	13,7
	Classe A	5	1,7
	Total	300	100%

Fonte: Dados da pesquisa 2017.

A partir dos dados coletados, pode se identificar que a idade média dos entrevistados foi de 28,94 anos completos, com predomínio de mulheres (68,3%), casadas (64%), residentes da cidade de Camboriú (80,7%), que são empregadas assalariadas (64,3%), com escolaridade entre Ensino Médio Completo (42,7%) e Superior Completo (17%), do qual pertencem na sua grande maioria na classe C (59,7%) e B (25%).

2.1 PRIMEIRA ETAPA DA ANÁLISE

Para identificar a percepção do consumidor frente à empresa objeto do presente estudo, utilizou-se um questionário auto preenchível com 54 afirmações capazes de medir a constância, competitividade, satisfação e influência das mídias sociais no consumo dos clientes entrevistados na Clínica Veterinária e *Pet Shop*.

A Tabela 2 a seguir, demonstra os valores relativos à frequência e percentual referente à constância de consumo.

Tabela 2 - Perfil do Consumidor

	Perfil	Frequência	Percentual
Como você conheceu a Clínica Veterinária e Pet Shop?	Indicação de amigos	202	67,3
	Placa	67	22,3
	Redes Sociais	19	6,3
	Não lembro	6	2,0
	Flyer	6	2,0
	Total	300	100%
Há quanto tempo você é cliente da Clínica Veterinária e Pet Shop?	Mais de 3 anos	86	28,7
	De 6 meses a 1 ano	83	27,7
	De 1 a 2 anos	56	18,7
	De 2 a 3 anos	49	16,3
	Menos de 6 meses	23	7,7
	Não lembra	3	1,0
	Total	300	100%
Com que frequência você costuma visitar a Clínica Veterinária e Pet Shop?	Semanalmente	135	45,0
	Somente em casos de emergência	79	26,3
	Quinzenalmente	32	10,7
	Mensalmente	26	8,7
	Diariamente	20	6,7
	Veraneio-férias	8	2,7
	Total	300	100%
Por que você consome os serviços da Clínica Veterinária e Pet Shop?	Qualidade	174	58,0
	Bom atendimento	90	30,0
	Agilidade na realização dos serviços	16	5,3
	Preço baixo	13	4,3
	Localização	7	2,3
	Total	300	100%

Fonte: Dados da pesquisa 2017.

A partir dos dados encontrados na Tabela 2 anterior, é possível identificar que os consumidores, na sua grande maioria, conheceram a organização através da indicação de amigos (67,3%), e que os mesmos são clientes da Clínica há mais de três anos (28,7%). Entretanto, identificou-se também, que a frequência de visita à Clínica Veterinária e *Pet Shop* (45%) e que o maior motivo de consumo é por conta da qualidade dos serviços ofertados pela empresa (58%). A seguir, a Tabela 3 demonstra os valores relativos à frequência e porcentual referente à competitividade da empresa:

Tabela 3 - Competitividade de consumo

	Competitividade	Frequência	Porcentual
Você utiliza outras empresas de serviços veterinários e <i>Pet Shop</i>?	Não	273	91,0
	Sim	27	9,0
	Total	300	100%
Se sim, por que utiliza essas empresas?	Preço	11	40,7
	Localização	5	18,5
	Qualidade	11	40,7
	Total	27	100%

Fonte: Dados da pesquisa 2017.

Os dados avaliados na Tabela 3, demonstram que os entrevistados, sendo esses clientes da empresa estudada, em sua grande maioria, não utilizam outras empresas de serviços veterinários e *Pet Shop* (91%), e os poucos que utilizam outras empresas (9%), tem como motivo da utilização o preço (40,7%) fornecido pelo concorrente. Já na Tabela 4 a seguir, demonstram os valores relativos à média, desvio padrão e variância referente também à competitividade da empresa.

Tabela 4 - Comparativa dos serviços

	Atributos	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão	Variância
Em comparação aos nossos concorrentes, os atributos pela Clínica Veterinária e Pet Shop são inferiores ou superiores?	Conveniência	1	5	3,889	0,6405	0,4103
	Qualidade	1	5	4,037	0,9799	0,9601
	Preços e descontos oferecidos	1	5	3,037	1,2552	1,5755
	Variedade de produtos e serviços	1	5	3,852	0,8640	0,7464
	Estacionamento	1	5	3,741	0,9842	0,9687

Notas: nota 1 EXTRETEMAMENTE INFERIOR e nota 5 – EXTREMAMENTE SUPERIOR.

Fonte: Dados da Pesquisa 2017.

Pode-se analisar que quando feita a comparação da Clínica Veterinária e *Pet Shop*, na Tabela 4 anteriormente apresentada, a qual avalia os atributos em inferiores ou superiores à concorrência, em primeira instância, observa-se que uma parte expressiva dos entrevistados que utilizam outras empresas, o faz por conta da qualidade (M=4,037), conveniência (M=3,889), variedades de produtos (M=3,852) seguidas do estacionamento (M=3,741), classificados respectivamente em nota média alta em relação à Clínica Veterinária e *Pet Shop* objeto do estudo.

Contudo, é possível perceber que ao se tratar dos preços e descontos oferecidos (M=3,037), quando comparada, a Clínica Veterinária e *Pet Shop* objeto do estudo ganhou nota intermediária em relação à concorrência. Sendo assim, o aspecto de qualidade foi ainda, o atributo com a maior relevância (M=4,037) na comparação entre a empresa e aos seus competidores, haja vista que os mesmos estão na mesma área de atuação.

A seguir, na Tabela 5, são demonstrados os valores relativos à média, desvio padrão e variância o qual apresenta a nota de qualidade referente aos serviços e a infraestrutura fornecidas pela Clínica Veterinária e *Pet Shop* objeto do estudo.

Tabela 5 - Qualidade dos serviços e infraestrutura

Marque quais serviços que você já utilizou na Clínica Veterinária e Pet Shop	Serviços e Infraestrutura	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão	Variância
	Banho e tosa	1	5	4,807	0,5462	0,2984
	Consultas	1	5	4,901	0,3614	0,1306
	Exames	1	5	4,644	0,7282	0,5302
	Petshop	1	5	4,283	1,1377	1,2944
	Vacinas	1	5	5,000	0,0000	0,0000
Sobre a infraestrutura da Clínica Veterinária e Pet Shop	Conforto nos ambientes internos	1	5	4,540	0,6855	0,4700
	Conforto nos ambientes externos	1	5	4,173	0,8789	0,7725
	Conservação dos móveis	1	5	4,393	0,8412	0,7076
	Conservação do local	1	5	4,623	0,6347	0,4028
	Higiene do local	1	5	4,910	0,2867	0,0822

Notas: NOTA DE QUALIDADE, sendo: nota 1 – PÉSSIMO e nota 5 – ÓTIMO Fonte: Dados da Pesquisa 2017.

Conforme notas apresentadas na Tabela 5, é possível observar que em relação aos serviços ofertados pela empresa, as vacinas (M=5), consultas (M=4,901) e banho e tosa (M=4,807), foram respectivamente, os serviços que mais se destacaram, obtendo assim, alta nota de qualidade e ótimo resultado demonstrativo.

Os exames (M=4,644) e Pet Shop (M=4,283) obtiveram nota média alta no que demonstram os dados coletados, mesmo que não alcançaram nota máxima dos serviços avaliados, obtiveram relevância na avaliação da qualidade fornecida na lista de serviços ofertados pela empresa, haja vista que a nota máxima estipulada para esta questão também foi 5.

Observa-se que quando avaliada a infraestrutura da empresa estudada, a higiene do local (4,910), conservação do local (M=4,623), conforto nos ambientes internos (M=4,540), foram os itens com maior nota de qualidade. Os

itens, conservação dos móveis (M=4,393) e conforto nos ambientes internos (4,173), mesmo obtendo nota mais baixa que os demais, ainda se destacaram nos resultados de qualidade.

A Tabela 6, a seguir, apresenta os valores relativos à nota de qualidade, na percepção dos clientes entrevistados, referente aos setores e ao atendimento da Clínica.

Tabela 6: Qualidade dos setores e atendimento

	Setores e atendimento	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão	Variância
Em relação aos setores da Clínica Veterinária e Pet Shop	Banheiros	1	5	4,687	0,5623	0,3162
	Consultórios	1	5	4,940	0,2379	0,0566
	Estacionamento	1	5	4,047	0,9700	0,9410
	Sala cirúrgica	1	5	4,923	0,2665	0,0710
	Sala de recepção	1	5	4,717	0,4514	0,2037
Em relação ao atendimento realizado pelos colaboradores da Clínica Veterinária e Pet Shop	Auxiliar veterinário	1	5	4,820	0,5051	0,2551
	Funcionário de limpeza	1	5	4,880	0,3255	0,1060
	Médico veterinário	1	5	5,000	0,0000	0,0000
	Recepcionista	1	5	4,960	0,2805	0,0787

Notas: NOTA DE QUALIDADE, sendo: nota 1 – PÉSSIMO e nota 5 – ÓTIMO. Fonte: Dados da Pesquisa 2017.

Percebe-se, ao analisar os dados demonstrados na Tabela 6, que em relação aos setores da empresa, os consultórios (M=4,940), sala cirúrgica (4,923), sala de recepção (M=4,717), e banheiros (M=4,687), atingiram nota média alta no que se refere a qualidade dos setores em questão. O estacionamento (M=4,047) foi o setor avaliado com a menor nota, mesmo que ainda esta seja uma nota relativamente alta comparada a nota máxima (M=5).

Em relação ao atendimento realizado pelos colaboradores da Clínica

Veterinária e *Pet Shop*, conforme demonstrativos na Tabela 6 anteriormente apresentada, obtiveram nota muito próxima da máxima (M=5), sendo assim, respectivamente, recepcionista (M=4,960), funcionário de limpeza (M=4,880), e auxiliar veterinário (M=4,820). Salvo o atendimento do médico veterinário, o qual alcançou nota máxima (M=5), com unanimidade dos entrevistados.

A seguir, na Tabela 7, apresentam-se os valores relativos à frequência e porcentual referente à avaliação das mídias sociais.

Tabela 7: Mídias sociais

	Mídias sociais	Frequência	Porcentual
Das mídias sociais abaixo, qual delas você possui perfil/conta?	Facebook	263	87,7
	Google+	37	12,3
	Total	300	100%
	Facebook	263	87,7
Quais delas você mais acessa em geral?	Google+	37	12,3
	Total	300	100%
Em quais das mídias sociais você pesquisa sobre produtos e empresas?	Facebook	193	64,3
	Google+	107	35,7
	Total	300	100%
Você já visitou nossa página no Facebook?	Sim	219	73,0
	Não	81	27,0
	Total	300	100%
Se sim, você achou o que precisava?	Sim, encontrei tudo	196	89,5
	Sim, encontrei em parte	23	10,5
	Total	219	100%
Você vê a necessidade da Clínica Veterinária e Pet Shop possuir um site próprio?	Não	166	55,3
	Sim	134	44,7
	Total	300	100%

Fonte: Dados da Pesquisa 2017.

Trata-se, na Tabela 7, da avaliação dos clientes perante as mídias sociais e do consumo de produtos e serviços. Dessa forma, conforme demonstrativo, aponta que 87,7% das pessoas entrevistadas possuem perfil/conta no *Facebook*, enquanto apenas 12,3% possuem no *Google+*.

Quando a pesquisa questiona sobre o acesso às mídias sociais, mais uma vez, o *Facebook* dispara na amostra dos resultados (87,7%). Na questão em quais mídias sociais o cliente pesquisa mais sobre produtos e empresas, e o maior volume de votos também foi para o *Facebook* que alcançou 64,3%, ficando o *Google+* com 35,7% dos votos dos entrevistados.

A Tabela apresentada, também, aborda o questionamento sobre a página da Clínica Veterinária e *Pet Shop* no *Facebook*, no qual 73% dos clientes entrevistados já visitaram, sendo que 89,5% em sua visita à página, encontraram tudo o que precisavam e, somente 10,5%, encontraram em parte, o que procuravam. Por fim, a pesquisa ainda aponta a opinião dos clientes em relação à necessidade da empresa obter um site próprio, no qual resulta em 55,3% de negatividade, ou seja, a maior parte dos entrevistados não vê a necessidade de um site próprio para a empresa.

2.2 SEGUNDA ETAPA DA ANÁLISE

No que diz respeito às mídias sociais, os resultados analisados corroboram os estudos dos autores Araújo (2015), Mondo, Dellinghausen e Costa (2011), os quais afirmam que a internet é uma ferramenta de sucesso, na qual pode-se manter um bom relacionamento com o consumidor, tendo em vista que 87,7% dos consumidores da Clínica estudada, possuem perfil/conta em alguma das mídias sociais.

Como também, fonte do resultado da pesquisa em análise, 64,3% dos entrevistados procuram informações de empresas pelo *Facebook*, o que comprova o relato do autor Torres (2009), o qual enfatiza que o ambiente digital se tornou principal fonte e influência de consumo, tendo em vista a facilidade e agilidade no acesso às informações sobre produtos e serviços.

No que diz respeito à rede social *Facebook*, Cavalcante (2015) aponta que, dentre todas as redes sociais existentes, o *Facebook* é seguramente a de mais destaque, visto que esta já possui 1,23 bilhões de usuários mundiais, sendo 61,2 milhões de usuários do Brasil. Dessa forma, sanciona o resultado da pesquisa, na qual aponta que 87,7% dos entrevistados dizem acessar em maior volume esta mídia social tão popular.

Ainda pode-se perceber que 73% dos entrevistados já visitaram a página da Clínica Veterinária e *Pet Shop* no Facebook, o que valida a afirmação dos autores Gonçalves, Martins e Rocha (2016), quando explicam que as redes sociais é um dos paradigmas que mais tem evoluído, formando um essencial canal de comunicação e comercialização de produtos e serviços.

Especificamente, no que tange às classes econômicas desse estudo, pôde-se perceber uma participação expressiva de 59,7% da classe C, que consomem os produtos *Pets* com maior regularidade, ou seja, a empresa objeto desse estudo entende que existe uma forte remodelagem de consumo em relação às classes sociais. Por mais que existam dados que abordam que o Brasil é representado por desigualdade econômica, Lamounier e Souza (2010, p. 1) comentam que o crescimento das classes sociais não é somente de realidade brasileira, mas também aos países emergentes de todo o mundo, “é um dos fenômenos sociais e econômicos mais importantes da história recente”, trazendo a oportunidade de crescimento social aos indivíduos.

Com o aumento do emprego e por consequência o aumento da renda, a baixa inflação e toda a facilidade bancária, vários brasileiros puderam aumentar o seu poder de compra, que também pôde ser percebido na empresa estudada. Esses índices são encontrados nos dados de IPEA (2011). Os resultados das pesquisas apontam um forte crescimento entre os anos de 2004 e 2010. A criação de empregos registrados em carteira possuía a média de 1,3 milhões no ano de 2004. Já para os dados de 2010, a marca de novos empregados chegou a 2.136 milhões.

Por fim, pôde-se perceber que os clientes em sua grande maioria são fiéis a empresa estudada, uma vez em que 91% dos entrevistados não utilizam outras empresas de serviços veterinários e *Pet Shop*, e estão satisfeitos tanto com a estrutura de funcionamento quanto com o atendimento e qualidade prestados na Clínica Veterinária e *Pet Shop*. Obtendo, assim, concordância

com a teoria abordada ao longo do trabalho, no que diz respeito à fidelidade dos consumidores perante a qualidade e credibilidade das organizações, como também o sucesso do crescimento do ramo *Pet* no Brasil.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 CONSUMIDOR DIGITAL

Pesquisa aponta que em 2009, quase 50 milhões de consumidores utilizam Internet no Brasil, e estes representam mais da metade da classe C, mais de 80% da classe B e quase a totalidade da classe A, os quais passam três vezes mais tempo na Internet do que assistindo televisão. (TORRES, 2012). Dessa forma, entende-se que o consumidor está cada vez mais no mundo on-line, o que faz as empresas se adequarem a esse novo mercado.

Percebe-se que as pessoas mudaram seus hábitos e agora utilizam o ambiente digital como principal fonte de consumo, se tornando influência na decisão de compra, tendo em vista a facilidade e agilidade no acesso às informações sobre produtos e serviços, relata o autor Torres (2009). Portanto, não adianta ignorar a Internet, pois quase 50 milhões de consumidores brasileiros estão conectados a ela e continuarão existindo, se comunicando e expandindo cada dia mais.

Pode-se dizer que estar online para uma empresa é de grande relevância para o consumidor digital, visto que com suas promoções e publicações é possível promover sua marca. Por conseguinte, a internet revolucionou a forma de como os consumidores pesquisam, selecionam, comparam e compram bens e serviços, tornando o meio eletrônico sua principal fonte de consumo. (TORRES, 2009).

Com o advento da internet e do comércio virtual, as relações consumidor- empresa se modificam, assim como o comportamento do cliente. O consumidor possui agora acesso a uma gran-

de quantidade de informações sobre produtos, preços e concorrentes, além da eliminação de barreiras geográficas e de tempo proporcionadas pela internet. (GARCIA; SANTOS, 2011, p. 153).

O acesso às informações foi facilitado no mundo digital, devido a seu acesso livre e gratuito, aumentando a visibilidade das empresas. Dessa forma, o consumidor passou a ser mais crítico, o que requer ainda mais atenção na comercialização de produtos e serviços. Gerando, portanto, reconhecimento e credibilidade em seus consumidores perante a organização, claro, se essa exposição for positiva e favorável, explica Araújo (2015).

Salienta-se que, uma vez em que a empresa se torna online, sua imagem pode ser avaliada pelas reações e interações entre a organização e o internauta, o qual se refere ao ponto vital de como o consumidor enxerga sua marca e decide como irá avaliá-la. Por fim, desse modo, a experiência de consumo e a visibilidade estabelecerá ao consumidor, uma forma mais crítica de avaliação e análise, positiva ou negativa, da empresa como um todo (TORRES, 2012).

3.2 CONSUMO PET NO BRASIL

Sabe-se da crise financeira e altas taxas de desemprego pela qual nosso país enfrenta, ainda assim, o ramo pet representa na atualidade uma viga de sustentação econômica, visto que esse setor se encontra em grande expansão. A relação entre o homem e o animal vem se fortalecendo e gerando um estímulo na obtenção de animais de estimação e um forte impacto econômico. (SOUZA *et. al.*, 2001).

Na atualidade muitos donos de animais de estimação consideram que eles necessitam de cuidados específicos. Para suprir a demanda por produtos e serviços para animais de estimação - principalmente, cães, gatos, aves e peixes, surgiram as Lojas de Animais – Pet Shops. Elas comercializam alimentos, roupas,

brinquedos, perfumes, acessórios, remédios, animais de pequeno porte e uma grande variedade de serviços, como por exemplo, banho e tosa, direcionados aos “pets”. (SEBRAE, s. d).

Conforme pesquisas do Sebrae (2008), o mercado pet tem um grande potencial, tendo em vista que o percentual da população brasileira que possui animal de estimação em casa é de 59%. Estima-se que no Brasil, tenha em torno de 40 mil *pets shops* em funcionamento, porém a concorrência não é muito acirrada, já que as lojas não se concentram em uma mesma região.

Pesquisa publicada no site Novo Negócio (s. d.) aponta que o crescimento anual do segmento *pet* no Brasil é de 23%, estima-se que tenha mais de 32 milhões de cães e 16 milhões de gatos, e ainda, o Brasil é considerado o 2º maior mercado pet do mundo. Desta forma, se faz evidente o fato que esse ramo está em constante crescimento, tornando-o um ótimo negócio de atuação.

Um *pet shop* oferece serviços de banho e tosa, atendimento veterinário, como também comercializa produtos, venda de rações, medicamentos, brinquedos e acessórios. Conforme Sebrae (s. d) aponta, o gasto médio, com produtos e serviços com cães e gatos, resulta em um total de R\$ 14 bilhões por ano de receita para o setor, levando o Brasil ao sétimo lugar em faturamento.

Bilsland (2013) relata em sua pesquisa, que cães e gatos são tratados como membros da família e lhes são oferecidos cuidados especiais como os de uma criança. Atualmente, os donos de animais de estimação proporcionam muito mais do que roupas e boa alimentação, esses oferecem amor, carinho e respeito, uma vez que eles, como resposta, transmitem alegria e gratidão com seu jeito único e especial.

Percebe-se que os animais de estimação, especialmente cães e gatos, são muitas vezes os companheiros ideais para crianças, idosos, solteiros ou mesmo para a família. Ainda existem os cães de guarda que ajudam na segurança da casa, conta matéria publicada na revista Emprego e Renda (s. d.). O principal foco desse mercado é não ficar preso e esquecer-se de inovar para que se consiga um futuro próspero neste ramo de negócio.

Por fim, observa-se a oportunidade de negócio que esse mercado desponta, visto o crescimento de animais de estimação no Brasil, que vem se-

guindo a tendência dos Estados Unidos e Europa. Uma tendência das sociedades modernas, as quais transferem aos seus animais todo carinho e afeição, os considerando como membros de sua família, adotando, como principal objetivo, satisfazer suas necessidades com a melhor qualidade possível (SEBRAE, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo verificar a influência da utilização das redes sociais – *Facebook* – em uma Clínica Veterinária e *Pet Shop* localizada em Santa Catarina, e o quão podem ser relevantes ao ponto de fidelizar e atrair novos clientes. Para tanto, essa pesquisa caracteriza-se com abordagem quantitativa e realizada a partir de um estudo de caso em uma empresa localizada em Santa Catarina.

Os resultados apontaram que com o mundo cada vez mais globalizado e avançado tecnologicamente, é dever da empresa manter suas informações sempre disponíveis e atualizadas, tendo em vista os resultados a favor deste tema tão notado atualmente. O *Facebook* se tornou uma grande ferramenta de fácil acesso, tornando as empresas mais atraentes, sendo necessário traçar estratégias para que esta se destaque dentre as demais.

Observa-se que, pelo fato das mídias sociais representarem uma grande e inovadora ferramenta tecnológica para as empresas, o estudo veio a contribuir para com seu meio científico, apresentando mais evidências quanto a sua influência na decisão de compra dos consumidores. Tendo em vista também, os poucos estudos direcionados a esta nova ferramenta, principalmente a qual se tornou foco da pesquisa, denominada *Facebook*.

O presente trabalho contribui para gestores de pequenas empresas, usuários das informações do ramo para criação de estratégias e planos de negócios, embasamento de um estudo de caso para melhorias no estabelecimento, bem como, ferramenta de *bechmarking* para outras organizações. Para a literatura o presente estudo contribui por adicionar evidências sobre

o impacto das mídias sociais no comportamento e na estratégia de negócios de uma organização.

De certa forma, a utilização do *Facebook* no ramo *pet* ainda é pouco explorada, por esse motivo, destaca-se que houve uma limitação quanto ao embasamento teórico de estudos anteriores sobre a temática. Outro fator, que pode limitar os resultados, foram às entrevistas, devido ao tamanho do questionário, o qual se alongou perante o interesse da mesma querer aproveitá-lo, de forma a obter um *feedback* de seus clientes diante aos seus produtos e serviços prestados, realizando assim, apenas 300 questionários ao invés de 400 estabelecidos. Para estudos futuros sugere-se ampliar a amostra de empresas do ramo *Pet*, com o intuito de comparar empresas do mesmo ramo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO; R. F. **Marketing científico digital e métricas alternativas para periódicos: da visibilidade ao engajamento.** *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 20, n. 3, p. 67-84, jul./set. 2015.

BILSLAND, E. M. **Eu amo meu pet: uma análise de comportamento de compra dos usuários de animais de estimação.** 2013. 93 p. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Comunicação Social. Universidade Regional de Blumenau.

BRANDÃO, L. **A importância das redes sociais.** Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/a-importancia-das-redes-sociais/49467/>. Acesso em: 10 de ago. de 2016.

CAVALCANTE, A. C. R. **Facebook #podersimbólico.** *Universitas: Arquitetura e Comunicação Social*, v. 12, n. 1, p. 1-7, jan./jun. 2015.

Emprego e Renda. **Como montar um pet shop.** Disponível em: <http://www.empregoerenda.com.br/ideias-de-negocios/cursos/56-como-montar-um-pet-shop>. Acesso em: 16 de nov. de 2016.

GARCIA, G. M.; SANTOS, C. P. **O impacto das características pessoais na intenção de compra pela internet e o papel de mediação da familiaridade e da atitude ante a compra pela internet.** *Ram, rev. Adm. Mackenzie*, São Paulo, v. 12, n. 5, p. 151-181, set./out. 2011.

- GOMES, B. L. T. MONDO, T. S. **A contribuição das redes sociais na captação de clientes sob a percepção dos gestores hoteleiros.** ReMark, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 195-206, abril/jun. 2016.
- GONÇALVES, R.; MARTINS, J.; ROCHA, A. **Internet e redes sociais como instrumentos potenciadores de negócio.** Risti, n. 18, p. ix-xi, jun. 2016.
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **PPE – Pesquisa de Planejamento Econômico (2011).** Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em janeiro de 2011.
- LAMOUNIER, B.; SOUZA, A. de. **A Classe Média Brasileira: Ambições, Valores e Projetos de Sociedade.** Rio de Janeiro: Elsevier; Brasília, DF: CNI, 2010.
- MONDO, T. S.; DELLINGHAUSEN, C. N.; COSTA, J. I. P. **Marketing digital: uma análise na hotelaria catarinense sob a ótica de seus gestores.** Turydes, v. 4, n. 10, jun./jul. 2011.
- MONTEIRO JUNIOR, J. G. **Criatividade e Inovação.** São Paulo: Pearson Prentice, 2011. 133 p.
- Novo negócio. **6 dicas de como montar um pet shop de sucesso.** S.d. Disponível em: <http://www.novonegocio.com.br/ideias-de-negocios/montar-pet-shop/>. Acesso em: 16 de nov. de 2016.
- SANTOS, I. FORTES, N. **Modelização dos determinantes da utilização das redes sociais.** Revista Portuguesa de Marketing, p. 17-35, 2014.
- SEBRAE. **Como montar uma loja de animais ou pet shop.** Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ideias/como-montar-uma-loja-de-animais-ou-pet-shop,88187a51b9105410VgnVCM-1000003b74010aRCRD>. 2008. Acesso em: 16 de nov. de 2016.
- SEBRAE. **Loja de animais – pet shop.** Disponível em: <http://vix.sebraees.com.br/ideiasnegocios/arquivos/lojadeanimais-petshops.pdf>. S.d. Acesso em: 16 de nov. de 2016.
- SOUZA, L. C.; *et. al.* **Associação homem-animal: reflexos na economia.** Rev. educ. contin. CRMV-SP, São Paulo, v. 4, f. I, p. 62-65, 2001.
- TORRES, C. **A bíblia do marketing digital: tudo o que você queria saber sobre marketing e publicidade na internet e não tinha a quem perguntar.** São Paulo: Novatec Editora, 2009. 399 p.

TORRES, C. **Marketing digital**: como influenciar o consumidor no meio virtual. *Gvexecutivo*, v. 11, n. 2, p. 58-61, jul./dez. 2012.

APÊNDICE

APÊNDICE – Questionário utilizado na coleta de dados

PESQUISA SOBRE O CONSUMO NA CLÍNICA VETERINÁRIO E PET SHOP

Esta é uma pesquisa com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre o comportamento do consumidor. **Não existem respostas certas ou erradas.** O que importa é sua percepção a respeito de cada item da pesquisa. **Asseguro que os dados serão analisados de forma agregada, sem identificação dos respondentes.** Os itens relacionados ao seu perfil, constantes do final do questionário, serão utilizados, apenas, para análises de tendências de respostas. Muito obrigado por sua participação.

INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO

Este questionário está dividido em 2 blocos, com perguntas para escrever, assinalar com “X” e para circular.

Para Escrever, respeite o espaço sublinhado. Exemplo: “QUAL? _____.”

Para Assinalar com “X”, respeite o quadrado. Exemplo: “[X]”

Para Circular, respeite o espaço dos números. Exemplo:

1 2 3 4 5



1. PERFIL DO CONSUMIDOR

1.1 Como você conheceu a Bella Vita Atendimento Veterinário e PetShop?

(Assinale com X em apenas uma alternativa)

Indicação de amigos. Redes Sociais. Placa.

Flyer. Não Lembro. Outros. Qual? _____.

1.2 Há quanto tempo você é cliente da Clínica Veterinária e Pet Shop?

(Assinale com X em apenas uma alternativa)

Menos de 6 meses. De 6 meses a 1 ano. De 1 a 2 anos.

De 2 a 3 anos. Mais de 3 anos. Não Lembro.

1.3 Com que frequência você costuma visitar a Clínica Veterinária e Pet Shop?

(Assinale com X em apenas uma alternativa)

Diariamente. Semanalmente. Quizenalmente.

Veraneio / Férias. Mensalmente. Somente em casos de emergência.

1.4 Por que você consome os serviços da Clínica Veterinária e Pet Shop?

(Assinale com X em UMA ou MAIS alternativas)

Preço baixo. Qualidade. Agilidade na realização dos serviços.

Bom atendimento. Localização. Outros. Qual? _____.

2. CONCORRENTES

2.1 Você utiliza outras empresas de serviços veterinários e PetShop?

(Assinale com X em apenas uma alternativa)

Não (pular para o tópico 3).

Sim. Quais? _____.

2.1.1 Se sim, por que utiliza essas empresas?

(Assinale com X em UMA ou MAIS alternativas)

Preço baixo. Qualidade.

Localização. Outros. Qual? _____.

2.2 Em comparação aos nossos concorrentes, os atributos pela Clínica Veterinária e Pet Shop são inferiores ou superiores? CIRCULE a NOTA DE RELEVÂNCIA, sendo: nota 1 – EXTRETEMAMENTE INFERIORES e nota 5 – EXTREMAMENTE SUPERIORES.

(Circule a nota que representa sua opinião)

ESCALA DE IMPORTÂNCIA	POUCO IMPORTANTE			MUITO IMPORTANTE	
	1	2	3	4	5
Bom atendimento dos atendentes.	1	2	3	4	5
A localização.	1	2	3	4	5
Horário acessível / flexível.	1	2	3	4	5
Preços e descontos oferecidos.	1	2	3	4	5
Variedade de produtos e serviços.	1	2	3	4	5
Estacionamento com fácil acesso.	1	2	3	4	5
Cartão fidelidade.	1	2	3	4	5

3. CONSUMO PET

3.1 Em relação as vantagens oferecidas pela Clínica Veterinária e Pet Shop, CIRCULE a NOTA DE IMPORTÂNCIA, sendo: nota 1 – NADA IMPORTANTE e nota 5 – MUITO IMPORTANTE

(Circule a nota que representa sua opinião)

ESCALA DE IMPORTÂNCIA	POUCO IMPORTANTE			MUITO IMPORTANTE	
	1	2	3	4	5
Bom atendimento dos atendentes.	1	2	3	4	5
A localização.	1	2	3	4	5
Horário acessível / flexível.	1	2	3	4	5
Preços e descontos oferecidos.	1	2	3	4	5
Variedade de produtos e serviços.	1	2	3	4	5
Estacionamento com fácil acesso.	1	2	3	4	5
Cartão fidelidade.	1	2	3	4	5

3.2 Qual o horário de atendimento mais interessante para você?

(Assinale com X em apenas uma alternativa)

Horário Comercial (Entre 8:30h e 18h).

Horário Estendido (Entre 8h e 22h).

3.3 Marque quais serviços que você já utilizou na Clínica Veterinária e Pet Shop e classifique cada um pela NOTA DE QUALIDADE, sendo: nota 1 – PÉSSIMO e nota 5 – ÓTIMO.

(Circule a nota que representa sua opinião)

ESCALA DE QUALIDADE	SIM	NÃO	PÉSSIMO			ÓTIMO	
			1	2	3	4	5
Banho e tosa.			1	2	3	4	5
Consultas.			1	2	3	4	5
Exames.			1	2	3	4	5
PetShop			1	2	3	4	5
Vacinas.			1	2	3	4	5
Outros: _____.			1	2	3	4	5

3.4 Sobre a infraestrutura da Clínica Veterinária e Pet Shop, classifique cada item pela NOTA DE QUALIDADE, sendo: nota 1 – PÉSSIMO e nota 5 – ÓTIMO.

(Circule a nota que representa sua opinião)

ESCALA DE QUALIDADE	PÉSSIMO			ÓTIMO	
	1	2	3	4	5
Conforto nos ambientes internos.	1	2	3	4	5
Conforto nos ambientes externos.	1	2	3	4	5
Conservação dos móveis.	1	2	3	4	5

Conservação do local.	1	2	3	4	5
Higiene no local.	1	2	3	4	5

3.5 Em relação aos setores da Clínica Veterinária e Pet Shop, classifique cada item pela NOTA DE QUALIDADE, sendo: nota 1 – PÉSSIMO e nota 5 – ÓTIMO.

(Circule a nota que representa sua opinião)

ESCALA DE QUALIDADE	PÉSSIMO					ÓTIMO
	1	2	3	4	5	
Banheiros.	1	2	3	4	5	
Consultórios.	1	2	3	4	5	
Estacionamento.	1	2	3	4	5	
Sala cirúrgica.	1	2	3	4	5	
Sala de recepção.	1	2	3	4	5	

3.6 Em relação ao atendimento realizado pelos colaboradores da Clínica Veterinária e Pet Shop, classifique cada item pela NOTA DE QUALIDADE, sendo: nota 1 – PÉSSIMO e nota 5 – ÓTIMO.

(Circule a nota que representa sua opinião)

ESCALA DE QUALIDADE	PÉSSIMO					ÓTIMO
	1	2	3	4	5	
Auxiliar(es) veterinário(s).	1	2	3	4	5	
Funcionário(s) da limpeza.	1	2	3	4	5	
Médico(s) veterinário(s)	1	2	3	4	5	
Recepcionista(s).	1	2	3	4	5	
Outros:_____.	1	2	3	4	5	

4. MÍDIAS SOCIAIS

4.1 Das mídias sociais abaixo, qual delas você possui perfil/conta?

(Assinale com X em apenas uma alternativa)

Facebook SnapChat Tinder.
 Instagram. Google+. Pinterest.

4.2 Quais delas você mais acessa em geral?

(Assinale com X em apenas uma alternativa)

Facebook SnapChat Tinder.
 Instagram. Google+. Pinterest.

4.3 Em quais das mídias sociais você pesquisa sobre produtos e empresas?

(Assinale com X em apenas uma alternativa)

Facebook SnapChat Tinder.
 Instagram. Google+. Pinterest.

4.4 Você já visitou nossa página no Facebook?

(Assinale com X em apenas uma alternativa)

Sim Não (pular para a questão 4.5).

4.4.1 Se sim, você achou o que precisava?

(Assinale com X em apenas uma alternativa)

Sim, encontrei tudo. Sim, encontrei em parte. Não encontrei o que procurava.

4.5 Você vê a necessidade da Clínica Veterinária e Pet Shop possuir um site próprio?

(Assinale com X em apenas uma alternativa)

Sim Não

DADOS PESSOAIS

E para finalizar...

Qual a sua IDADE? _____ anos completos.

Gênero: Masculino Feminino

Estado Civil: Solteiro (a) / Separado (a) / Desquitado (a) / Viúvo (a). Casado (a) / Mora junto.

Cidade em que reside: _____ Bairro _____.

Escolaridade (Assinale apenas 1 Alternativa):

Analfabeto | Até 3ª. Série Fundamental. Superior Incompleto.

Até a 4ª. Série Fundamental. Superior Completo.

Fundamental Completo. Pós Graduado (a).

Médio Completo.

Ocupação Profissional (Assinale apenas 1 Alternativa):

Não Trabalho. Empregado(a) Assalariado(a).

Conta própria ou autônomo(a). Funcionário(a) Público(a).

Empresário(a). Estudante.

Estagiário(a). Outra função. Qual? _____.

Renda Mensal Bruta FAMILIAR Aproximada (Assinale apenas 1 Alternativa):

Até R\$1.090,00.

De R\$1.091,00 até 2.725,00.

De R\$ 2.726,00 a R\$5.450,00.

De R\$5.451,00 a R\$13.625,00.

Mais de R\$13.626,00.

**VOCÊ PREENCHEU TODAS AS QUESTÕES DESTA PESQUISA?
MUITO OBRIGADO PELA SUA PARTICIPAÇÃO!**

MENSAGEM DOS EDITORES

Caros Colaboradores e Leitores,

O ano de 2021 foi mais um ano de ajustes, de acomodação em razão das contingências causadas por um evento de grandes proporções, a pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2, que nos fez alterar condutas, hábitos e passar a enxergar a vida compreendendo sua vulnerabilidade.

Esse contexto, todavia, não permitiu que deixássemos de produzir, de nos aprimorar, apesar das dificuldades que a mudança, por nós sempre tão temida, trouxe. Em virtude desse contínuo desenvolvimento, precipuamente no que concerne a pesquisa científica, ao desenvolvimento de trabalhos reflexivos, críticos, disruptivos e inovadores pudemos apresentar-lhes mais uma edição da Revista Científica Sophia, esperando que a leitura tenha sido muito proveitosa.

Não queremos transmitir, com essas palavras, que as vicissitudes acabaram. Não há ingenuidade, nem crenças ilusoriamente convenientes de que a pandemia não está mais entre nós. Entretanto, queremos registrar a mensagem de que está, justamente, conosco o poder de modificar realidades, por meio de nossa racionalidade, nossa criatividade e, por imperioso, nossa sensibilidade.

Ao deixá-los com esta edição da RCS, agradecemos a todos os colaboradores, construtores deste novo trabalho, bem como convidamos os leitores a fazer parte das edições vindouras.

Até a próxima!

Editores Responsáveis

Prof. Dr. Junior Cesar Mota

Prof.^a Dr.^a Patrícia Fernandes Fraga



uniAvan
Centro Universitário Avantis